



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

*Versão para registro histórico*

*Não passível de alteração*

CPI - FUNDOS DE PENSÃO			
EVENTO: Reunião Ordinária/Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 1627/15	DATA: 03/09/2015	
LOCAL: Plenário 12 das Comissões	INÍCIO: 10h13min	TÉRMINO: 15h30min	PÁGINAS: 126

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
GUEITIRO MATSUO GENSO - Diretor-Presidente da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil — PREVI.

SUMÁRIO
Deliberação de requerimentos e tomada de depoimento do Sr. Gueitiro Matsuo Genso, Diretor-Presidente da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil — PREVI.

OBSERVAÇÕES
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis. Há oradores não identificados em breves intervenções.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião Ordinária da CPI dos Fundos de Pensão.

Encontram-se sobre as bancadas cópias da ata da 4ª Reunião.

Pergunto aos Srs. Parlamentares se há necessidade de leitura da referida ata.

**O SR. DEPUTADO VITOR VALIM** - Peço a dispensa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Solicitada a dispensa pelo Deputado Vitor Valim.

Em discussão a ata. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, coloco-a em votação.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Esta reunião foi convocada para deliberação de requerimentos e para tomada de depoimento do Sr. Gueitiro Matsuo Genso, Diretor-Presidente da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil — PREVI.

Passemos à deliberação dos requerimentos constantes da pauta. Todos os Srs. e Sras. Parlamentares têm a pauta de requerimentos em mão. Nós avançamos aqui em um diálogo. Vamos propor inicialmente uma pauta, que me parece ser de consenso. Votaremos a pauta de consenso e, depois, deliberaremos sobre aqueles em que, porventura e naturalmente, haverá divergência. Eu vou ler aqueles sobre os quais, *a priori*, temos consenso. Peço-lhes que acompanhem a leitura, se possível. Já vou lendo porque, se for o caso, fazemos a aprovação.

Item 4. Requerimento nº 7, de 2015, que *“requer que seja convocado o Diretor de Fiscalização da Superintendência Nacional de Previdência Complementar — PREVIC —, Sérgio Djundi Taniguchi (...)”*

Item 5. Requerimento nº 8, de 2015, que *“requer que seja convocado o Presidente para a América Latina e CEO no Brasil do banco BNY Mellon, Eduardo Adriano Koelle (...)”*

**O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA** - Sr. Presidente, tenho uma questão de ordem. Poderia ser pelo item?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - É o item 5.

**(Não identificado)** - Esses são consensos ou dissensos?



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Esses que vou ler é teoricamente a pauta de consenso. Eu estou lendo cada um deles, porque, se resolvermos aprová-los, já estarão lidos, e nós os aprovaremos em bloco.

Item 7. Requerimento nº 11, de 2015, que *“requer sejam tomadas as providências necessárias para que seja convocado o Sr. Maurício França Rubem”*.

Cuidado para não confundirem o número do requerimento com o do item!

Item 12. Requerimento nº 22, de 2015, que *“requer que seja convidado o Diretor-Substituto de Fiscalização da Superintendência Nacional de Previdência Complementar — PREVIC, Maurício Nakata (...)”*

A previsão é que sejam ouvidos na próxima terça-feira o Diretor-Presidente da PREVIC e os adjuntos responsáveis pelo setor de fiscalização e auditoria. São esses que estão citados nos requerimentos.

Item 13. Requerimento nº 26, de 2015, que *“requer que seja convidado o Diretor-Superintendente da Superintendência Nacional de Previdência Complementar — PREVIC, Carlos Alberto de Paula (...)”*

Item 14. Requerimento nº 28, de 2015, que *“requer sejam tomadas as providências necessárias para que seja convidado o Sr. Epaminondas de Souza Mendes”*.

**O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA** - Quem é Epaminondas?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Salvo engano, ele é do Conselho Fiscal. V.Exas. têm no computador o inteiro teor do requerimento. Aqui é só a ementa. O Sr. Epaminondas, salvo engano, é do Conselho Fiscal da PETROS.

Por favor, peço à assessoria que confirme isso no inteiro teor. Aqui só consta a ementa do requerimento.

Item 19. Requerimento nº 59, de 2015, que *“solicita a convocação da Sra. Julia Damazio de Barroso Franco, Presidente da Comissão de Valores Mobiliários — CVM”*.

Por favor, peço que se confirme se a Dra. Julia é Presidente ou se é outro cargo da Diretoria da CVM.

Item 21. Requerimento nº 95, de 2015, que *“requer (...) a convocação do Sr. José Maria Rabelo, ex-Secretário de Previdência Complementar”*.

Item 22. Requerimento nº 116, de 2015, que *“requer a convocação...”*



Requerimento idêntico nós temos que aprovar para que o autor também se sinta contemplado no momento da oitiva.

Item 22. Requerimento nº 116, de 2015. Esse requerimento também convoca o Presidente da PREVIC.

Item 23. Requerimento nº 121, de 2015, que *“requer a contratação de empresa especializada e idônea para apurar a aplicação dos recursos pelos Fundos de Previdência Complementar mencionados no requerimento de instauração desta Comissão Parlamentar de Inquérito, sem prejuízo da requisição dos servidores técnicos dos órgãos de controle como Tribunal de Contas da União, Controladoria-Geral da União, Superintendência Nacional de Previdência Complementar, dentre outros pertinentes”* — CVM, Polícia Federal, inclusive, que já nos cedeu um perito auditor contábil para tal.

Item 24. Requerimento nº 122, de 2015, que *“requer a convocação, para prestar depoimento, do Superintendente da PREVIC”*.

Item 25. Requerimento nº 125, de 2015, que *“requer a convocação do Sr. Maurício França Rubem,”* — também já citado em requerimentos anteriores — *“ex-Diretor de Seguridade da PETROS (...)”*

Item 28. Requerimento nº 187, de 2015, que *“solicita que esta CPI convide o Sr. Leonardo Pereira (...)”* Consta aqui que ele é membro da Diretoria da CVM.

**O SR. DEPUTADO PAULO AZI** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Pois não, Deputado Paulo Azi.

**O SR. DEPUTADO PAULO AZI** - Sr. Presidente, apenas por uma questão de uniformidade nos trabalhos: o requerimento do item 28 solicita presença através de convite; então, é bom nos atermos a isso, para não se utilizarem aqui dois pesos e duas medidas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - A ideia é que no requerimento... Já temos um acordo de procedimento que todos serão convocados como testemunha. Estou lendo o inteiro teor, e vamos aditar isso no momento da votação.

Item 29. Requerimento nº 199, de 2015, que *“solicita que esta CPI requirite à Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), do Ministério da Previdência Social, as informações e cópia de procedimentos iniciados por*



*denúncias de irregularidades ou decorrentes de fiscalização do próprio órgão, referentes a quaisquer Entidades Fechadas de Previdência Complementar — EFPC e aos respectivos gestores, nas unidades da Federação*”. É lógico que ela é restrita aos fundos que são objetos da investigação desta CPI.

Item 30. Requerimento nº 220, de 2015, que *“solicita que esta CPI convoque o Sr. Carlos Alberto de Paula, Diretor-Superintendente da PREVIC”*.

Item 31. Requerimento nº 221, de 2015, que *“solicita que esta CPI requirite ao Diretor-Geral da Polícia Federal as informações e cópia de procedimentos investigativos instaurados em relação a quaisquer Entidades Fechadas de Previdência Complementar”* — que estão contidas no objeto da presente investigação.

Item 33. Requerimento nº 233, de 2015. Mais uma vez se convoca o Presidente da PREVIC.

Item 36. Requerimento nº 244, de 2015, que *“requer a convocação do Sr. Wagner Pinheiro,”* — ex-Presidente da PETROS e atual Presidente dos Correios — *“para prestar depoimento nesta Comissão Parlamentar de Inquérito”*.

Item 37. Requerimento nº 246, de 2015, que *“requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de requisição de informações e documentos junto à Comissão de Valores Mobiliários”*.

Item 38. Requerimento nº 258, de 2015, que *“requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de requisição, ao Juízo da 13ª Vara Federal Criminal de Curitiba/PR,”* — Sr. Sérgio Moro — *“do compartilhamento de cópia em inteiro teor e arquivo pesquisável de todo o material probatório colhido no âmbito da Operação Lava-Jato que possa ter relação com eventuais crimes praticados em detrimento dos Fundos de Pensão, inclusive o contido em depoimentos prestados em regime de colaboração premiada já homologados”*.

Item 41. Perdão. Não há acordo para tal.

Item 42. Requerimento nº 278, de 2015, que *“requer ao Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos, o POSTALIS, o compartilhamento de todas as atas das reuniões ordinárias e extraordinárias de seus Conselhos*



*Deliberativo e Fiscal, da Diretoria Executiva e de seu Comitê de Investimentos, realizadas entre os anos de 2003 e 2015”.*

Item 43. Requerimento nº 279, de 2015, que “*requer ao Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos, o POSTALIS, o compartilhamento de todos os documentos relativos a todos os procedimentos de auditoria e fiscalização internas implementados neste fundo entre os anos de 2003 e 2015”.*

Item 44. Requerimento nº 280, de 2015, que “*requer à Superintendência Nacional de Previdência Complementar — PREVIC — o compartilhamento de todos os documentos pertinentes a auditorias e outros procedimentos fiscalizatórios (...)*” — nos quatro fundos objetos desta investigação.

Item 45. Requerimento nº 281, de 2015, que “*requer ao Tribunal de Contas da União o compartilhamento de todos os documentos pertinentes a auditorias e outros procedimentos fiscalizatórios (...)*” — referentes aos quatro fundos objetos desta investigação.

Item 46. Requerimento nº 282, de 2015, “*para que seja submetida à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito a convocação do ex-Presidente da Sete Brasil Sr. João Carlos Ferraz para prestar depoimento a esta CPI*”.

Item 48. Requerimento nº 286, de 2015, que “*requer à PETROS o compartilhamento dos documentos relativos aos procedimentos de auditoria no período de 2003 a 2015*”.

Item 50. Requerimento nº 290/15, que “*requer à PETROS o compartilhamento de todas as respostas e providências provenientes das recomendações contidas nos relatórios de auditoria interna no período de 2003 a 2015*”.

Item 51. Requerimento nº 291/15, que “*requer a convocação do Sr. Eduardo Barbosa Seixas, administrador da massa falida do Banco BVA*”.

Item 52. Requerimento nº 292/15, que “*requer informações junto à Receita Federal sobre a empresa Atlântica Asset Management, cujo nome fantasia é Atlântica Administração de Recursos Ltda.*”

Item 53. Requerimento nº 293/15, que “*requer a convocação do Diretor Presidente do BNY Mellon Brasil, Sr. Adriano Kollí*”.



Item 54. Requerimento nº 297/15. Também não há consenso sobre esse. Vai para a pauta divergente.

Item 57. Requerimento nº 301/15, que *"requer ao POSTALIS o compartilhamento das atas completas, incluindo os anexos, de todas as reuniões ordinárias e extraordinárias dos conselhos deliberativo e fiscal, da Diretoria Executiva e do Comitê de Investimentos deste fundo de pensão, realizadas entre os anos de 2003 e 2015"*.

Item 58. Requerimento nº 304/15, que *"requer ao PETROS o compartilhamento de todos os investimentos feitos direta ou indiretamente nas empresas Invepar e Dasa, realizados entre 2003 e 2015"*.

Quanto aos itens 60, 61 e 62, iremos também avançar no consenso.

Item 60. Requerimento nº 307/15, que *"requer a convocação do Sr. José Dirceu de Oliveira e Silva, para prestar depoimento na condição de testemunha"*.

Item 61. Requerimento nº 308/15, que *"requer a convocação do Sr. Gerson Almada, ex-Presidente da ENGEVIX, para prestar depoimento na condição de testemunha"*.

Item 62. Requerimento nº 309/15, que *"requer a convocação dos Srs. José Adolfo Pascowitch e Milton Pascowitch, para prestarem depoimento na condição de testemunha"*.

Pergunto aos senhores e às senhoras se querem iniciar a discussão.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Pois não.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Eu só queria perguntar à Secretaria da Mesa se os Requerimentos 37, 38 e 52...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Itens ou requerimentos?

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Itens 37, 38 e 52 não precisam de votação nominal, uma vez que se trata de quebra de sigilo?

**(Não identificado)** - Mas não estão na pauta, não.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Estão sim, senhor.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Trinta e sete...

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - O 37, o 38 e o 52. Eles não podem ser votados em bloco.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - O 37 é requisição de informações junto à CVM.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - É quebra de sigilo. E a 13ª Vara também é quebra de sigilo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Não é quebra de sigilo porque eles virão classificados, Deputado, salvo engano... Os documentos virão também classificados e chegarão aqui sigilosos.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sim, tudo bem, mas sendo sigilosos, a votação tem que ser nominal. É só isso que eu estou falando. Eu não tenho discordância da forma regimental. Como é quebra de sigilo, tem que ser votação nominal. Os outros podem ser votados em bloco.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Segundo a Secretaria da Comissão, a informação é a de que não há necessidade de votação nominal nesse caso.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Eu não estou contra. Eu só estou alertando que é quebra de sigilo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Eu concordo. É por isso que estou consultando a Secretaria da Mesa. V.Exa. diz que a votação tem que ser em separado. É isso?

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - É votação em separado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Muito bem. Se for para ser em separado, assim faremos. Haverá votação nominal somente se houver requerimento para tal.

Então, deixando para votar os itens 37, 38 e 52 *a posteriori*, coloco em votação os requerimentos anteriormente lidos e citados, para que possam ser deliberados nesta Comissão.

Aqueles Deputados e Deputadas que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sr. Presidente, eu insisto com a Mesa. Leia o enunciado do item 52, por favor.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Leremos o enunciado do 52.



**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Leia os três.

**O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA** - Presidente, uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Pois não.

**O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA** - O Deputado Arnaldo Faria de Sá é um exímio regimentalista, e eu creio que matérias dessa natureza — permita-me a divergência com a assessoria da Câmara — requerem votações individualizadas. Elas não podem ser votadas em globo. Esta é terceira CPI da qual eu participo. E os assentamentos nas CPIs — o entendimento — têm sido esse.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Concordo com V.Exa., Deputado Paulo Teixeira e lhe dou razão. Houve apenas um ruído de comunicação, quando se pediu a votação nominal. Não é questão de, necessariamente, ser votação nominal. Tem que ser votação em separado, que é o que V.Exa. está solicitando, à qual nós vamos proceder agora.

Caso alguém não concorde, poderá pedir a nominal. Aí, sim, procederemos dessa forma, mas a votação pode ser por unanimidade, simbólica no caso, desde que sejam votados de forma separada.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sr. Presidente, eu insisto. Eu vou ler para V.Exa. o item 37.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Pois não.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - *“Solicita o Deputado Júlio Delgado dados do inquérito a pedido de requisição da Comissão de Valores Mobiliários”*. Isso é quebra de sigilo, sim, Presidente. Eu não sou contra o requerimento, mas nós só temos nominalmente. Eu sou a favor.

O item 38 é a mesma coisa: requisita documentos que estão sob sigilo. Nós precisamos votar nominalmente. Eu não contra os requerimentos dos itens 37 e 38. Só que a forma de votação tem que ser nominal. É obrigatória a votação nominal. Só isso.

**(Não identificado)** - Em separado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Em separado, não é, Deputado?

**O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA** - Ou seja, não pode ser votado em bloco.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Não. As votações em bloco já foram realizadas. O que nós vamos fazer agora é a votação em separado: item por item. Aqueles que desejarem pedir nominal o pedirão. Agora, o entendimento da Secretaria é de que a votação em separado já supre.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sr. Presidente, eu não vou criar caso, mas vou recorrer da decisão de V.Exa., porque eu entendo que essas três votações têm que ser nominal.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Sr. Presidente, V.Exa. me permite?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Pois não.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Eu penso que a grande discussão aqui é se isso representa quebra de sigilo ou não. Sendo quebra de sigilo, tem razão o Deputado, a votação tem que ser nominal. Mas isso representa uma quebra de sigilo? Esse material que nós estamos solicitando está sob sigilo? Se estiver sob sigilo...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Deputado Arnaldo, tal qual V.Exa., eu também já participei de muitas CPIs em que nós pedimos cópia de processos judiciais que estão no Supremo Tribunal Federal inclusive, e nunca houve a necessidade de que, como condição *sine qua non*, proceda-se à votação nominal para isso.

Quanto à votação em separado, dou total razão a V.Exa. Nós já participamos de várias CPIs em que se pede documento referente ao processo número tal nas CPIs que nos antecederam. Agora, a votação nominal — e a Secretaria da Mesa confirma esse entendimento — não é condição *sine qua non*.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - A questão da CVM e da Receita Federal é quebra de sigilo. No documento da 13ª Vara, se houver algum documento no processo em sigilo, se não for votada individual e nominalmente, o juiz vai negar e tem razão em negar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Nominalmente, eu entendo V.Exa., tem todo o direito de recorrer, se discordar da decisão da Mesa, mas o entendimento da Mesa se mantém. A votação tem de ser em separado. Será nominal apenas se houver necessidade para tanto.



Em votação o Requerimento nº 246/15 do Sr. Júlio Delgado, que *“requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de requisição de informações e documentos junto à Comissão de Valores Mobiliários”*.

Aqueles Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.  
(Pausa.)

Aprovado, com voto contra do Deputado Arnaldo Faria de Sá.

Item 38. Requerimento do Deputado Pedro Cunha Lima, que *“requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de requisição ao Juízo da 13ª Vara Federal Criminal de Curitiba/PR, do compartilhamento de cópia em inteiro teor e arquivo pesquisável de todo o material probatório colhido no âmbito da Operação Lava-Jato que possa ter relação com eventuais crimes praticados em detrimento dos fundos de pensão, inclusive o contido em depoimentos prestados em regime de colaboração premiada já homologados”*.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sr. Presidente, vou pedir que essa votação seja feita nominalmente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Perfeitamente. Eu procederei à votação, declararei o resultado, e V.Exa. poderá solicitar a verificação nominal.

Aqueles Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.  
(Pausa.)

Aprovado, com voto contra do Deputado Arnaldo Faria de Sá, que solicita verificação nominal do requerimento.

Solicito aos Sras. e Srs. Deputados que procedam à votação eletrônica nos respectivos terminais. Peço que abram o painel de votação para tanto.

(Processo de votação.)

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Pois não.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Eu queria consultar o porquê de as notas taquigráficas das reuniões anteriores não estarem disponíveis ainda.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Questiono a Secretaria para que possa proceder a informação ao Deputado Marcus Pestana. (Pausa.)



Deputado Marcus Pestana, o Departamento de Taquigrafia logicamente tem um quadro que não consegue atender imediatamente a todas as demandas e a prioridade tem sido dada ao plenário principal da Câmara dos Deputados. Por isso, o Secretário informa que, de 7 a 8 dias, tem demorado para que as notas taquigráficas possam ser inseridas. O áudio está disponível automaticamente, já as notas taquigráficas têm tido esse lapso de tempo.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Mas, desde a primeira reunião, até hoje nenhuma está disponível.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Dr. Saulo, o Deputado Marcus Pestana informa que nem da primeira reunião constam as notas taquigráficas. *(Pausa.)*

Da primeira e da segunda reuniões, o Dr. Saulo informa que na página da Comissão — na CPI — já é possível encontrá-las.

Peço que o Deputado Marcus Pestana consulte a assessoria e, se houver problema, entre em contato direto com o Secretário da Comissão.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI** - Presidente... *(Pausa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Vamos declarar o resultado.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI** - Presidente, rapidamente, só uma colocação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Por favor.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI** - Gostaria, Sr. Presidente, que o senhor deixasse registrado que não foram retirados da pauta os itens que não estão sendo votados. Nós estamos sendo procurados por muitos dos interessados que acham que tiramos da pauta de votações, em definitivo, os requerimentos que estamos votando em acordo.

Então, gostaria que V.Exa. fizesse este registro, para que fique consignado que estamos aprovando em acordo um bloco de requerimentos, mas os requerimentos, principalmente os da FUNCEF, que ficaram estão em *stand by*, prontos para serem votados.

Inclusive, queria registrar a necessidade de se votar rapidamente, para que tenhamos resultado, principalmente o Requerimento nº 126, que é para ouvir o Sr. Alberto Youssef na CPI, na esteira do requerimento o Deputado Arnaldo Faria de



Sá, que pede cópia da Lava-Jato, para que possamos identificar pontos de cruzamento da Lava-Jato com os Fundos de Pensão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Deixa, primeiro, eu declarar encerrada a votação e o anunciar o resultado, por favor. *(Pausa.)*

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Pois não, Deputado.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Só uma informação: Deputado Fernando Francischini, autor do requerimento era o Deputado Pedro Cunha Lima. Eu só o encaminhei.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Perfeito.

Deixa eu só encerrar o último requerimento, fruto da pauta de acordo, Deputado Fernando Francischini.

Resultado de votação:

SIM: 18 votos.

O requerimento foi aprovado por unanimidade.

Por fim, o item 52, ainda da pauta de acordo, do Sr. Sergio Souza: Requerimento nº 292/2015, que *“requer informações junto à Receita Federal do Brasil sobre a empresa Atlântica Asset Management, cujo nome fantasia é Atlântica Administração de Recursos Ltda.”*

Aqueles Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Aproveito a provocação do Deputado Fernando Francischini para falar sobre os pontos seguintes da pauta. Como foi dito no início, houve um acordo de procedimentos para que nós pudessemos caminhar nesse sentido.

Houve, logicamente, requerimentos que não foram aprovados agora, como o que V.Exa. citou, o Requerimento nº 1, que trata do Sr. Alberto Youssef, e o Requerimento nº 2. Houve outros também que conseguimos avançar no acordo, como o Requerimento nº 60, do Sr. José Dirceu; item 61, do Sr. Gerson Almada, da ENGEVIX; e Requerimento nº 309, item 62, do Srs. José Adolfo Pascowitch e Milton Pascowitch.



Logicamente que os requerimentos que não são votados neste momento continuam na pauta para a próxima sessão de deliberação.

Como esta Comissão tem uma agenda e uma cronologia em mente, nós teremos tempo hábil para poder, em uma próxima sessão de deliberação de requerimentos, aprovar aqueles que sejam dos interesses dos senhores e senhoras, a fim de dar continuidade a essa investigação.

Mas acredito que, com os dados e os nomes que nós já temos agora, principalmente, mais do que os nomes, as informações, que depois de 15 dias de CPI começam a chegar — é natural esse prazo para que as entidades os recebam, estão sendo diligentes, e estamos cobrando bastante —, já se encontrará à disposição das suas assessorias e dos senhores e senhoras na Secretaria da Comissão para que possam analisá-las.

Semana que vem, especialmente, será dedicada aos órgãos que procedem, Deputado Fernando Francischini, às investigações, às autuações, às fiscalizações, às auditorias. Pela conversa preliminar que eu tive, tanto com o Presidente da PREVIC, quanto com os responsáveis pela CVM, eles vêm para responder sobre investigações concluídas e sobre investigações em curso, inclusive sendo do interesse deles e de nós, podendo, em determinados processos em curso, em que há sigilo, como já até antecipou o Deputado Arnaldo Faria de Sá, que esta sessão se dê reservadamente para que não quebrems nenhuma regra. As que já estão concluídas podem ser publicizadas. Algumas que estão em curso, até para não prejudicar as investigações, poderão ou deverão ser feitas de forma reservada.

Então, para aqueles que nos assistem e que nos questionam, nenhum dos requerimentos que está na pauta está sendo retirado *ad aeternum*. Eles retornarão na próxima sessão de deliberação.

Eu queria questionar ao Deputado Paulo Teixeira — não foi citado ainda entre os requerimentos de concordância, e a Mesa manterá o procedimento — se não há acordo para o item 15, para chamar o atual diretor financeiro da PETROS. Eu acredito que ele já foi até chamado.

**O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA** - Presidente, primeiro, quero parabenizá-lo, como também parabenizar o nosso Relator.



Em segundo lugar, nós estabelecemos, no nosso entendimento, uma coerência em relação às pessoas que viriam. E, portanto, o que eu sugiro? Que nós possamos analisar isso, na próxima avaliação de requerimentos, porque já são 11 horas. Há uma oitiva do Presidente do PREVI a ser feita, e vários aqui têm também compromissos. Os depoimentos têm durado 5 horas.

A minha preocupação é da seguinte natureza: se for de 5 horas o depoimento, por exemplo, da PREVI, nós vamos terminá-lo às 16 horas, que é o tempo previsto para cada sessão. Eu acho que nós podemos ter um problema aqui. Se chegarmos a estender a oitiva do Presidente da PREVI, sem termos condição, isso vai requerer a volta dele, o que não é desejável para ninguém. Então, a minha sugestão é que nós aqui aprovemos um belo, um grande e um extenso roteiro, sem prejuízo de novos requerimentos, que possam ser úteis a esta CPI, serem analisados, como bem disse aqui o Deputado Fernando Francischini.

O nosso pedido, Presidente, é se nós podemos já encerrar, tendo em vista que houve um entendimento — eu não me debrucei sobre mais nenhum outro. Como houve entendimento, já prossegui na nossa agenda, porque, da mesma forma que pode abrir o debate sobre um, todos terão aqui o desejo de abrir sobre outros.

Então, a minha sugestão é estabelecer um critério e finalizar essa análise dos requerimentos e já partir para a oitiva do Presidente da PETROS, porque é a segunda vez — eu só quero lembrar a todos — que ele vem a esta Casa. Nós o dispensamos na vez passada. Desculpe, o Presidente do PREVI já esteve aqui, na vez passada. O tempo não foi satisfatório para que ele e o Presidente da PETROS falassem. Creio que ele já deve estar aqui. O tempo de oitiva que há é muito extenso. Se nós não fizermos esse cálculo, o que vai acontecer é que poderemos ter que pedir a volta dele, ou seja, uma terceira vez, o que, na minha opinião, é um pouco deselegante.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Está bom, Deputado Paulo, já estamos de acordo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Antes de dar a palavra o Deputado Paulo Azi, quero dizer que desta vez, mais diligente, a Mesa comunicou ao Presidente Gueitiro, do PREVI, que a partir das 11 horas era o prazo de iniciar a sua oitiva, para mostrar que até avançamos de forma mais célere do que



previamente imaginava. Então, ele está em deslocamento, e disse que por volta das 11 horas estará aqui conosco. Enquanto isso, vamos terminar de ouvir os Parlamentares.

Com a palavra o Deputado Paulo Azi.

**O SR. DEPUTADO PAULO AZI** - Sr. Presidente, apenas queria pedir um esclarecimento a V.Exa. O entendimento que tive no início dos trabalhos, quando se definiu os procedimentos iniciais, é o de que houve um acordo, quando inclusive V.Exa. expôs os procedimentos em concordância com o Relator.

A meu ver, naquele momento foi feito um acordo para que todos os diretores e presidentes de todos os fundos de pensão fossem convocados a esta CPI. O entendimento que tive é o de que houve um acordo. Eu estou fazendo um questionamento...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Eles foram nominados, foram nominados.

**O SR. DEPUTADO PAULO AZI** - Eu estou fazendo este questionamento porque vejo que alguns ex-diretores de certos fundos de pensão foram objetos da pauta de hoje, e parece que não houve consenso com alguns Parlamentares desta Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Perfeito o entendimento de V.Exa.

**O SR. DEPUTADO PAULO AZI** - É o esclarecimento de gostaria de ter de V.Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - O entendimento da sessão passada foi o de que todos os presidentes de conselho deliberativo, de conselho fiscal e da diretoria-executiva estariam convocados — presentes e passados. E nós nominamos os mesmos.

Então, aqueles que não compõem essa nomenclatura têm de ser aprovados item a item. O ex-Presidente da Postalis, o Alexej Predtechensky, vulgo Russo, já está convocado desde a semana passada. Alguns outros, não. O Wagner Pinheiro, por exemplo, é ex-Presidente da PETROS, já estava convocada. Apenas reiteramos agora a convocação dele também como atual Presidente dos Correios, e também virá. Outros, não, Deputado Paulo Azi. Nós precisaremos avançar na pauta.



**O SR. DEPUTADO PAULO AZI** - Sr. Presidente, eu entendo que é necessária a aprovação individual do requerimento. O questionamento que faço é que, no meu entendimento, foi feito um acordo de procedimentos. E, nesse acordo, para todos os presidentes, diretores e ex-diretores, havia a concordância dos membros da Comissão que fossem convocados — é claro, aprovado o requerimento.

Eu faço apenas o questionamento, porque me parece que esse acordo está sendo quebrado.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Sr. Presidente...

**O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN** - Sr. Presidente, para fazer um encaminhamento...

**O SR. DEPUTADO PAULO AZI** - Alguns requerimentos estão... (*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. DEPUTADO PAULO AZI** - Sim, mas isso não foi votado hoje porque não houve consenso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Não, mas vai... Não tem prejuízo.

**O SR. DEPUTADO PAULO AZI** - Não foi votado porque não houve consenso.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Houve acordo dentro dos limites do acordo. Dentro dos limites do acordo, foi aprovado. Como eu digo, alguns nomes extrapolam os limites dessa nomenclatura dos presidentes. São representantes ou membros do conselho. Como nós também não poderíamos chamar todos, era impossível, nós nos prendemos às figuras dos presidentes.

Aqueles que não são presidentes e que os Parlamentares querem a sua presença aqui terão de ser aprovados por votação específica, e nós a procederemos, sem a menor sombra de dúvidas.

Com a palavra o Deputado Raul Jungmann. Na sequência, Deputada Erika Kokay.

**O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN** - Obrigado, Sr. Presidente. Eu gostaria de concordar com a proposta do ilustre Vice-Presidente, Deputado Paulo Teixeira. Apenas aduzo, Paulo, se nós não poderíamos, na nossa próxima reunião,



fazê-la administrativa, exclusivamente administrativa, sem audiência pública, para que nós pudéssemos bem dirimir essa questão dos requerimentos.

Então, é essa a proposta, Paulo, que faço. Concordo com você: vamos fazer a oitiva do presidente do PREVI; agora, vamos ter tempo para resolver essas questões da melhor forma possível. De uma vez — evidente, não será de uma vez por todas, mas tendo bastante tempo, Sr. Presidente, para limpar tanto quanto possível esta pauta de requerimentos.

Era a minha sugestão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Assiste razão a V.Exa. Esse era o pensamento da Comissão. Se os senhores se recordam, o presidente do PREVI era para ter sido ouvido na última quinta-feira. Pela questão de que o depoimento do presidente da FUNCEF se estendeu demasiadamente, nós fizemos o acordo de, nessa sessão, que seria exclusiva para deliberação de requerimentos, também agendar o presidente do PREVI, para que não atrapalhe o caminho das investigações.

Logicamente, de forma muito serena, não tenho a menor dúvida de que estamos avançando sobre um campo importante e aberto para investigações; essa CPI não tem uma investigação paralela, como existe a Lava-Jato para o BNDES e para a PETROBRAS. Ou seja, ela exige de nós tempo para receber informações, avaliar essas informações, analisar e decidir sobre que rumo pretendemos investigar.

Então, pelos caminhos que temos tomado, eu tenho convicção de que nós iremos atingir os objetivos. Agora, é preciso dar tempo ao tempo. É preciso ouvir os presidentes dos fundos. É o tempo em que essas informações estão chegando. Na próxima semana, já serão os órgãos de fiscalização. Eles têm esse filtro importantíssimo do que é que eles detectaram que provoca suspeita nas movimentações financeiras desses fundos. Isso já será um ponto de partida muito importante para que, nas sessões seguintes, nós avancemos exatamente sobre aquilo que representa, de toda forma, suspeita de que tenha havido gestão fraudulenta, gestão temerária, desvios, ou a própria Comissão chegar à conclusão de que foi mero risco de mercado, risco de negócio.



É sobre esse dilema que a Comissão vai se debruçar: sobre prejuízos que eventualmente aconteceram, o que representam de risco de mercado, e onde ocorreu gestão fraudulenta, gestão temerária, tráfico de influência, aparelhamento, direcionamento para negócios e títulos podres.

Porque volto a dizer algo que para mim é emblemático nesta Comissão: essas primeiras reuniões já serviram para descobrirmos quem perdeu com os maus negócios dos fundos de pensão. Foi esse pessoal aí. Foi o pessoal dos aposentados e pensionistas. Vamos para cima, agora, de quem ganhou; descobrir quem ganhou com o prejuízo deles.

**O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN** - Sr. Presidente, o senhor, então, concorda com a reunião extraordinária para fins administrativos?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Para fins... Então, se nós já temos audiências para terça e quinta, logicamente, para que a Comissão possa avançar, na semana seguinte — e, aí, a Comissão será comunicada —, haverá uma nova sessão deliberativa de requerimentos.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Ou na terça, ou na quinta-feira. Na semana, de hoje a 15, em tese.

**O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN** - Não seria possível fazê-la, excepcionalmente, na quarta-feira da próxima semana?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Pode ser na quarta, pode ser na terça. Na semana que vem, nós deliberaremos sobre isso.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Mas aí eu creio, dada essa situação, nós devíamos, num método de trabalho, prever, intercalando oitivas, reuniões administrativas de deliberação de requerimentos, para evitar esse constrangimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Concordo com V.Exa. Este é um ritmo que cabe à Presidência determinar ao sentir o pulsar da Comissão. Vai ter momentos em que nós vamos ter que avançar por três ou quatro oitivas seguidas; vai ter momentos em que vamos ter que fazer duas sessões de deliberação de requerimentos, uma atrás da outra. A Presidência se encarregará de definir esse ritmo.



**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Sr. Presidente, se me permite...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Só comunico, já presente ao recinto o Presidente da PREVI, Sr. Gueitiro, para que possamos avançar.

Com a palavra a Deputada Erika Kokay.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Sr. Presidente, rapidamente, só quero dizer que a metodologia que tem sido aplicada a esta Comissão tem gerado frutos. Nós estamos no início dos trabalhos, nós já escutamos, já fizemos várias oitivas. As oitivas vão maturando a necessidade de se convocar mais pessoas, ou buscar mais documentos. Enfim, é um processo. É um processo.

Por isso, eu acho, Deputado Raul Jungmann, que este processo, este procedimento tem sido adequado. É óbvio que é preciso sentir o pulsar. E, em determinados momentos, pode a Comissão tornar mais amiúde as reuniões administrativas, mas penso que avançamos hoje.

E aqui queria fazer referência ao que o Deputado Paulo Azi mencionou, porque também tinha sido o meu entendimento. Eu também sei que não podemos escutar, ficar escutando todos os diretores, enfim, porque aí nós acabamos por não avançar. Mas eu acho que é muito importante que nós possamos escutar todos os ex-Presidentes, em particular, e escutar os diretores eleitos. Porque diretores eleitos é conquista da categoria, significa ter uma visão não da patrocinadora, mas dos participantes, na perspectiva de preservação dos seus próprios valores, para que nós possamos investigar todos os aspectos, para que nós possamos constatar se há dolo e não há dolo e, a partir daí, punir os culpados que forem delineados nesta condição pelos trabalhos de investigação desta CPI.

Era apenas isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Antes de passar para o Relator, só para falar em cima da fala da Deputada Erika Kokay, eu acho que o ritmo, volto a dizer, com maturidade, com serenidade... Nós estamos avançando dentro do que é possível em 15 dias de informação. Havia requerimentos na pauta que já solicitavam a quebra do sigilo fiscal, bancário, telemático e telefônico do Sr. Conquista, Presidente da POSTALIS, das empresas LATAM Brasil, que é a filial da empresa da Nova Zelândia, que fez aquele negócio sob suspeita, que é fruto de ação civil pública no Ministério Público, do terreno de Cajamar. Então, nós iremos



avançar. Não tenho dúvidas. Nós iremos avançar sobre essa quebra de sigilo, que são essenciais para a investigação. Agora, se porventura esta Presidência avança — há requerimento do Deputado Paulo Azi —, além do que ela dispõe neste momento, nós corremos o risco de, lá na frente, sermos podados pelas instâncias judiciais.

Então, os sigilos telefônicos, bancários, telemáticos, que são essenciais para a investigação, serão quebrados, até porque o próprio Ministério Público tem buscado diálogo conosco e entende que a CPI é até mais célere nesse tipo de procedimento. E nós iremos fazer essa investigação. Nós vamos abrir a caixa-preta dos fundos de pensão, mais uma vez insisto, para descobrir quem ganhou com o prejuízo dos aposentados.

Deputado Sergio Souza, Relator, com a palavra.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Sr. Presidente, nós temos que ter em mente que esta CPI tem 4 meses para concluir seus trabalhos, com possibilidade de prorrogação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - No mínimo.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Mas ela foi criada com o prazo de 4 meses. Acreditamos que este prazo não será o suficiente, dada a quantidade de requerimentos e o número de pessoas que nossos colegas aqui querem ouvir. Em cada reunião dessas, nós conseguimos escutar uma única pessoa. Tentamos duas e não foi possível. Acredito que, em momentos futuros, possa até conseguir colocar duas ou três pessoas aqui durante uma reunião dessas. Mas, se for nesta ordem, nós teremos aí mais umas 20, vinte e poucas audiências públicas para oitivas até o final do prazo, e nós temos que começar a selecionar, e não na aprovação ou reprovação. Isto é decisão do Plenário. O Plenário é que tem... Mas a Relatoria busca focar.

Por exemplo, nós precisávamos ouvir primeiro os beneficiários. Ouvimos e estamos ouvindo as entidades, os fundos, e vamos ouvir, na próxima semana, os órgãos que fiscalizam esses fundos. Enquanto isso, a Secretaria da Mesa tem nos ajudado muito nisso, e a Consultoria toda, que nos assessora, nós temos requerido uma série de documentos que foram aprovados na primeira reunião deliberativa, logo após a instalação dos trabalhos, e esses documentos ainda estão chegando, e



estão chegando de uma forma que, às vezes, dificulta nossa Consultoria a fazer as buscas necessárias. E aí, Deputado Francischini, eventualmente nós precisamos buscar ou trazer para dentro da CPI alguma coisa já pronta. Por isso que esses requerimentos são importantes, principalmente na requisição de documentos para facilitar o trabalho da CPI.

Nós aprovamos hoje aqui um dos itens, que é a contratação de uma empresa de auditoria para auxiliar a Comissão. A tratativa com relação a isso está bem adiantada junto ao Presidente da Casa. Na próxima semana, acreditamos que já seja possível ter uma empresa de auditoria para nos auxiliar. Isso vai tirar muito mais dúvidas e vai aclarar muito mais fatos juntamente aqui com o trabalho dos consultores desta CPI do que, às vezes, trazer um ex-diretor.

Nós temos aqui quantos ex-diretores? Todos eles inclusive são objeto do nosso plano de trabalho. Todos os ex-diretores do Conselho Fiscal, do Conselho Deliberativo, de todos esses quatro fundos, desde 2013 a 2015, foram objeto do plano de trabalho e já foram objeto da maioria dos requerimentos aprovados aqui na primeira reunião. Agora, nós precisamos ter foco, nós precisamos organizar o trabalho, e a Relatoria tem buscado isso, com reuniões diárias com a Consultoria da Casa, para tratar disso, inclusive com a presença do Presidente. Nós começamos a criar uma linha de trabalho para buscar o resultado que a sociedade espera e que este Parlamento tem que dar.

Obrigado.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI** - Presidente, queria que V.Exa. colocasse como prioridade os dois requerimentos do Deputado Raul Jungmann, de convocação do Sr. Julio Neves e do Sr. Pedro Eugênio. São dois requerimentos de convocação que estão na linha do que o senhor vem nos colocando e que possam, nessa reunião ordinária ou extraordinária que nós vamos fazer, ser os dois primeiros requerimentos a serem votados, como forma de demonstrar que estamos na linha de investigação que V.Exa. vem bem conduzindo. São importantes e são um dos poucos sobre convocação de ex-diretores que estão publicamente envolvidos em escândalos que ainda não colocamos na pauta, Presidente.



**O SR. DEPUTADO VITOR VALIM** - Gostaríamos de saber de V.Exa., Presidente, quem foi que pediu a retirada de pauta, de hoje, desses requerimentos para não serem consensos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Não houve retirada de pauta de nenhum deles; houve convergência da Comissão para votar alguma pauta de consenso, que foi construída pelas Lideranças de diversos partidos.

**O SR. DEPUTADO VITOR VALIM** - Foram diversos partidos. Não houve ninguém em especial que pediu... que não houvesse consenso? Porque eu estou olhando aqui, Presidente, e chega a informação para mim que tanto o Sr. Júlio Neves Carvalho é doador da campanha da ilustre Deputada Erika Kokay... Aí eu gostaria de saber dessa informação, porque me levanta uma suspeita e até uma suspeição, porque uma coisa é para o partido, Presidente — e eu acho que é bom até botar isso aqui em pauta na Comissão —, e outra coisa é um Parlamentar ser diretamente beneficiário de uma pessoa que ele está investigando.

Então, acho que há um choque de interesses. E eu queria ter um posicionamento, porque uma coisa é um partido, o Partido dos Trabalhadores receber doação de quem quer que seja e que esteja sendo investigado aqui, mas o Parlamentar diretamente ser beneficiário com outro que prestou depoimento aqui e disse que se sentia representado aqui no Parlamento pela Deputada Erika Kokay, que foi um desejo dele de tê-la aqui como Deputada e que por isso fez a doação, como agora que, coincidentemente ou não, o Sr. Júlio Neves Carvalho doou mais de 30 mil reais para a campanha da Deputada Erika Kokay.

Eu queria fazer um questionamento a V.Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Perfeito. Deputado Vitor Valim, respeito o seu questionamento, mas nós já abordamos esse tema nas reuniões anteriores. Nós temos aqui uma CPI da PETROBRAS, em que essas empresas doaram para diversos Deputados e, mesmo assim, continuam sendo investigadas. E nós iremos avançar nesse sentido.

Eu queria fazer só uma ponderação. É importante citar dos acordos de procedimento que nós fizemos, que todos os requerimentos aprovados sob a égide de convite se transformaram em convocação, na condição de testemunha. E a Secretaria da Mesa também orienta que os Requerimentos nºs 199, de 2015, da



Sra. Erika Kokay (Item 29); 221, de 2015, da Sra. Erika Kokay (Item 31); e 246, de 2015, do Sr. Júlio Delgado (Item 37), estão adstritos apenas às empresas que porventura sejam objetos dessa investigação, que estão contidas no requerimento de instalação da CPI, para, segundo a Mesa, evitar qualquer tipo de questionamento quanto à procedência dos mesmos.

Deputado Fernando Francischini com a palavra.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI** - Na mesma esteira da CPI da PETROBRAS, da qual V.Exa. participou, gostaria de solicitar a V.Exa. que, na próxima reunião de acordo de procedimentos, nós pudéssemos reunir na sala da Presidência da CPI os coordenadores das bancadas que aqui estão presentes, para que possamos daí ter a opinião oficial de cada bancada em relação a esse procedimento e dar apoio às decisões que V.Exa. vem tomando. Evitaria que publicamente tivéssemos que nos confrontar sobre como foram tomadas as decisões. As reuniões da CPI da PETROBRAS sobre procedimentos melhoraram e muito a questão de termos explicação para dar, porque é muito difícil dizer para quem está se sentindo representado por vários de nós, numa investigação que busca apurar desvios de milhões de reais dos funcionários, não vê o nome daquela pessoa que publicamente está nos jornais como investigada, como que desviou dinheiro, ser colocada num segundo momento para ser votado.

Então, esses acordos com os coordenadores das bancadas nos facilitam para que possamos divulgar, com antecedência, a linha de investigação, e as pessoas não sintam como se parecesse que não estamos colocando em votação alguns. Eu sei que V.Exa. tem se postado como um Presidente que quer chegar a resultados, e isso tem incentivado vários Parlamentares a estarem nesta CPI, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Perfeitamente, Deputado Francischini. Não haverá, de forma alguma, blindagem a qualquer pessoa ou instituição; o que existe é uma maturação do procedimento, para que possamos dar o ritmo necessário, porque sempre existem divergências, e as divergências serão levadas a voto. O que é importante, nas primeiras reuniões, é aprovar o que é consenso. As divergências virão no momento correto e o voto decidirá quem sentará nessas cadeiras para prestar esclarecimento à sociedade brasileira e a este Plenário.



Deputado Rocha com a palavra.

**O SR. DEPUTADO ROCHA** - Sr. Presidente, eu quero aqui me somar ao Deputado Vitor Valim. Esta CPI tem como função investigar, e a administração pública tem princípios que são definidos no art. 37, e um desses princípios é o princípio da moralidade. Não estou questionando a legalidade, mas é imoral alguém que recebeu vantagem, mesmo que legal, colocar-se na condição de investigador e, na mesma hora, estar investigando quem lhe favoreceu. Eu estou falando aqui de um princípio constitucional, o princípio da moralidade. Nós estamos aqui trabalhando...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Deputado Rocha, eu não vou mais avançar, Deputado, nós já debatemos esse tema exaustivamente.

**O SR. DEPUTADO ROCHA** - Nós estamos aqui trabalhando para esclarecer uma situação que é de interesse de milhares de pessoas. Nós não podemos ter aqui entre os investigadores advogados.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Posso até concordar com V.Exa., mas esta Casa já decidiu na CPI da PETROBRAS.

Eu, por exemplo, sou a favor de que Deputado que tivesse recebido dinheiro da PETROBRAS não pudesse estar na CPI, mas decidiram, mas decidiram! Eu não posso avançar. Eu sou a favor. Inclusive eu era a favor, mas não posso.

**O SR. DEPUTADO ROCHA** - É diferente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Não é diferente, não. É a mesma coisa. É igual.

**O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA** - Sr. Presidente, pela ordem. Sr. Presidente, eu quero apenas refletir um aspecto aqui, porque o conjunto desses Parlamentares aqui, creio eu, quer concluir esta CPI dando os resultados para a sociedade brasileira e para os beneficiários dos fundos associados aos fundos de pensão. Acho que não há aqui sequer um Deputado que queira blindar alguém.

Sendo assim, Presidente, eu também acho e eu quero colocar aqui uma situação que é o seguinte: dos Deputados do meu partido, se eu tivesse que fazer uma classificação ética, no topo dessa classificação eu colocaria a Deputada Erika Kokay. Portanto, eu coloco a Deputada Erika Kokay. Quero dizer para vocês que eu acho que as questões que estão sendo levantadas aqui... Se alguém tivesse aqui



dito que ela teria induzido algum tipo de negócio, mas não é isso que está sendo dito.

Hoje, em nosso País, a contribuição de campanha é legal. Eu, particularmente, luto contra a contribuição de empresas, pela contribuição de pessoas físicas. Essa contribuição é extremamente... Do ponto de vista de todos que divergem sobre contribuição, essa não há quem divirja sobre ela.

Portanto, acho que nós não podemos estabelecer um debate que desqualifique qualquer um dos Deputados aqui. Eu não fui procurar nenhum tipo de prestação de contas de nenhum dos Srs. Deputados que estão aqui. Não procurei. Não procurei se há empresas ou não que estão sendo investigadas ou não, porque eu creio na lisura e no comprometimento ético.

Então, mais uma vez, quero dizer: se foi feito um acordo aqui hoje, foi feito um acordo de bancadas, não houve qualquer influência, ilustres Deputados, de qualquer Deputado em particular. E, portanto, gostaria aqui que a gente pudesse finalizar esse debate no sentido desta ilação, até porque a Deputada que foi mencionada aqui é beneficiária desse fundo de pensão. E, por ser beneficiária desse fundo, ela está aqui conosco procurando dar uma satisfação igualmente.

Eu gostaria de dizer que há divisões no movimento sindical. Certamente aqueles que se pronunciam aqui fazem parte de uma corrente do movimento sindical, mas eu quero dizer o seguinte: do ponto de vista da Deputada Erika Kokay, como ela está ausente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - O senhor já disse. Vamos avançar com a pauta. Já ficou claro. O senhor já fez a defesa.

**O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA** - Mas eu quero concluir dizendo o seguinte: eu espero que qualquer Deputado doravante, quando levantar esse tema, tenha a hombridade de fazê-lo na frente da pessoa e não na ausência da pessoa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Brigas entre Deputados serão resolvidas no Conselho de Ética.

Está encerrada a sessão de deliberação de requerimentos e iniciaremos a oitiva do Presidente da PREVI. O Conselho de Ética está à disposição daqueles que entenderem que há motivos para tanto.

**O SR. DEPUTADO MARCOS REATEGUI** - Presidente, não só...



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Convido o Dr. Gueitiro Matsuo Genso a tomar assento à Mesa.

**O SR. DEPUTADO VITOR VALIM** - Enquanto o nobre depoente não chega, Presidente, é só para ficar claro que ninguém questionou a conduta ética, moral da Deputada Erika Kokay. Apenas vários beneficiários nos questionaram sobre isso, e, por isso, foi colocado em pauta, sem querer denegri-la, sem policiar prestação de quem quer que seja, mas nós estamos aqui para representar os beneficiários que foram lesados por gestões. Então, por isso, foi colocado isso em pauta, a questão da suspeição, não a conduta ética e moral da Deputada Erika Kokay.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Se tem...

**O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA** - Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Não, já está encerrada, Deputado Paulo Teixeira.

**O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA** - Não. Para mim é questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Ele já explicou.

**O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA** - Para mim é questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Eu vou dar, antes de encerrar a sessão.

**O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA** - Antes não!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Eu só digo o seguinte: qualquer requerimento, inclusive os do Deputado Raul Jungmann, para aqueles que, porventura, desejarem, a Mesa só tem um compromisso, o de que será colocado em pauta e irá à votação. Quem vai decidir a convocação ou não será o Plenário.

**O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA** - Presidente, a minha questão de ordem é da seguinte natureza: eu quero pedir, se qualquer dos Deputados se referirem a outro Deputado desta Comissão, que o façam na presença do Parlamentar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Isto é com cada um deles e não pode ser questão de ordem, Deputado.

**O SR. DEPUTADO MARCOS REATEGUI** - Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Aí é questão de princípios e valores de cada um.



**O SR. DEPUTADO MARCOS REATEGUI** - Presidente, em relação à condução dos trabalhos, primeiro, eu quero parabenizar tanto a forma como V.Exa. quanto o Relator os estão conduzindo.

Eu tenho um pouco de experiência nessa relação — eu sou Delegado da Polícia Federal — e tive a oportunidade de investigar fundos de pensão no meu Estado. A forma como foi deliberada, para ter uma assessoria técnica, é fundamental, como também ter os documentos e trabalhar, antes, a aplicação, por exemplo, no mercado, o momento em que foi aplicado, o tipo de investimento, a segurança daquele investimento, no tocante a essa gestão temerária ou mesmo com má intenção, com dolo. Isso gera, para nós, a condição de, quando ouvirmos aqueles que podem ser os agentes de uma eventual ilicitude, termos consubstanciado elementos que nos permitam indagar o que é realmente necessário saber.

Eu estou falando isso, porque nós tivemos a primeira oportunidade, nos apressamos na oitiva em um dos inquéritos e perdemos a oportunidade de elucidar questões que depois, com os documentos, se tornaram muito mais simples nos demais inquéritos.

Então, eu quero parabenizar a forma que foi escolhida para a condução dos trabalhos. Eu tenho certeza de que esta CPI trará os frutos que nós estamos esperando.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Agradeço.

Encerrada a deliberação dos requerimentos, convidamos o Dr. Gueitiro Matsuo.

Antes de passar a palavra ao depoente, peço a atenção dos senhores presentes para os procedimentos que vamos adotar.

O tempo concedido ao depoente será de 20 minutos, não podendo ser apartado. Os Deputados interessados em interpelá-lo deverão inscrever-se previamente junto à Secretaria.

O Relator disporá de 30 minutos para suas interpelações, os Sub-Relatores, 10 minutos, e os autores dos requerimentos, 5 minutos. Cada Deputado inscrito terá o prazo de 3 minutos.



Para atender às formalidades legais, foi firmado pelo depoente Termo de Compromisso que integra o formulário de qualificação cujo teor eu solicito ao depoente que faça a leitura.

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Com a palavra o Sr. Gueitiro Matsuo Genso, por até 20 minutos.

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Bom dia a todos. Quero saudar o Presidente, Deputado Efraim, e, na pessoa do Presidente, cumprimentar os demais Parlamentares, cumprimentar os profissionais da imprensa presentes, os colegas do Banco do Brasil também associados da nossa PREVI. Quero iniciar me apresentando. Eu tenho 43 anos de idade. Eu sou formado em Administração, tenho Pós-Graduação, pela FGV, em Finanças e, pela USP, em Agronegócio. Eu sou filho de um produtor rural do Estado do Paraná. Até meus 13 anos, eu trabalhei na lavoura de café. E eu tive a felicidade de, pelo Programa de Menor Auxiliar, do Banco do Brasil, entrar no Banco do Brasil como menor auxiliar e, até os meus 18 anos, cumpri essa função no Banco do Brasil. Aos 18 anos, eu passei no concurso e ingressei em uma agência no Estado do Paraná. Passei por diversos cargos dentro duma agência bancária. Na sequência da minha carreira, eu fui selecionado para ser superintendente regional do Banco. É um cargo que coordena várias agências. No ano de 2005, eu tive a oportunidade de passar num processo seletivo interno do Banco do Brasil para gerente executivo. Gerente executivo é o último cargo abaixo de um diretor estatutário. E eu cheguei a Brasília como executivo da Diretoria de Varejo, do Banco do Brasil, através desse processo seletivo. Trabalhei até 2009 nessa Diretoria de Varejo. É uma diretoria de produtos de pessoa física e de relacionamento com pessoa física. Em 2009, o Banco do Brasil adquiriu, em São Paulo, o controle da Nossa Caixa. Eu fui designado como Diretor de Produtos, enquanto aquele Banco tinha ações na Bolsa. Ao fechar o capital, eu continuei lá, em São Paulo, coordenando o processo de integração das agências da Nossa Caixa com o Banco do Brasil e, ao final do processo, quando a última agência Nossa Caixa tinha se transformado em Banco do Brasil, eu voltei a Brasília. Aí sim, fui eleito pelo Conselho de Administração do Banco do Brasil como Diretor Estatutário do Banco



do Brasil na Diretoria de Empréstimos e Financiamento, diretoria que cuida dos empréstimos à pessoa física. Em 2011, o Banco do Brasil decidiu que queria entrar no crédito imobiliário de uma forma ampla. Eu coordenei o projeto de estudo e de viabilidade dessa entrada, que culminou com a criação da Diretoria de Crédito Imobiliário. Fui designado diretor nesta área. É a segunda diretoria em que eu trabalhei. E, por último, eu estava em Brasília, na Diretoria de Clientes, pessoa física. Essa diretoria, em Brasília, cuida dos negócios digitais, cuida do SAC, que é o Serviço de Atendimento ao Consumidor do Banco do Brasil, e cuida dos relacionamentos com pessoa física. E, desde fevereiro deste ano, portanto, há 6 meses, o Conselho Diretor do Banco do Brasil me indicou para o Conselho Deliberativo da PREVI, e eu fui, o meu nome foi aprovado no Conselho Deliberativo, o órgão máximo da entidade PREVI. E o meu nome foi aprovado nesse Conselho, que tem três representantes dos participantes, e fui eleito por unanimidade. Eu queria pedir permissão ao Presidente para fazer a apresentação em pé — acho que facilitaria. Eu queria usar essa segunda parte do meu tempo para apresentar a nossa entidade. A PREVI tem 111 anos. É uma empresa centenária. Ela nasceu, em 1904, por uma iniciativa pioneira de 52 colegas do Banco do Brasil, à época já preocupados em buscar os seus direitos sociais, que se reuniram e, preocupados também com o futuro das suas famílias, resolveram constituir uma poupança para garantir esse futuro. Então, essa entidade tem 111 anos. Ela nasceu por essa iniciativa. Foram os associados que se reuniram para criá-la. Muito antes de várias leis trabalhistas e várias leis que garantiam os direitos dos trabalhadores, essa entidade, essa iniciativa já existia, e foi criada a nossa entidade. Ela nasceu com 52. Hoje, nós temos mais de 200 mil associados. Um em cada mil brasileiros é associado à PREVI. Nós temos dois planos lá na PREVI. Um deles que nós denominamos Plano 1 é o maior plano de previdência nosso, com 162 bilhões de ativos. Ele está fechado desde 1997. Desde 1997, as pessoas que ingressam no Banco do Brasil não entram mais nesse plano. É um plano que está na fase de — a maior parte das pessoas — pagamento da aposentadoria. Nós só temos 20 mil pessoas ainda na ativa. E nós temos um segundo plano. Esse, sim, é um plano mais novo, na fase de acumulação. As pessoas que entraram pós-98 no Banco do Brasil fizeram adesão ao que nós chamamos lá de PREVI Futuro. Este plano tem muito



poucas pessoas ainda já aposentadas e está na fase de acumulação de reservas. A nossa previdência complementar, o nosso fundo de pensão PREVI, nasceu lá com a iniciativa dos associados, e, hoje, a missão, o objetivo, da nossa entidade é garantir o pagamento de benefícios aos associados de forma eficiente, segura e sustentável. Então, a missão da PREVI não é realizar investimento, não é qualquer outra coisa. Tudo isso são formas de realizar nossa missão, que é garantir o pagamento de aposentadoria, ou seja, cumprir o contrato previdenciário de longo prazo. Tendo 111 anos, ou seja, mais de um século de existência, a PREVI passou, assistiu e foi impactada por diversos momentos da história econômica do País e de mudança de legislação também, mais de 100 anos sobrevivendo e chegando a este momento podendo dizer que consegue cumprir o contrato previdenciário. E se tem uma palavra que pode resumir por que ela conseguiu sobreviver a todos esses momentos — momentos de bonança, momentos de dificuldade econômica — é a palavra governança. E eu quero usar aqui dois ou três *slides* à frente para falar um pouco dessa governança, que também evoluiu ao longo do tempo. Com o aperfeiçoamento das leis, a governança da PREVI evoluiu. Mas a PREVI tem, por cultura dos seus associados, por cultura da discussão interna, de tentar até ir além do que a legislação exige em questões de governança. Por exemplo: queria comentar três pontos importantes aqui para esse debate nosso. Todos os membros da administração da PREVI, ou seja, da Diretoria, de todos os órgãos, são associados da Previdência. E está no regulamento que têm que ter mais de 10 anos de associado. Por exemplo: eu, como Presidente, obrigatoriamente, tenho que ser associado da PREVI e funcionário do Banco do Brasil da ativa. Isto é muito importante, porque faz com que quem está na gestão esteja também olhando para o seu dinheiro. Outra coisa importante em que a PREVI evoluiu também é que na Diretoria Executiva tem três diretores trabalhando no dia a dia, ajudando a gerir os ativos, eleitos pelos 200 mil associados. Isso a legislação não exige, mas, desde a década de 90, as nossas experiências internas na PREVI já buscaram colocar gestores eleitos dentro da diretoria, porque estariam fazendo com que os participantes participassem do dia a dia da gestão. O ponto dois que eu queria ressaltar aqui também é a separação de funções entre as seis diretorias. E a prática de gestão de risco mostra que quem planeja uma gestão de investimento não deve



executar. E eu quero comentar aqui: o ponto principal da gestão de uma entidade de longo prazo, de um fundo de previdência, é mirar uma política de investimento adequada. Então, lá na PREVI está definido, estatutariamente, que quem é responsável por propor a política de investimento é a Diretoria de Planejamento, ou seja, ela propõe, é um diretor eleito. Somente depois de aprovada essa política de investimento lá no Conselho Deliberativo é que o Diretor de Investimento, que é outra diretoria — e aí, sim, é representante do patrocinador —, pode executar. Então, é uma separação de que quem planeja não executa. Isso faz com que as decisões tomadas tenham muito mais sustentabilidade. E o terceiro ponto da governança, que nós poderíamos compartilhar aqui — importante para esse debate, Sr. Presidente —, é que o corpo técnico da PREVI é composto de funcionário cedido. Foi um longo debate na década de 90, no início da década passada, se deveríamos ter funcionários contratados direto do mercado ou trazer funcionários do Banco do Brasil através de um convênio de extensão, e optou-se por trazer funcionários do Banco do Brasil por um acordo de cessão. Por quê? Os profissionais que viriam para cá já conhecem, cuidam do dinheiro da população brasileira — portanto, conhecem finanças, conhecem o mercado financeiro. E o segundo ponto importante é que o corpo técnico, sendo também impactado pelas decisões, com a forma de propor as decisões são muito mais robustas, e eles também são um controle dentro da nossa instituição. Este *slide* do organograma exemplifica o que eu comentei. Eu quero me dedicar à parte de baixo, porque a parte de cima está na lei. Então, em que a PREVI vai além do que a lei exige? Nós temos três diretores representantes do patrocinador — Presidente, Diretoria de Investimento e Diretoria de Participação — três diretores eleitos — Diretoria de Segurança, de Planejamento e de Administração. Esses seis diretores — eu e mais cinco — trabalhamos no dia a dia da gestão e somos apoiados por um corpo técnico cedido pelo Banco do Brasil. Na Diretoria Executiva — que são os seis — não tem voto de desempate. Ou seja, as decisões que têm que ser tomadas no dia a dia precisam acontecer por um convencimento de, no mínimo, um diretor eleito, pois deve haver maioria. E na nossa história, a da PREVI, só temos, por exemplo, como a lei determina, voto de desempate no Conselho Deliberativo. Mas nós não temos, na história da PREVI, decisões de investimento em que foi usado o voto de minerva, de desempate, lá no



Conselho Deliberativo. Isso aqui traz um ponto importante na gestão. E outro ponto também que eu gostaria de comentar e que vale a pena compartilhar aqui é que o Conselho Deliberativo é um órgão que se reúne uma vez por mês. Tem três eleitos e três representantes participantes. A PREVI também, até inspirada no que acontece nas empresas de capital aberto e nas S.As., os Conselhos de Administração, normalmente, estabelecem Comitê de Assessoramento para apoiar a decisão, porque normalmente numa reunião de um dia, com um tema complexo, você não consegue decidir. Então, você tem ali o Comitê de Assessoramento Técnico, ligado ao Conselho Deliberativo; também há conselhos de investimento, de administração, de seguridade, de governança e de ética, de risco e de remuneração. Esses comitês apoiam essa decisão do Conselho Deliberativo. E, por último, importante também salientar aqui, que é algo importante na nossa gestão, que, sob responsabilidade direta dos diretores representantes dos participantes, nós temos áreas vitais de uma administração, de um fundo de previdência que mire a longo prazo. Por exemplo, a Diretoria de Seguridade, que é a nossa atuária, aquela que calcula a reserva matemática, ponto importante para gerir um fundo de pensão, está sob gestão do Diretor de Seguridade. A política de investimento está sob gestão do Diretor de Planejamento. A Asset Liability Management — ALM ali é o acompanhamento de ativo e passivo de longo prazo. A Diretoria de Administração, que é também de eleitos, tem a contadoria e a contabilidade sob gestão deles. Então, esse equilíbrio, esse balanceamento, no dia a dia faz com que a gente possa tomar decisões muito mais equilibradas. Não é fácil no dia a dia gerir esse debate, não é fácil, mas eu, como Presidente, reputo de fundamental importância para a tomada de decisão de longo prazo. Muito rapidamente, um processo de investimento na nossa entidade funciona com esse fluxo, não tem alçada individual. Aprovada a política de investimento, a única área, a única porta de entrada do investimento na entidade é através da Diretoria de Investimentos. E aí segue o fluxo: Corpo Técnico, Comitê da Diretoria, Comitê com o Presidente e Diretoria Executiva, com as suas devidas alçadas, chegando até o Conselho Deliberativo. Também gostaria de, mais uma vez, enfatizar que não temos na história da nossa entidade decisões em que se utilizam o voto de minerva, que só tem no Conselho Deliberativo para aprovar algum investimento. Por último, em relação à governança, quem planeja não executa e



quem executa não controla. Esse é um ponto importante da gestão de risco. Então, quanto às áreas que fazem controles, para saber se está acontecendo a adequação da política de investimento à sua execução, nós temos os externos, que é a PREVIC, a auditoria externa, com seis relatórios anuais, segundo a qual não temos nenhuma constatação de irregularidade em nosso processo. Mas eu vou falar um pouco do controle interno. Temos o Conselho Fiscal; a Auditoria Interna, que está ligada ao Conselho Deliberativo, igual acontece nas S.As.; Gerência de Conformidade, que é o Núcleo de Controles Internos; e a Gerência de Análise Técnica, que faz a análise dos relatórios de investimento. Não são pessoas que estão no dia a dia da negociação, estão lá só para controlar. Bom, ao falar da governança, queria falar um pouquinho da estratégia de investimento, porque é a estratégia de investimento que faz com que a gente consiga cumprir o que é mais importante na instituição, que é o contrato previdenciário e a missão. A estratégia de investimento, ao longo dos anos — e a estratégia de investimento não pode ser olhada sob a ótica, sob o prisma de um ano, dois anos ou três anos —, ela vem propiciando alguns resultados. O que eu queria comentar nesses eslaides? Nos últimos três anos, fechado o período em 2014 — e eu estou falando sempre de 2014, porque 2014 é o último balanço fechado e auditado — nós pagamos 26 bilhões de aposentadorias somadas, 26 bilhões em compromissos. Em média, 50% do que nós tivemos que ter de caixa vieram de pagamento de dividendos, aluguéis e juros, ou seja, do rendimento dos nossos investimentos. Isso faz com que o patrimônio da PREVI, mesmo tendo pago 26 bilhões em compromissos, mantenha-se estável, porque eu recebi dividendos, recebi juros, recebi aluguéis, e esses recursos foram utilizados para pagar nossos compromissos. Ou seja, é o resultado da estratégia de investimento. Outro ponto importante para compartilhar também — e é isso o que o passado mostra e o futuro projeta — é que sempre precisamos estar olhando num longo prazo. Vocês vão ver logo à frente, há um eslaide em que eu mostro, o horizonte daquele plano maduro nosso é de 60 anos à frente. Nós temos que ter dinheiro para 60 anos. Então, nesse eslaide aqui eu quis mostrar que, retroagindo dez anos — de 2014 para trás —, a linha cinza mostra que nós deveríamos ter rendido 188% para cumprir a exigência mínima de pagar aposentadoria. E a linha verde mostra o quanto esse plano rendeu: rendeu 286%.



Ou seja, rendemos 100% a mais. Teve anos de maior dificuldade. Mas, como a gente mira a longo prazo, que é o objetivo da estratégia, a estratégia do longo prazo tem sido vencedora, tanto é que o balanço de 2014 fechou com uma necessidade, uma reserva matemática de 122 bilhões. A reserva matemática é o seguinte: olhando para o futuro, quanto de dinheiro eu tenho que ter hoje para poder cumprir os compromissos. Então, a gente consegue cumprir o compromisso atual e futuro e temos 12 bilhões de reserva de contingência, que não é para dar lucro, é para poder fazer frente às adversidades por que se passa ao longo do tempo. Bem rapidinho: nós temos uma estratégia de renda fixa e de renda variável. A estratégia de renda fixa é muito conservadora. Nós temos na carteira 49 bilhões em títulos públicos e, portanto, liquidez para pagar a aposentadoria para um longo tempo. Os títulos privados que têm lá seguem a política de investimento nosso. Então, aplicação de debêntures, aplicação em bancos, é só banco de primeira linha, com *triple A*, tanto é que não tivemos nos últimos 5 anos nenhum dinheiro perdido com bancos que tiveram intervenção do Banco Central, muito menos com dívida soberana de outros países. A PREVI não teve esses prejuízos, porque a nossa política de investimento, aquela segregação que eu comentei no início, faz com que a estratégia aconteça de forma a atingir o objetivo, que é pagar pensão. Renda variável. Essa é outra macroestratégia que eu também queria compartilhar. A renda variável que está no balanço da PREVI — 55%, em 2014 — é derivada de uma estratégia do final da década de 1990 — e é uma estratégia, como vocês verão à frente, vencedora. E a nossa carteira está concentrada em segmentos importantes para qualquer país. Estão falando de mineração, energia elétrica, banco. E, ao longo do tempo, ela tem cumprido a meta de longo prazo, que é o objetivo nosso. A renda variável tem sido uma estratégia importante para cumprimento da meta atuarial, porque a nossa meta atuarial é de 5% — INPC e mais 5%. Só que, ao longo do tempo isso varia. Hoje nós estamos com uma janela de oportunidade em que o título NTN-B está pagando 7%. Mas há dois anos estava pagando 3%. Então, ter renda variável é importante para a estratégia de longo prazo. E aqui a gente mostra que, da carteira atual de 159 bilhões de reais, 56% está em renda variável. E, desta, de renda variável, 90% dela foi constituída no final da década de 90, começo da década de 2000. Ou seja, uma carteira resiliente no longo prazo. Outra coisa importante da estratégia de renda



variável. Nos últimos 10 anos, nós tivemos 35 bilhões de reais de fonte para pagar as aposentadorias, que vieram da estratégia de renda variável. A linha verde do gráfico de barra mostra que, em determinados anos, mesmo quando houve elevação da aposentadoria, quase 50% da nossa necessidade para pagar a aposentadoria vieram dessa estratégia derivada da renda variável. Outro ponto importante, Sr. Presidente, é que a mensagem-chave é essa: bons ativos resistem em momentos conjunturais e adversos. Eu fiz uma linha do tempo aqui, projetando até 2000. A linha cinza é a meta atuarial. Eu deveria, ao longo do tempo, cumprir aquela meta para o plano estar solvente e saudável. A linha verde indica como se comportou renda variável. Então, a gente percebe que os três primeiros anos da década passada nós vivemos momentos de dificuldades econômicas e, por questões macroconjunturais, estivemos abaixo da meta. Depois, tivemos um longo ciclo de superação e nós estamos de novo praticamente na mesma linha do que estava no início da década passada. Mas a mensagem é: os ativos que estão lá, que foram 90% iniciados no final da década de 90, são resistentes a passar momentos conjunturais adversos. Então, os nossos ativos — que são a Vale e empresas de segmentos importantes — passam por momentos conjunturais, mas as empresas permanecem boas. Portanto, no longo prazo a gente consegue cumprir a meta atuarial. Outro ponto importante também que eu queria compartilhar é o seguinte: *“Poxa, a PREVI está se desfazendo da estratégia de renda variável?”* Está. Só que é o seguinte: a nossa estratégia passa por olhar a política de investimento, para haver uma saída gradual. A PREVI não precisa vender papéis que estão depreciados, neste momento, para pagar aposentadoria. Então, nos últimos 5 anos, nós já vendemos 14 bilhões de ações em renda variável. No último ano, em 2014, foram 3.1 bilhões. Quando a gente acha que uma ação chegou no preço alvo, lá pela área técnica, a gente faz o desinvestimento. Então, de uma forma lenta e gradual. Eu estou concluindo. Mas quero concluir aqui falando de dois temas. Um deles é a política de investimento. Na verdade, se tem uma palavra para resumir como gerir um fundo de previdência complementar que mire o longo prazo, qual seria a bússola que levaria a gente para o longo prazo? Eu resumiria: a política de investimento. E aí eu quis trazer aqui uma representação gráfica. Olhem o desafio de um gestor que mira o longo prazo para fazer a gestão: nós temos 116 mil associados no Plano I,



aquele plano que está na fase de aposentadoria. Nós temos que ter uma reserva matemática que garanta que, nos próximos 60 anos, ter nossos associados recebendo aposentadoria — pois essa é a nossa projeção, ou seja, ter pessoas vivas, se Deus quiser, recebendo aposentadoria. Essa reserva matemática tem que ser conservadora. No caso da nossa reserva matemática — só para compartilhar, a título de curiosidade — temos como expectativa de vida das pessoas, homens, 85 anos; mulheres, 87. Então, aquela reserva matemática tem que ter esse dinheiro hoje para, ao longo dos próximos 60 anos, ainda ter dinheiro. E a gente vive gerações diferentes dentro desse plano. Eu tenho, na ponta extrema, com mais de 75 anos, 17 mil pessoas que já têm mais de 75 anos; ou seja, estão na fase em que eu preciso ter liquidez para pagá-los. Na outra ponta, no início, tenho 20 mil na ativa ainda. Então, eu preciso gerir essa bússola, ao longo do tempo, para poder cumprir aquele ponto lá que é o contrato previdenciário. Quando ele tomou posse no banco, quando ele aderiu à PREVI, ele assinou um contrato previdenciário, e esse contrato precisa ser honrado. Agora, como fazer isso? Esse é o ponto. E aí tem, como nós estamos chamando lá na PREVI, de tripé da política de investimento, que é assim: risco, solvência e liquidez. Eu preciso olhar muito para risco e retorno. Não posso só colocar em títulos públicos 100% da carteira, porque não me paga rentabilidade para levar o dinheiro até lá na frente — lembro que tenho aquelas 20 mil pessoas que vão ficar mais 50 anos precisando pagar rendimento —, como não posso por tudo em renda variável, porque eu preciso de liquidez, que é outro ponto aqui da pirâmide. Eu preciso de liquidez. E mais: se eu invisto em renda variável, eu preciso sempre olhar para aquela ponta de cima lá do tripé, que é a solvência. Eu estou investindo em renda variável, mas os papéis que eu tenho, a participação em empresas que eu tenho, são resistentes a passar ciclos econômicos adversos nos próximos 60 anos? Preciso ter essa leitura. Então, gerir um fundo é administrar essa equação. E é essa equação que está descrita na política de investimento da PREVI, que é a nossa bússola e o nosso horizonte. Por último, eu comecei aqui falando que a PREVI foi uma iniciativa dos associados, livre, lá em 1904 — nem existia a Lei Geral da Previdência ainda, que só foi aprovada, parece-me, no final da década de 20. Estou terminando aqui dizendo que nós temos uma política de dar conhecimento às informações, gestão da carteira. E este ano, com a minha chegada lá, eu procurei



fazer um trabalho de discutir investimentos. A gente sabe — eu acho que é justo — que muitos associados querem discutir bastante o contrato previdenciário, o benefício, mas eu tenho procurado discutir com eles os nossos investimentos. E eu quero citar dois exemplos aqui de discussão feita: nós estamos levando a relação de investidores das empresas das quais nós participamos para debater direto com os nossos associados, não só com a Diretoria da PREVI. Eu já fiz um evento, no Rio de Janeiro, com a Vale do Rio Doce. Todos os associados do Brasil inteiro puderam entrar em teleconferência e fazer perguntas lá para o *Board* da Vale, dentre elas quais as perspectivas da Vale para 2016, para 2017 e para 2018. Fiz um segundo, lá em Campinas, com a Companhia Paulista de Ferro-Ligas — CPFL, para mostrar o setor de energia para os nossos associados. E isso a gente vai intensificar ao longo do tempo, levando a pauta de investimento também. Sr. Presidente, queria agradecer a oportunidade e vou me colocar à disposição.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Teixeira) - Muito obrigado, Dr. Gueitiro Matsuo Genso.

Então, eu passo agora a palavra, para a sua inquirição, ao nosso estimado Relator, Deputado Sergio Souza.

O Deputado Marcus Pestana elogiou a maneira cordata com que tratei V.Exa. e assim continuarei fazendo...

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - E não há nenhum interesse diferente que afete as investigações.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Teixeira) - ... inclusive o Deputado Marcus Pestana, quando o tratar, farei da mesma forma.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Bom dia a todos. Bom dia meu conterrâneo, Gueitiro. De qual cidade você é, Gueitiro?

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Sou de Wenceslau Braz.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Wenceslau, lá do nosso norte pioneiro. O Enio fez muito voto lá.

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Nasci em Siqueira Campos, mas fui criado em Wenceslau Braz, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - O Paraná exporta talentos, não é, Enio?



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Teixeira) - A jurisdição no Brasil já dominou, não é? Tudo é do Paraná.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Mas vamos lá: Sr. Gueitiro, eu vi que o senhor chegou recentemente à PREVI, no entanto, conhece profundamente as ações do banco, principalmente com relação à governança e investimentos.

O senhor conhece também os fatos pretéritos, decisões das diretorias anteriores, por exemplo, casos de investimentos, investimentos ou eventuais investigações sobre investimentos? *(Pausa.)*

Está sem som ali. Isso.

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - O que é da estratégia macro, o que impacta diretamente a entidade, eu acompanho. Mas detalhes específicos de algum investimento anterior à minha gestão, eu não tenho como contribuir. Com algum detalhe macro de acompanhamento, eu posso contribuir.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - V.Sa. é filiado a algum partido político?

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Não, senhor. Eu não tenho nenhuma filiação e nunca militei também.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Como se deu o procedimento para escolha do nome de V.Sa. para ser o Presidente da PREVI? Os jornais dão conta de que houve vários indicados e de que V.Sa. teria sido o indicado pelo Presidente do Banco do Brasil? V.Sa. poderia me explicar como se deu esse procedimento de escolha?

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Na verdade, como eu procurei relatar aqui na minha apresentação, eu tenho 29 anos de banco, eu passei por várias diretorias, eu sou um técnico, eu já fui Diretor de três áreas no Banco do Brasil e, normalmente, quando você é Diretor, você aspira ser Vice-Presidente do Banco do Brasil. O cargo de Presidente da PREVI, ele é equivalente, na estrutura do Banco do Brasil, ao de Vice-Presidente. O processo de indicação para a entidade PREVI passa por aprovação do Conselho Diretor do Banco do Brasil. Então, o Conselho Diretor, que é o Presidente mais oito Vice-Presidentes, remetem o nome ao Conselho Deliberativo. Então, a minha nomeação partiu de um “encarreamento” técnico e de uma aspiração que eu sempre tive para ser Vice-Presidente do banco.



**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Houve alguma indicação política ou somente técnica?

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Não houve nenhuma indicação política.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Pela sua explanação, bastante entusiasmada, o senhor considera que a política de investimentos desenvolvida pela PREVI é a correta?

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Os números têm mostrado isso, excelência. É uma estratégia que mira o longo prazo. É uma estratégia que tem uma governança que a suporta, que a controla. Então, eu hoje entendo que nós temos uma governança e uma política que nos permitem dizer para os associados — que são o nosso objetivo principal — que nós vamos ter condições de continuar honrando o que foi contratado com eles.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Houve investimentos de vários fundos de pensão na Sete Brasil. Inclusive, o PREVI é um dos que investiu fortemente. Como o senhor avalia esse investimento do PREVI na Sete Brasil? O senhor tem conhecimento de que houve alguma gestão para que os fundos de pensão viessem participar diretamente da criação da Sete Brasil? Foi uma gestão de Governo ou foi uma análise de bom investimento dos fundos de pensão?

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Excelência, eu não conheço normalmente o processo lá, mas eu vou contribuir com a minha experiência de participar de estruturação de operação no Banco do Brasil. Normalmente, num projeto desse, você tem um banco estruturador que apresenta ao mercado. Especificamente, com relação ao PREVI, a gente tinha 9,9% lá, quando foram apresentadas as primeiras sete sondas. A gente aportou 180 milhões à época. É pouco dinheiro, olhando para o tamanho do PREVI, mas muito dinheiro, olhando pelo ângulo do associado. E, à época, era um projeto...

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Quantos milhões?

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Foram 180 milhões. Era um projeto que tinha as premissas da nossa política de investimento: apresentava rentabilidade superior à meta atuarial, tinha parceiros de mercado. Então, analisando essa decisão de investimento do passado, eu classifico como uma decisão adequada à nossa política.



**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - E chegou a haver alguma reunião entre os fundos de pensão para a tomada dessa decisão?

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Não tenho conhecimento de que tenha ocorrido reunião, mas o que acontece lá no PREVI é que essas discussões acontecem lá pela área de investimento e, geralmente, com o banco estruturador. Especificamente desta negociação eu não tenho conhecimento.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Recentemente, saiu inclusive a notícia na mídia nacional, no dia 28 de agosto, semana passada, que há um plano de reestruturação da Sete Brasil. Em que medida tal plano contempla as perdas sofridas ou as perdas que eventualmente possa vir a sofrer o PREVI?

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - É importante aqui, Sr. Relator, se V.Exa. me permitir, reiterar que o PREVI entrou com 9,9%. No segundo aumento de capital nós não fomos. Então, a gente foi diluído. Hoje, o PREVI tem 2,31% do fundo que controla e 2,18%. Nós acompanhamos essa discussão que aconteceu semana passada. O objetivo é fazer com que esses 180 milhões investidos retornem no nível de meta atuarial, no mínimo, que é o que a gente busca, que é o custo de oportunidade nosso. Há toda uma reestruturação que está andando, a redução do número de sondas, a Sete está operando uma parte das sondas. Então, nós estamos otimistas e esperando que esse novo redesenho possa fazer render os nossos capitais, os 180 milhões, o que é muito perante os associados. E o dever de diligência nosso, como dirigentes, é buscar esses recursos.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - No âmbito do PREVI ou da PREVIC e da CVM, ou até mesmo da Polícia Federal ou do Ministério Público, eu quero saber de V.Sa. se há alguma investigação envolvendo algum dos diretores ou alguma ação do PREVI em andamento.

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Não há nenhuma ação em andamento. Com a CVM...

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Processo administrativo?

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Com a CVM, nós temos uma discussão do voto na assembleia da PETROBRAS, que está em discussão. Essa é a única discussão que tem...



**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Voto na assembleia? V.Sa. poderia nos explicar como é?

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Até 2014, nós votávamos numa chapa dos minoritários. A CVM entendeu que... A partir da não concordância de outra chapa, que não foi divulgada à época, a CVM instalou um processo e ouviu o PREVI. Esse processo foi fechado na CVM com dois votos a dois e decidido por voto de minerva lá. O PREVI recebeu uma advertência. Nós não concordamos com a advertência, porque achávamos que nós tínhamos cumprido as boas regras da CVM. Entramos com recurso e, na assembleia de 2015, nós votamos com a chapa constituída pelo minoritário, liderado pela BRAM, que é do Bradesco.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Dentro dessa linha de voto de minerva, de voto de desempate, V.Sa. colocou na sua explanação que há voto de minerva, voto de desempate tão somente no Conselho Deliberativo e somente em caso de investimentos. Eu gostaria de saber se já houve, em algum caso, voto de desempate no Conselho Deliberativo para algum tipo de investimento.

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - É isso mesmo. V.Exa. está correto. Na Diretoria Executiva não há voto de desempate. É só no conselho deliberativo.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Que é quem toma as decisões de investimento.

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - É. Nunca, na história da entidade, aconteceu uma decisão de investimento em que foi três a três lá e acontecesse a necessidade de usar o voto de qualidade.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Quais são os investimentos de maior déficit do PREVI?

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Na verdade, nós não temos investimentos...

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Há algum investimento que tenha uma sinalização, uma luz vermelha ou amarela que, se acesa, aponta prejuízos para o PREVI?

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Não, Sr. Relator, nós não temos investimentos que apontem prejuízo. Nós temos pontos conjunturais, do tipo desvalorização do preço das ações da Vale...



**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Como vocês avaliam esses investimentos na Sete Brasil, por exemplo?

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Nós avaliamos os investimentos na Sete Brasil, a partir dessa perspectiva da semana passada, com possibilidade de recuperarmos o nosso dinheiro. E vamos tomar todas as medidas para isso. São 180 milhões. Como eu disse, Deputado, perante o PREVI, 180 bilhões é pouco, mas é muito perante os aposentados, que são a nossa missão.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Qual foi o critério adotado para a escolha da Bangraf? Bangraf, acho que todos conhecem, é aquela empresa que foi contratada por vários fundos de pensão para imprimir informativos do PREVI, da PETROS, da FUNCEF. E também há notícia circulada na imprensa de que teria imprimido propaganda política do PT e de aliados. Como se deu essa contratação? Essa Bangraf continua a prestar serviços para o PREVI?

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Excelência, todo processo de fornecedor lá na entidade, mesmo ela não sendo regida pela Lei nº 8.666, passa por um processo semelhante de escolha, com três fornecedores, preço, qualidade técnica. Então, o processo que aconteceu da Bangraf levou em consideração toda essa governança que eu comentei. E, desde 2011, ela não mais imprimiu a nossa revista, que enviamos trimestralmente para os associados.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - O senhor colocou na pauta anterior que os investimentos são decididos no Conselho Deliberativo sempre por maioria e que nunca houve caso de voto de desempate, voto de qualidade. O senhor é o quarto Presidente de fundo que depõe, já passaram outros três por aqui, e uma pergunta recorrente que sempre fazemos a todos é se há, no dia a dia, um assédio por terceiros na hora de sugerir ao PREVI investimentos. Como funciona isso? Por exemplo, se o Conselho Deliberativo vai tomar uma decisão, como ele chega a tomar aquela decisão de investir nesta ou naquela empresa, comprar essa ou aquelas ações, seja investir em renda fixa ou renda variável? Sabemos que há um critério e que há a parte legal, tal como V.Sa. nos explanou agora há pouco. Mas eu quero saber se o senhor, pessoalmente, é procurado, se algum dos diretores do PREVI é procurado, e se os diretores levam isso para ser estudado dentro do Conselho Deliberativo.



**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - O processo de investimento lá tem duas fases, Sr. Relator. A primeira é o ciclo anual, em que a gente roda a política de investimento. A política de investimento não é anual, ela é de 6 anos. Então, nós estamos, exatamente neste mês, fazendo estudos. A área técnica daquela diretoria de planejamento, em que o diretor é eleito, está revisitando cenários, revisitando nossa necessidade de pagamento de aposentadoria para os próximos 7 anos e está sugerindo quanto a gente desinveste de renda variável, quanto a gente investe em renda fixa. Esse processo acontece durante 2 ou 3 meses. A decisão sobe para a diretoria — onde estão os seis que trabalham no dia a dia e onde não há voto de desempate —, e nós aprovamos ou não essa política. E aí ela sobe...

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Essa é a política. Mas o que ocorre na hora de decidir pelo investimento A ou B...

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Isso. Eu estava comentando que, primeiro, há esse processo. Aprovado esse processo, ninguém tem alçada na diretoria e em lugar nenhum para fazer nada que esteja desalinhado a essa política — e institucionalmente também. O único lugar em que entra proposta de investimento é nessa diretoria de investimento. Começa lá na área técnica. Eu queria aqui citar um exemplo bom de que essa governança acontece. Por exemplo, o segundo aporte da Sete Brasil. O PREVI tinha o direito, porque o PREVI tinha 9,9% de participação. Todo acionista, quando se aumenta o capital, tem a preferência de continuar aportando. O investimento, à época, pelas premissas nossas, pelo mercado, continuava tendo as mesmas premissas — sendo rentável — que levaram à primeira vez. Mas, quando chegou à área técnica essa proposta de exercer ou não o direito, já subiu para a diretoria a proposta de não exercer o direito. Então, política de investimento — governança — é um fator decisivo para fazer com que as decisões de longo prazo vão ao encontro dessa missão, que é a aposentadoria.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Deixe-me ver se entendi a sua resposta. O senhor está me dizendo o seguinte: há uma política de governança e não há uma decisão isolada. Mas eu gostaria de saber se algum diretor do PREVI é acionado por alguém dizendo: *“Olha, esse é um bom investimento”*. Refiro-me ao fato de que vai lá alguém de um banco, de uma corretora, alguém que seja



proprietário de algum mercado imobiliário, de alguma agência. Enfim, alguém chega lá ao balcão, procura o Presidente, procura algum diretor oferecendo algum tipo de investimento ao PREVI?

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Isso é comum ao investidor institucional de longo prazo. É normal as pessoas o procurarem. Eu estou há pouco tempo lá, 6 meses, e não vi essa dinâmica ainda acontecendo. Mas, se procuram, o que acontece? Há essa blindagem: eu preciso seguir política de investimento, a proposta ter que vir de lá. Isso protege a nossa instituição.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - O senhor conhece o Sr. Vaccari Neto e o Sr. Alberto Youssef?

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Não, senhor. Não conheço, nunca estive com eles.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Sabe nos dizer se, em algum momento, houve alguma ingerência por parte deles junto ao PREVI?

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Não tenho esse conhecimento, Excelência.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Há algum limite de alçada para tomada de decisão unipessoal acerca de algum tipo de investimento?

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Não, Sr. Presidente. Não tem...

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Por exemplo, o conselho... Independente do tamanho do investimento, é sempre do Conselho Deliberativo a decisão?

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Não, a gente tem o limite. Eu quero até comentar aqui e vou resgatar da minha apresentação. Nós temos um limite, atualmente, de 279 milhões de reais. Até 279 milhões, quando é relativo ao plano novo nosso, que é aquele PREVI Futuro; e até 335 milhões param na diretoria executiva, que são aqueles seis diretores, onde não há voto de desempate.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Quer dizer que não passa pelo conselho deliberativo?

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Até esse valor, é aquele colegiado que decide. Acima...



**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - E é comum haver investimentos até esse valor? É comum haver decisão do conselho executivo?

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Não é comum, Sr. Relator, até porque, como a gente está na fase madura do plano, é uma fase muito mais de gestão de carteira e alocação em liquidez...

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Do que decisão de investimento.

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Exatamente.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Mas há algum caso específico de investimentos até essa alçada decidida pelo conselho executivo? Mais recente?

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Pelo Conselho Deliberativo?

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - É, pelo Conselho Deliberativo... Não, pelo conselho executivo, os seis. Eles têm alçada até 279 milhões, até 300. É isso?

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Isso.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Então, há algum caso mais recente de decisão do conselho executivo de investimentos?

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Há um caso recente.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Qual é o caso?

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Há um caso em que participei da gestão. É um caso em que nós tínhamos a participação em um *shopping* já há muito tempo e tínhamos o direito de exercer a...

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Qual é o *shopping*?

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Eu posso passar, logo na sequência, para o senhor...

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Só o valor. Se puder nos...

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Está bom. Na verdade, eu estou até trazendo, Sr. Presidente, todas as decisões. E vou protocolar hoje na Secretaria. A gente conseguiu digitalizar todas naquele molde que foi pedido pelo Presidente.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Quando o senhor vai nos entregar? Essa semana ainda?

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Essa semana ainda.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Dentro dessa diretoria tem uma notícia de que houve pagamento a diretores nos anos de 2011, 2012 e 2013, na ordem de



500 mil reais. O que o senhor pode nos falar sobre isso? Seria uma espécie de bônus?

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - É importante resgatar esse ponto da escolha que nós fizemos lá, nós a instituição PREVI, de como nós iríamos gerir os nossos recursos. À época, final da década de 90 e começo de 2000, houve debates assim: *“Terceirizo a gestão, ou faço gestão interna, com funcionários do Banco do Brasil?”* Foi longo o debate. Eu vejo hoje, como participante, que acertamos muito em fazer gestão interna e não terceirizar nada para ninguém. E àquela época foi estabelecido um acordo de cessão com o Banco do Brasil. Então, quando quiséssemos buscar talentos para gerir especialidades, iríamos buscar no Banco do Brasil, por processo seletivo. Este acordo, ele rege do menor cargo administrativo da PREVI até os diretores, que têm que ser obrigatoriamente funcionários, por exemplo o meu caso. Então, a remuneração que deveríamos pagar à época tinha que ser no mínimo a que o colega recebe lá no Banco do Brasil. E isso acontece hoje. Então, a remuneração máxima paga na PREVI, de diretor, é a mesma que se tem no Banco do Brasil, inclusive na diretoria. Os diretores têm uma remuneração equivalente à de um diretor do Banco do Brasil, e o presidente a equivalente à de um vice-presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Teixeira) - Se V.Exa. me permitir, nós estabelecemos nas sessões passadas que essas informações sobre remuneração de diretores, elas serão remetidas para cá, tendo em vista que há um entendimento de que há sigilo.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Eu não sei se foi solicitado isso à PREVI. Se não foi solicitado à PREVI, eu pergunto a V.Sa. se pode nos encaminhar.

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Até amanhã a gente protocola esse requerimento, com todas as informações.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Teixeira) - Para essas informações, desde as sessões anteriores nós estabelecemos um mecanismo... Viu, Deputado Franceschini? Parece-me que foi feito um mecanismo aqui de tratamento...

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Para facilitar inclusive as participações em conselhos de administração remunerados e...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Teixeira) - Mas eu tenho essa pergunta ainda, na sequência. Gostaria de esgotar as minhas perguntas.



**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - E a questão do bônus não se inclui nessa... A questão do bônus teve visibilidade pública.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Teixeira) - Apenas eu quero dar a ele o mesmo tratamento que nós demos aos demais e dizer a ele que essa informação, se ele quiser, ele pode remeter a esta Comissão, conforme nós fizemos com os demais.

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Se o Relator permitir, eu já posso até intervir neste momento e comentar o assunto.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Claro, pode. Por favor.

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - O meu salário, ele inclusive está publicado no *site* da PREVI.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Perfeito. É público.

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - É público. O meu salário é 58 mil e 300 reais, equivalente ao de um vice-presidente do banco. Em relação ao Conselho, eu não tenho nenhum problema de falar. O problema é que eu participo do Conselho da Vale e da INVEPAR, e lá tenho parceiros que não são... que não queria expor aqui. Mas farei o requerimento, entregarei o requerimento com as informações solicitadas. Mas o meu salário é público. Eu sou gestor público daquela entidade. E o meu salário é importante também, permitam-me dizer, é bom para os participantes...

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - De dois conselhos o senhor é membro, não é?

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Isso. E tem um conselho de que participo que é da ABRAPP, mas não sou remunerado. Desde março... de abril eu sou Presidente do Conselho Deliberativo da ABRAPP, que é a entidade de fundos de pensão.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - A informação que nós temos é de que a PREVI participa de 71 conselhos. É isso? Ou só fiscais? Em 46 empresas, 149 representantes nos conselhos de administração, mais 71 nos fiscais. Todos esses conselhos remuneram? Quem do banco, quem da PREVI participa desses conselhos? É a diretoria?



**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Eu tenho esse número, Excelência. Conselho de administração, 40 titulares e 27 suplentes. Conselho fiscal, 27 titulares e 28 suplentes. Então, no conselho, titular são 67 posições...

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - E são remunerados. Eles estão em locais onde...

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Remunerados pelas empresas de acordo com...

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Perfeito.

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Porque nós nas empresas não podemos ter participação maior do que 25%, conforme a recomendação.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - A partir de quanto por cento de aporte naquela empresa a PREVI tem que ter para passar a ter direito na empresa?

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Aí depende muito da assembleia de acionistas, da composição, da chapa, para fazer direito àquela entidade.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Na página eletrônica da INVEPAR, após a menção à LAMSA, que é a Linha Amarela S/A, lá do Rio de Janeiro, e à concessionária Litoral Norte da Bahia, consta que se desenhou um perfil de certa forma arrojado para os investimentos. Sendo a PREVI uma entidade que tem perfil mais conservador, pergunto a V.Sa.: como o senhor interpreta a adesão da PREVI aos investimentos da INVEPAR?

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Olha, qual é a estratégia de participação em empresas? A PREVI tem uma participação lá na INVEPAR de 25%. Portanto, a gente vota... Qual é a participação direta da PREVI? Nas assembleias, garantindo o nosso direito societário, e participando... indicando os conselhos da INVEPAR. Toda essa dinâmica de aprovação dos investimentos acontece na governança daquela empresa — seus comitês... —, até observando-se normas legais da CVM, que regula as S/A. De que nós cuidamos na PREVI? Não é se projeto “a” ou projeto “b”, especificamente... porque isso acontece lá no escalão daquela empresa. Cuidamos se as empresas estão participando de projetos fora do *core business*, ou fora do negócio que é criado — por exemplo, a INVEPAR é de mobilidade urbana —, se os projetos melhoram ou pioram o retorno esperado que a gente tem daquele capital investido. Então, aquele capital investido precisa, no



mínimo, rentabilizar a meta atuarial. Então, esta é a gestão que a gente faz. Diretamente no projeto, o acionista não pode, até por norma legal, influir nessa discussão. E é importante... O ativo INVEPAR como um todo hoje tem uma valorização... Foram investidos, lá em 2000, 103 milhões, e hoje está contabilizado — e vale, por avaliação — 2 bi e meio. Então, no longo prazo, esse foi um investimento muito bom feito pela PREVI.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Teixeira) - Sr. Relator...

Apenas pergunto se o Deputado Daniel Almeida pode assumir aqui, porque eu vou assinar a presença no plenário.

**(Não identificado)** - Samuel Moreira.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Teixeira) - Ah, o Deputado Samuel Moreira é o 3º Vice. Então, o Deputado Samuel Moreira, se puder assumir aqui... É que eu vou assinar a minha presença no plenário.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Bom, dentro dessa mesma linha de investimentos, a PREVI também teve negócios com o Trend Bank.

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Pois não?

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Trend Bank.

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Trend Bank.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Trend Bank. Teve negócios com o Trend Bank?

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Não tenho essa informação, Excelência. Eu fico responsável...

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Com a corretora Planner?

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - A PREVI não tem negócios diretamente com a corretora Planner.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Com a empresa CSA Project Finance?

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Também não tenho conhecimento.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - O senhor tem algum conhecimento de investimentos no BANCOOP, que é a Cooperativa Habitacional dos Bancários, em São Paulo?



**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Desse caso, Sr. Relator, eu tenho — é bem antigo —, mas é por conta de que são temas que a todo tempo a gente discute com os associados. Foi feito um investimento à época, analisando investimento...

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Em 2005. À época, o investimento apresentava rentabilidade superior ao que se esperava. À época havia um *rating* de uma agência internacional, que é a Standard & Poor's, dando duplo A. Então, aquele era um bom investimento para quem tomou a decisão. Ao longo do tempo, houve problemas. Agora, a parte importante é a final: a PREVI não perdeu nenhum dinheiro lá. Ele foi renegociado, em 2009, se não me engano — acho que é isso mesmo —, e foi recebido pela meta atuarial. E a meta atuarial é o nosso piso mínimo para classificar se a gente não teve prejuízo com o investimento.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Perfeito.

Uma última pergunta é se a PREVI tem negócios com o BNY Mellon.

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Também não temos negócios diretamente com o BNY Mellon, porque a gestão nossa — eu gostaria muito de ressaltar —, ela é aquela escolha lá atrás de fazer diretamente em casa.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Sr. Presidente, eu me dou por satisfeito por enquanto, reservando-me o direito de fazer alguma intervenção durante a inquirição da testemunha.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Perfeito, Deputado Sergio Souza. Agradeço a sua participação.

Com a palavra o Sub-Relator, Deputado Marcus Pestana.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Bom dia a todos. Bom dia, Presidente. Bom dia, Relator.

Caro Presidente da PREVI, Dr. Gueitiro, não há dúvida nenhuma, numa primeira aproximação, de que a PREVI tem a melhor governança, entre os quatro fundos que estão em tela na nossa análise, e as melhores práticas. Salta aos olhos uma diferenciação bastante grande da PREVI em relação aos outros fundos, à gestão dos outros fundos, principalmente do POSTALIS.



Mas eu gostaria, para que a gente armazenasse, de fazer todas as perguntas. Eu pediria que o senhor as anotasse.

Sobre o processo institucional de governança, primeiro, quem é o diretor responsável pelas aplicações, nos termos do art. 22 da Lei Complementar nº 108?

Segundo. Isto já ficou subentendido, mas, no uso de agências de *rating*, domésticas e internacionais, quais são elas e qual é o critério de seleção? Em consultorias, também pergunto qual é o processo de seleção e quais são. Gestores de fundo, corretoras, custodiante e administrador. Já ficou subentendido que a administração é mais direta, interna, mas eu gostaria de clarear esses papéis.

Quanto à questão da remuneração e dos conselhos, só quero clarear que a informação não é só em relação a V.Sa., é em relação a todos os outros conselhos.

E essa questão do clareamento sobre esse bônus de 500 mil que foi muito polêmico. É um questionamento muito forte se a prática de bonificação é regular, quer dizer, se no futuro continuará a bonificação por resultados.

Há no histórico algum recurso ao Conselho Deliberativo de decisão da Diretoria Executiva? É uma circunstância prevista na legislação. Eu queria saber se há no histórico de 2003 para cá algum recurso, algum questionamento.

Quanto à questão das sanções, já ficou claro que só existe essa tertúlia aí com a CVM, que no Ministério Público o processo judicial da PREVI não tem nenhuma notificação.

Eu queria — esta é uma questão formal — que o senhor anotasse alguns nomes. O senhor conhece ou já teve contato pessoal, telefônico, por *e-mail* ou por mensagem com o Vaccari? Já teve, no passado, com o ex-Ministro Gushiken? Com o ex-Ministro José Dirceu? Com a ex-Ministra Erenice Guerra? Com Ricardo Flores? Com Dan Conrado. Com Alexandre Chaves. E com Sérgio Rosa? Se houve algum tipo de contato de 2003 para cá.

O senhor tem notícia — foi uma polêmica na imprensa —, e se é usual... Há uma carteira de empréstimos aos segurados, e é natural esse componente, mas há um caso que foi questionado, um empréstimo a um ex-presidente da PREVI, num valor expressivo, de 900 mil reais. Isso está enquadrado nas regras? É usual? Há limites?



Sobre quarentena. Há notícia de que um ex-presidente da PREVI teria prestado consultoria a uma sócia na INVEPAR. Qual é a regra de governança para quarentena e para participação? Porque eu acho que há um conflito de interesses, se você definiu investimentos, participou de investimentos, em depois prestar serviços a empresas que tenham interface com a PREVI.

O senhor tem notícia de um processo coordenado de atuação dos fundos? Assim, a partir de alguma autoridade governamental? Porque há, em vários momentos, convergência em relação a alguns investimentos. O senhor tem notícia de algum processo de coordenação?

Na questão da Sete Brasil, que estava no contexto do eldorado, do paraíso na terra do pré-sal, mas que era, do ponto de vista tecnológico e da atividade inovadora, um investimento de risco, a PREVI foi muito mais prudente, no momento inicial e depois, na chamada ampliação do capital. Primeiro, quando houve, através da Lava-Jato, a notícia de que a Sete Brasil teria se envolvido em corrupção, em propina, a PREVI tomou alguma atitude junto ao conselho de administração da Sete Brasil e junto a órgãos competentes para se blindar? E qual foi o óbice técnico à ampliação da participação na Sete Brasil? Porque vocês investiram 300...

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Foram 180.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Investiram 180. Isso é bem diferente de 1,7 bilhão que outros fundos investiram, com grau de exposição muito maior, num projeto desbravador, inovador, de alto risco. Eu queria saber qual foi o óbice que o corpo técnico apresentou.

Há algum processo instalado da CVM em relação ao uso de informações privilegiadas em compra de ações? Há notícia de... Porque, se o fundo entra comprando, com o potencial que a PREVI tem, eleva a ação. Se a pessoa tem a informação... Houve algum questionamento de um investimento na Acesita, num passado recente, nesse período que estamos investigando?

Ao assumir, o que é recente, essa carreira belíssima que tem dentro do Banco do Brasil, o senhor determinou a instauração de alguma sindicância, de processo administrativo, auditoria ou apuração de fatos anteriores?

Em relação à EBX, houve uma perda? É claro que a gente não pode julgar o passado com os olhos do presente. Na época, supostamente, aquele seria o



empresário mais rico do mundo, e iludiu muita gente, não só a PREVI. Mas como é que se avalia essa trajetória? Qual é o aprendizado tirado? Porque houve uma perda, o que é um ponto fora da curva no caso da PREVI.

E, só para esclarecer, para terminar, última pergunta, eu identifiquei no portfólio, que é um portfólio mais saudável que o dos outros fundos, algumas participações acima dos 25%. É claro que eu posso pesquisar de outra forma, mas, para facilitar, 521 participações. A PREVI detém 100% desse fundo. O que é isso? Da Fiago, a PREVI tem 51,89%; da JP Participações, a PREVI tem 19%; da Kepler Weber, 17%; da Invitel Legacy, 19,99%; da Sul 116 Participações, a PREVI tem 11%; e da ANEEL Energia, tem 49%. Alguns setores são óbvios. O da ANEEL Energia está claro. Mas o que são essas participações? As outras são conhecidas: CEMIG, COELBA, EMBRAER, o próprio Banco do Brasil, a AMBEV... Mas desses outros eu tive dúvida no portfólio de aplicações.

Seria isso, Presidente. Economizei 1 minuto. Estou aguardando os bônus futuros.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - V.Exa. ficará com crédito para o futuro.

Com a palavra o Dr. Gueitiro.

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Deputado Marcus Pestana, seguirei a ordem das suas perguntas. O diretor responsável lá é o Diretor de Investimento, o Diretor Marcio Hamilton. Eu vou tentar responder aqui sobre consultorias com empresas de *rating* e quem pratica lá apoio à nossa gestão. A gente tem um processo de governança lá bastante robusto, que envolve até... Como eu comentei agora há pouco, mesmo a entidade sendo “privada”, entre aspas, a gente entende que ela é uma entidade pública que precisa cumprir vários ritos. Então, isso passa por um processo de três escolhas. Quem contrata, para o senhor ter uma ideia, quem faz o processo de contratação, está na diretoria de eleitos — olhe a segregação. Então, a nossa Diretora de Administração, os técnicos sobre a área dela... Então, quando a área de investimento quer alguma consultoria, quer algum parecer jurídico, ela diz que especialidade ele procura, e a Diretoria de Administração sai a procurá-la. Procura três, vê preço, negocia, entrega, e aí segue alçadas. Dependendo do valor, é na Diretoria Executiva... Enfim, então o processo é



bastante importante. Outro dado, e é muito importante a sua pergunta: nós temos toda uma política de investimento e um critério para a escolha de gestor quando a gente quer entrar num fundo. Isso passa por um único gestor não poder deter mais que 0,5% do nosso fundo garantidor. Então, um gestor não pode gerir um fundo de mais de 300 milhões, por exemplo. Há toda uma matriz de atratividade. O gestor do fundo também tem que ter dinheiro dentro do fundo, porque isso faz com que ele... Tem que haver prestação de contas trimestral. A gente também exige que seja formado um comitê de investimento dentro do fundo — não é obrigatório. Você entrega a gestão lá para o gestor, e você está pagando para ele fazer, mas a gente exige que haja um comitê de investimento, porque você pode influir lá, se o ativo que está sendo colocado lá não vai trazer resultado para o fundo. Então, há uma série de itens que, se não forem atendidos, não passa a proposta lá na área técnica. Então, não se consegue contratar um gestor de fundo sem atender esses itens da política. Isso é muito importante. Essa questão da custódia/administração é importante esclarecer, porque, normalmente, num processo, por exemplo, de debêntures... Nós temos todo um processo quando a gente quer investir em debêntures: só podem ser empresas que tenham um fluxo de caixa que se pague, com *rating* de agência internacional... Mas, além de tudo isso, o processo lá como é que funciona? Normalmente, um empresa, quando quer fazer uma debênture, contrata um banco para estruturá-la. Este banco escolhe vários prestadores de serviço. Por exemplo, custodiante e administrador são escolhidos por este banco. Então, quando é oferecida esta debênture para o mercado, geralmente o administrador já está escolhido, não é do fundo. O que a gente olha, quando a gente investe, é se aquele papel, se aquela debênture está alinhada à política de investimentos. E, assim, eu estou falando isso por estar há 6 meses lá, mas isso protege muito, porque nem sobe. Então, como foi comentado, há várias debêntures sendo colocadas no mercado, mas o mercado também conhece essas políticas. Então, a gente não tem tanta procura de investidores que não atendam os critérios da PREVI. Acaba se fazendo um certo filtro já por conhecer essa política. Nós não temos, pelo menos eu não tenho conhecimento disso, e eu posso até enviá-lo, recurso que foi reprovado na diretoria e foi pedido para o Conselho Deliberativo aprovar. Assim, nos 104 anos, a gestão lá foi muito por... E aí é um pouco da cultura também interna lá do banco



tentar achar um consenso. Quando, num investimento, você tem que usar um voto de minerva, é porque pode ser que haja opiniões diferentes, e isso, para o longo prazo, não é saudável. Então, não é cultura nossa levar um recurso... Porque se foi três a três, por exemplo, lá na Diretoria, normalmente vai ser três a três lá no deliberativo. E como a gente, na cultura, não é de usar voto de minerva para decidir investimento, isso já nem vai como recurso lá para o Conselho. Sobre o bônus, eu vou falar do atual e depois do passado. Então, o que que está funcionando hoje na nossa entidade? O órgão máximo para definir... Quem define o meu salário não sou eu, até sou conflitado, quem define é o Conselho Deliberativo: salário, remuneração variável... É o Conselho Deliberativo, a partir do comitê vinculado a ele, que é o Comitê de Remuneração. E, hoje, a remuneração do funcionário de menor nível hierárquico da PREVI até a do Diretor-Presidente tem a mesma lógica do Banco do Brasil. Então, no Banco do Brasil foi constituída a cultura de que a gente pode ter até seis salários anuais variáveis, até seis, por entrega de metas. É óbvio que fundo de pensão não é para gerar... não é uma entidade do sistema financeiro, que tem que dar lucro. Colocar meta de lucro num fundo de pensão levaria a investimentos que não interessam a longo prazo, mas há entrega de metas de gestão, de alinhamento com as decisões das políticas, de gestão da despesa... Então, até seis, igualzinho no Banco do Brasil com os funcionários de carreira, e igualzinho ao menor nível salarial na PREVI. Isso foi aprovado em maio deste ano, por unanimidade, no Conselho Deliberativo da PREVI. Ou seja, o Conselho entendeu que essa remuneração estava adequada para fazer gestão.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Sr. Presidente, está havendo uma votação nominal e...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - É a informação que eu recebi. Confirma a votação nominal?

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Podemos interromper por 3 minutos para ir lá? Eu teria muito interesse. Eu não marquei sequer a presença lá. Mas eu queria acompanhar as respostas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Suspenderemos por 5 minutos, para votação e registro e também para o Dr. Gueitiro poder tomar água e ir ao banheiro.



**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Sr. Presidente, só nos informe como fica o roteiro daqui para frente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Os que estão aqui presentes, Deputado Marcus Pestana, Deputado Fernando Francischini, Deputado...

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Depois os autores?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Os autores têm... V.Exa. está como autor também?

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Como autor.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Qual é o requerimento? *(Pausa.)* Está na outra página aqui.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Eu estou como autor também. Sou um dos primeiros autores.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Eu vou saber com o Dr. Saulo. Ele tem informação de que só o requerimento do Deputado Pedro Cunha Lima... Mas o Deputado Pompeo de Mattos vai tentar ver com a sua assessoria o número do requerimento. Também não é um super-homem o nosso Secretário Saulo. Se estiver presente, eu concederei a V.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Mas o requerimento é da minha autoria também.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - É só ver o número, porque foram vários requerimentos. Este aqui é do Deputado Pedro Cunha Lima. Qual é o número do requerimento de V.Exa., para a gente poder conferir?

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Eu apresento a V.Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Está bem.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Você tem o prazo dessa suspensão da reunião por 5 minutos.

*(A reunião é suspensa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Dando continuidade aos trabalhos, devolvo a palavra ao Dr. Gueitiro, para que possa terminar as suas manifestações quanto à fala do Deputado Marcus Pestana.



**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Deputado Marcus Pestana, eu estava aqui com a lista de nomes que V.Exa. passou. Vaccari eu não conheço, nunca tive... Com Gushiken também eu nunca estive, em nenhuma oportunidade. José Dirceu, também não. Erenice... Erenice Guerra também não conheço, nunca tive nenhum contato. Ricardo Flores, com este sim eu tive contato, porque ele foi funcionário do Banco do Brasil até chegar à PREVI, então nós convivemos em alguns comitês. Enfim, do dia a dia no Banco do Brasil. A mesma coisa com o Dan Conrado. O Dan Conrado também foi Vice-Presidente do Banco do Brasil. Tivemos convivência lá no dia a dia, porque as nossas carreiras se cruzaram. E, por último, o Sérgio Rosa. Eu tive um contato com o Sérgio. Foi agora, no mês passado. A gente faz um encontro lá no Rio, aberto, é até um negócio que a gente divulga, o Governança Corporativa. Eu cruzei com ele lá e acabei o conhecendo há 2 semanas. Nem eu conhecia o ex-Presidente Sérgio Rosa. Alexandre Chaves, acho que tinha o nome aqui. Também não conheço. Não sei quem é o Alexandre Chaves. Empréstimos para um ex-Presidente da PREVI. Lá existe uma regra para se fazer empréstimo. Esse caso aqui acho que é de um empréstimo imobiliário. Então, essa regra segue... Além da regra do SFH — Sistema Financeiro de Habitação —, a principal delas é se o salário do associado comporta a margem consignável. Então, dependendo da margem consignável, ele pode levar um limite. Então, esse limite é maior dependendo dessa parcela consignável. Não há nenhum favorecimento. Esse sistema é inclusive na Internet. Quarentena. Olhem só o que acontece lá no regulamento nosso e é adequado à lei. Para que um ex-estatutário da PREVI possa ir lá, ele tem 12 meses de quarentena — art. 23 da Lei nº 108 — para trabalhar no sistema financeiro, exceto se ele voltar para o Banco do Brasil, porque não haveria conflito de interesse. Então, ele tem 12 meses de quarentena. Fora do sistema financeiro, aí é uma decisão pessoal de pessoa física o conflito de interesse se trabalhar em outra empresa. Mas a lei determina que você não pode ir para nenhuma instituição financeira.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Não há nenhuma inibição para ser consultor ou participar de uma empresa...

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Não há, até porque a entidade, a gente não tem esse controle, não é? Então, essa é uma decisão pessoal de quem o faz.



Em relação ao estatuto, é no sistema financeiro. Isso é claro, está vedado, como tem o Banco Central também, que aprova lá. Esse é um controle forte. Com relação a processo coordenado de fundo, eu estou há 6 meses lá, não conheço. Agora, o que eu posso dizer, contribuindo com o conhecimento que eu tenho de estruturação de operação também, é que é normal um banco estruturador, quando tem um investimento de longo prazo, procurar investidores institucionais. *Funding* de longo prazo normalmente é fundo de pensão que tem. Então, esse é o processo normal. A respeito da Sete Brasil, V.Exa. comentou um pouco aqui e pediu para eu comentar sobre a prudência da PREVI, para entender um pouquinho em relação ao motivo por que nós não fomos em um segundo momento. É isso mesmo?

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Isso.

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Então, ao ser apresentado o projeto, a PREVI decidiu que nós iríamos em 180 milhões. Então, normalmente esse é o fluxo que acontece. A área técnica recebe o banco de investimento que está ofertando uma possibilidade de investir, analisa-se a política de investimento e analisa-se o fluxo de caixa nosso — aquele tripé ali, se está legal. E, na primeira vez, nós entendemos que daria para ir com 180 milhões. Mais que 180 milhões, olhando a maturidade do nosso plano, temos que pagar aos nossos aposentados, cumprir o contrato... Mas deveria ser 180 milhões. À época, a área técnica também recomendou e viu que era um investimento adequado à realidade. O que aconteceu? Quando aumentou o capital da Sete Brasil, nós tínhamos 9,9% de participação. Então, quem é acionista lá do FIP, ao se aumentar o capital, tem o direito de exercer para não ser diluído. O que acontece? Ninguém ofereceu, isso já era um direito. Então, lá na área técnica da nossa entidade, eles fizeram uma nota recomendando a diretoria executiva de não exercer o direito. E o principal ponto é que esse é um FIP. Na nossa política de investimento e critérios para investir em FIP, eu não posso ir em um único FIP com mais que 335 milhões. Então, se eu fosse na segunda... Nessa política — eu não conheço outras —, eu só poderia ir até 365 milhões em um fundo, até com a política de diversificação de gestor fundo.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - 1 bilhão e 700 nem pensar.

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - A nossa política não permite. Então, a área técnica fez a nota e, quando ela chegou à diretoria executiva, os diretores



referendaram o dá área técnica. O que a PREVI está fazendo? Com 180 milhões... Eu tenho falado bastante com os associados, contado para eles, porque não há notícias; ficam preocupados porque é o futuro deles. É pouco, olhando o nosso patrimônio, mas é muito porque é o dinheiro deles. Então, nós acompanhamos as ações que estão feitas lá no conselho de administração, até porque a gente tem 2%, a gente é minoritário lá. Mas eu queria citar algumas. Foi contratado um assessor jurídico para analisar se esses contratos de relação da Sete Brasil com as sondas eram legais, se tinham viabilidade jurídica; foi contratada a Krool, para verificar se não tinha participação, conluio de funcionários. Outra medida também...

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - A Krool. Não, não, pela Sete. Nós acompanhamos. A Sete também contratou lá. A KPMG, para avaliar o cumprimento da contratação do epcista... E o resultado disso é que não encontraram irregularidades. Então, nós também votamos lá no conselho — e nós somos 2% — medidas de sanção contra os administradores. Então, essas são as ações que foram tomadas.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Vocês questionaram o pagamento de propina?

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Medidas que responsabilizassem as más ações que foram feitas lá. Então, a gente foi diligente lá no Comitê do FIP em buscar essa discussão. Em relação a esse caso da CVM ACESITA, eu não tenho essa informação, mas, se V.Exa. permitir, posso enviá-la posteriormente.

Com relação ao Grupo X...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Qual caso?

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - S.Exa. o Deputado pediu um caso, se nós temos uma discussão na CVM sobre a ACESITA.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Chegou ao meu conhecimento uma operação especulativa de informação privilegiada com ações da ACESITA.

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - O fato é que, pelo que eu sei, nós não temos nenhum processo sobre isso na CVM, mas a gente vai buscar essa informação. Com relação ao Grupo X, nós também não fizemos à época aportes no macro do grupo. O que aconteceu lá na PREVI? Geralmente, nos colocamos como



*benchmarking*, como metas para gerir os fundos, por exemplo, cumprir a meta do IBrX. O que isso é, lá na BOVESPA? São as 50 mais negociadas na Bolsa. Então, essa é uma meta que a gente persegue para entregar resultado. E o Grupo X fazia parte lá do... Então, é muito mais adequação de índice. Então, de fato, nós perdemos — não é que perdemos; compramos ação a um preço e tivemos que vender por outro, o que deu um resultado negativo, de fato, porque já realizamos — 36 milhões, na época, na gestão passiva desse negócio. Com relação a desenquadramento, então, o que a PREVI tem hoje de desenquadramento é o que nós chamamos de desenquadramento passivo, porque foram, na época da privatização, muitas delas... Você não tinha essa instrução que limitava em 25%. Então, 521 é um veículo que foi usado na época da privatização para o controle da CPFL. Neoenergia é o mesmo exemplo. Na Neoenergia, nós temos 49. A Neoenergia é uma *holding*, com o Grupo Iberdrola, que controla empresas de distribuição na Bahia, em Pernambuco e no Rio Grande do Norte. A mesma coisa em relação à TELEMAR. A Kepler Weber também é um desenquadramento passivo. Então, o que a gente está fazendo nesse caso, Deputado? A PREVI vem acompanhando esse plano de adequação. Nós damos conhecimento para eles semestralmente. E é um desenquadramento gerado antes dessa resolução e que, ao longo do tempo, conforme a gente vai desinvestindo, vem se adequando.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Vamos lá, Dr. Gueitiro. Conclua.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - A JP Participações, a Kepler Weber e a Invitel Legacy, e outra, quais são os setores...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Só os setores. Se o senhor tiver os dados...

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - JP... Eu não os tenho aqui também.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Responda-me se o senhor souber de pronto. Senão, mande-os depois.

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Isso, isso!

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Só ficou pendente uma questão: o senhor, ao entrar, 6 meses atrás, instaurou alguma sindicância, processo administrativo, auditoria, apuração de fatos em relação a gestões anteriores?



**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Não, Deputado Marcus Pestana, porque, ao tomar posse lá, eu fui buscar nos órgãos de controle — Conselho Fiscal, PREVI — se nós tínhamos alguma irregularidade em andamento. Então, por não haver isso, não houve necessidade de abrir nenhum processo específico de gestão anterior.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Muito obrigado pelos esclarecimentos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Com a palavra o Dr. Fernando Francischini.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI** - Sr. Presidente, cumprimento todos os presentes, como também o Sr. Gueitiro.

Não sei se V.Exa., Sr. Presidente, acompanha a minha linha de pensamento em relação a esses últimos depoimentos que nós tivemos dos presidentes de fundos de pensão. O PT confunde caixa de previdência de funcionários com banco de fomento.

Eu vejo isso bem menos na PREVI, mas, em todos até agora, muitas vezes investimentos são feitos a critério do Governo, onde ele tiver interesse de fomentar, independente se era usado ou não aquele investimento, se ia causar prejuízo futuro ou não, em detrimento, realmente, de investimentos estruturados e em carteiras, que iriam garantir, dentro das margens de risco, o futuro dos aposentados, pensionistas e funcionários que pagam essas caixas de previdência.

Quanto a essa mistura de bancos de fomento com caixas de previdência, nós temos hoje aqui no Sr. Gueitiro um novo *case* do PT. O PT se reinventa a cada caso com que a gente tromba aqui, Sr. Presidente. E qual é o *case* do Sr. Gueitiro? Ele é um bom técnico, um profissional de carreira que eles botam na cúpula do Fundo para dar essa imagem bonita a que a gente assistiu aqui hoje. Ele é um bom técnico, alguém que vende bem a imagem da PREVI, nesse caso. Vai virar um *case* para os outros que passarem aqui.

Mas, para baixo, o aparelhamento político é enorme ainda, Sr. Presidente! Se a gente pegar só matérias do ano passado do jornal *Valor Econômico*, que é um dos jornais mais sérios que nós temos no País, veremos que eles mapearam todos esses 67 cargos remunerados em empresas de conselhos indicados e eleitos pela



PREVI e chegaram à conclusão que mais de 50 ocupantes desses cargos — aqui eles trazem a lista dos 50 — são filiados ao PT, ligados à CUT ou àqueles que não são ligados diretamente, como até o irmão do Ministro Berzoini, mas que estão indicados nesses fundos ligados aos investimentos da PREVI.

Chega-se a pagar nesses conselhos, Presidente, até 47 mil reais — é o caso da EMBRAER —, como participante nesses conselhos. Então, imaginem: o salário, mais a participação nesses conselhos... Inclusive, destaco que o ex-diretor do Banco do Brasil, que era Presidente do Conselho Deliberativo da PREVI, Henrique Pizzolato, que está preso na Itália, dizia que não existia isto de ter um teto remuneratório, que ninguém seguia isso. Está em aberto até hoje descobrir se a PREVI, o Banco do Brasil, tinha um teto remuneratório, somando todos esses conselhos. Ou se soma... E realmente os salários beiram 70, 80, 90 mil reais. Na atual situação econômica do nosso País, é uma vergonha! A gente está aqui debatendo teto de Ministro do Supremo, etc. E, fora dessa discussão, os salários são astronômicos!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Eu tenho uma informação a ser confirmada de um caso que chega a 150 mil reais.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI** - Sem se falar, Presidente, que há determinação da PREVI — vai ser uma das minhas perguntas — de fixação de um teto para benefícios. Foi feita já essa fixação do teto? Sobre um ex-diretor do Banco do Brasil, o Bendine, em matérias, dizem que ele está aposentado, ganhando 60 mil reais por mês da PREVI. Isso é imoral, totalmente imoral, Presidente, sabendo-se que a grande maioria dos beneficiários recebem pequenos valores. São funcionários que contribuíram uma vida inteira e não têm ainda esse teto regulamentado. Tem que se fixar um teto dos benefícios.

Só nessa matéria do *Valor Econômico*, ele relaciona 27 que têm carteiras de filiação ao PT no TSE, CUT, etc. Então, a cabeça da PREVI tem um bom técnico; mas, embaixo, o aparelhamento político é enorme! O Presidente do Conselho Deliberativo, que é quem decide os investimentos, é filiado ao PT. A Presidente do Conselho Fiscal, que é quem fiscaliza, é filiada ao PT. Ela foi candidata a Deputada Federal pelo PT.



Então, Presidente, o aparelhamento tem feito com que, mesmo com planos bons de governança, o PT, a CUT e todas essas instituições assemelhadas tenham pessoas nas posições de tomada de decisão. Muitas vezes, o Presidente vem aqui e traz um plano bonito de governança, mas as decisões não são aquelas mais republicanas, as tomadas logo abaixo.

Sem se falar, Presidente, aqui nos trazem — os funcionários e as entidades que representam os funcionários da PREVI — uma medida do próprio Governo Federal. Foi a resolução que permitiu que 7,5 bilhões de superávit da PREVI fossem passados para o Banco do Brasil. Isso é totalmente imoral! Isso é uma caixa de previdência, de investimento, mesmo superavitária, dos funcionários. O dinheiro é dos funcionários. E nós tivemos a retirada, confundindo patrocinador em beneficiário. Nós temos medidas que estão no Senado. Tenho certeza de que V.Exa. vai apoiar, para que nós, juntos, possamos botar também medidas para derrubar essa resolução. A segunda pergunta é se o Presidente da PREVI é a favor ou contra essa resolução que tirou 7,5 bilhões da caixa da PREVI e que eram dos funcionários.

A terceira, Sr. Presidente, que eu acho uma das mais importantes. Várias empresas desse caixa de investimentos e fundos variáveis tiveram prejuízos gigantescos no ano passado. Fecharam 2014. Entre elas, vou citar a PETROBRAS, que fechou com 21,5 bilhões de prejuízo. PETROBRAS, TELEMAR, OI, GOL, ENEVA e BOMBRIL, só essas juntas representam 23,5% dos ativos da PREVI. Quais são as providências? Inclusive a presença do consultor jurídico da PREVI pode nos ajudar. O que o senhor está fazendo para recuperar esses investimentos negativos? Sabendo e destacando nessa pergunta, Presidente, que a PETROBRAS não foi um prejuízo gerado somente por investimentos no mercado financeiro. O próprio Governo americano está entrando na Justiça contra a PETROBRAS, porque nós sabemos, pelas delações premiadas, prisões e condenações, que o prejuízo da PETROBRAS empresa, não do Fundo PETROS, mas da empresa, foi gerado por corrupção, por má-administração intencional, malversação de recursos. Se a PREVI vai entrar na Justiça contra o Governo Federal, contra a PETROBRAS, que montou uma quadrilha para assaltar os caixas da PETROBRAS.



Essa quadrilha que assaltou a PETROBRAS gerou um prejuízo de 21 bilhões, que eu sei que é, talvez, a base do prejuízo, e deu prejuízo a todos os funcionários que são beneficiários da PREVI. O senhor como presidente e, tenho certeza, como um bom administrador e uma pessoa séria, que acabou de assumir, tem o dever legal, moral e ético de representar os funcionários que estão na PREVI.

A última pergunta é se o senhor também vai entrar na Justiça contra o Governo Federal, contra a administração da PETROBRAS e aqueles que estão presos, para recuperar esses bilhões de prejuízos que a PREVI teve com essa má administração, administração fraudulenta, da PETROBRAS.

Eu finalizo, Sr. Presidente, solidarizando-me com sua Presidência, sabendo que vai ser muito difícil levar a presidência de uma investigação que vai se aprofundar. Mas já que estão dentro da investigação da Lava-Jato, nós vamos, a cada episódio da Lava-Jato, ver o reflexo nos fundos de pensão. Não é um, não; são dois casos. E devemos ter novidade na relação de um novo capítulo de fundos de pensão, que é o SERPROS. Já comecei como Sub-Relator, uma investigação profunda da relação da CONSIST, que foi quem geria o *software* de pagamentos do Ministério do Planejamento, dos vínculos entre SERPROS e fundos e a SERPROS com a CONSIST, para sabermos e decidirmos juntos se nós temos de fazer a convocação.

O SERPROS? SERPROS. A Postalis já está no... Agora vamos entrar na questão do SERPROS com a CONSIST. É importante, porque todos esses tentáculos da organização criminosa que assaltou nosso País vão ter vínculos também com a CPI do BNDES e com a CPI dos Fundos de Pensão.

Seriam essas as perguntas iniciais, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Faço apenas a ressalva de que a linha pessoal de investigação de V.Exa. é quem define. Cuidado com os limites e os objetos desta CPI, que são bastante restritos ao que consta no requerimento inicial. A vontade é ir sempre além, mas faço apenas uma ressalva, como Presidente, porque, na verdade, sei que V.Exa. sabe onde está pisando, no sentido de que há esses limites de fundos, para que, amanhã, não possa ser declarada qualquer incompatibilidade ou coisa desse tipo e que não se prejudique o



todo. Às vezes, um fruto contaminado no balaio acaba contaminando o balaio todo. E nós queremos preservar bem os resultados que teremos aqui.

Com a palavra o Dr. Gueitiro.

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Muito obrigado a V.Exa. Vou começar então, falando de processo de conselheiro. Vou falar até porque esse debate aconteceu, e a gente acabou, já na minha gestão, aprovando novo processo, Excelência. Então, como vai funcionar, que é um aperfeiçoamento de um processo que já existe, mas como vai funcionar esse processo? E eu vou falar, porque participei amplamente desse debate. Foi aprovado, agora em agosto, o nosso Conselho Deliberativo, com os novos critérios que vigerão para a escolha dos conselheiros nas nossas empresas. Então, vão levar em consideração: formação acadêmica, graduação, pós-graduação, idiomas, que gerarão uma pontuação; experiências que o candidato tenha de gestão no Banco do Brasil ou até em um externo, até porque ele é uma pessoa que passou pelo Banco do Brasil; experiências que ele tenha tido em Conselho de Administração; conhecimentos, certificação de IBGC, porque a gente precisa pessoas com conhecimento de governança corporativa, conhecimento específico de governança. Todos esses itens geram pontuações. E, aí, como é que funciona? Aprovamos esse critério. A partir do mês de outubro, nós vamos... Agora, setembro, a gente divulga para todos os 200 mil associados os critérios que vão valer, lá na nossa Internet. As pessoas podem se candidatar, vai ser gerada uma pontuação, a partir desses critérios objetivos, e, a partir dessa pontuação do grupo que vai... dessa pontuação, no mês de janeiro e fevereiro, a nossa diretoria de participação montará sugestão de pessoas que serão indicadas para o Conselho a partir do mês de março/abril, quando acontecem as assembleias nas empresas.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI** - Boa medida. Então o senhor reconheceu que tinha uma infiltração política enorme nesses conselhos?

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Não, nunca foi assim no critério. Nunca foi levado em consideração, no critério de escolha de conselheiro, filiação partidária, não é? Sempre foram levados em consideração critérios objetivos específicos. O que eu estou contando é do processo que eu conheço, a partir da minha chegada lá. Eu não posso falar de... Agora, o que eu posso dizer é que nunca foi levado em



consideração isso. O que eu queria falar um pouco sobre teto, que é a sua segunda pergunta? É muito importante esclarecer que, na verdade, nós temos um limite, sim, de pagamento de aposentadoria. Qual é esse limite? Isso vale para o funcionário que, durante a sua carreira, ficou no menor nível hierárquico como para o funcionário que porventura chegou à presidência do Banco. Esse critério é único; ele é constante do nosso contrato previdenciário. Tomou posse no Banco do Brasil até 1997, ele assinava, e esse critério é único. Que critério é esse? É a média dos 36 últimos salários. Isso vale para todos os funcionários. Então, esse é o limite de pagamento, e serve para todo mundo. Este limite de pagamento já é considerado na reserva matemática. Então aquele número que eu mostrei na minha apresentação de 122 bilhões considera, ao longo do tempo, todos os meses, essa média de salário.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI** - O Sr. Bendine tem 60 mil reais de aposentadoria mensal. Por que ele...

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Eu não acompanho, né? Assim, eu, como Presidente da PREVI, como diretores, nós não acompanhamos o salário individual de um associado. O que a gente precisa acompanhar é a soma dessa reserva matemática que impacta o plano. Outro ponto importante: a PREVI está adequada à lei. Não existe orientação, em lugar nenhum, legislativa, na lei, que se tenha que ter um teto de valor. O nosso teto de benefícios está vinculado a essas 36 últimas contribuições. Então, estamos adequados ao que manda a legislação. Agora, o debate de estabelecer um teto de valor está instalado no nosso Comitê de Remuneração; aliás, desculpa, no Comitê de Seguridade, que é aquele comitê que fica lá no conselho deliberativo, envolve patrocinador e representantes dos associados. E se quer chegar, sim, Deputado, a um valor de teto, sim. Mas eu queria reforçar, na minha última fala, que não estamos em desrespeito à lei. Existe um limite, e esse debate está instalado. E eu acho que nos próximos meses se deve chegar a um consenso nessa negociação. Eu entendo que essa negociação é boa para a nossa entidade. Com relação à Resolução CGPC 26, olha só: uma das premissas da entidade, e aí ao longo tempo, é ser guardião da legislação, é aplicar. Essa é uma lei, essa é uma resolução que deriva da 108 e da 109, que tem lá a paridade, quando o fundo é de estatal. Foi a Resolução CGPC que derivou disso.



Então, eu não tenho como dar opinião aqui se foi justo ou se não foi justo, se é legal ou se não é legal. Eu estou, eu me baseio nessa Resolução, e ela, a PREVI, cumpre essa lei. A PREVI cumpre essa lei, e não tivemos nenhuma autuação por estar cumprindo essa lei. Com relação a algumas ações que o senhor comentou...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Gueitiro, só para não fugir do tema da Resolução 26. À época, quanto à questão dos valores, você tem essa referência de quanto foi distribuído pela PREVI, à época da... Qual foi o ano em que a Resolução 26 foi aplicada especificamente na PREVI?

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - É... Acho que eu tenho essa informação aqui. (*Pausa.*) Na verdade, se o Sr. Presidente me permite, quero comentar um pouco o contexto desse assunto.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Não. O contexto a gente entende. A pergunta é muito objetiva: se a Resolução nº 26 foi aplicada.

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - A partir de 2008.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - A partir de 2008.

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - O valor exato... E, aí, eu posso informar, até porque eu não vou aqui...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Pode discorrer, mas desde que seja com objetividade. Não precisa contar todo o histórico.

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Não, é até assim, é até um pouco bem rápido. À medida que você preenche aquela reserva de contingência de 25%, vai gerando reserva especial.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Isso.

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - E aí a legislação manda você fazer algumas adequações ao plano. O que foi feito na PREVI? A PREVI tinha uma meta atuarial de 6%, lá início da década. Quanto maior a meta atuarial, menos ativo você tem que ter. A PREVI, ao longo do tempo, veio gastando essa reserva especial para adequar a tabela. Então baixou para 5,75%, para chegar em 5%, hoje. Eu acho que é o menor do sistema. Porque quanto menor a meta atuarial, Excelência, mais ativos eu preciso ter. Então parte da reserva foi gasta com isso. A outra coisa que foi gasta da reserva, ao longo dos anos da década passada, Presidente, é adequar a tábua



atuarial, porque quanto mais conservador eu sou na tábua, mais ativos eu preciso ter.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Certo.

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Hoje, a nossa tábua leva em consideração 85 e 87 para... Isso é importante, porque o plano fica saudável no longo prazo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Concordo.

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Então, depois de cumprido isso, foi reduzida a contribuição.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Certo.

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Sobrou reserva especial ainda. Foi suspensa a contribuição. O associado não contribuía; quem contribuía era a reserva especial.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Certo.

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - E, depois de 3 anos consecutivos, da caixinha de reserva especial cheia, a legislação determina que você tem que fazer a distribuição. Tem que fazer. E aí entra a paridade. Então foi nos anos de 2010. 2011 e 2012, em que os nossos associados tiveram benefício adicional ao contrato previdenciário, porque eles já recebem 90 e receberam o benefício adicional de 20 e se deixou de pagar a contribuição. Isso foi nos anos de 2010, 2011 e 2012. E no ano de 2013, 2014, ele cessou.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Certo. E o valor?

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - O valor eu não tenho exato aqui. Eu vou...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Para a patrocinadora... Porque esse valor foi distribuído, uma parte foi distribuída entre os beneficiários...

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - O valor eu não tenho exato.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - ...e uma parte foi direcionada à patrocinadora.

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - É, isso. Não é que foi direcionado. Foram criados dois fundos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Certo.



**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Um para...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Explique, se você estiver equivocado, pode corrigir.

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Não, não, pode continuar. Desculpe.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Não. A linha é essa. A pergunta do Deputado Fernando Francischini, que ele falou e afirmou, foi que desse valor fruto dos resultados da PREVI, depois de todas essas fases a que V.Sa. se reportou, 7,5 bilhões teriam sido, não vou dizer devolvidos à patrocinadora — vou usar a palavra entre aspas — “distribuídos” à patrocinadora, e uma outra parte aos beneficiários. Foi dessa forma ou não?

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Esses recursos continuaram na PREVI. Parte deles para pagar esses benefícios adicionais, e outra parte, conforme determina a lei, ficou com a patrocinadora.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Presidente, só para ajudar. Esse valor...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Eu sei que é da lei. Só estou querendo saber o valor.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Esse valor, Presidente, só para ajudar...

**O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI** - São 7,5 bi!

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Eu não sei exato. Eu posso mandar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Em torno disso.

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Em torno disso.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Esse valor não seria... Sr. Presidente, só para ajudar... Esse valor não seriam 15 bilhões? É o número que se discute dentro do banco. Entre os colegas, seria o valor de 15 bilhões. Procede? Somando uma e outra parte.

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Mas só ressaltando aqui, Presidente, se me permite, que esse valor não saiu da entidade; continua na entidade e no fundo. E, em segundo que, à época, eu não estava lá, mas olhando agora, vi que cumpriu-se uma resolução e uma lei, que tinha que fazê-lo. Então é uma discussão. Entendeu, Excelência?



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Que foi ilegal, eu sei que não foi ilegal, porque a lei o diz. O que é possível compreender, Presidente, é que se contesta muito essa lei, inclusive pelo tempo. Já que você está trabalhando com planos de longo prazo, depois de 3 anos de superávit, você pulverizar esse superávit, depois... Quando chega o tempo das vacas magras, como é agora, daí o beneficiário ter que pagar, ter que fazer um aporte extra. Essa é uma contestação que deve que ser feita.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - O déficit também é de 3 anos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Que é pequeno também.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Se vale para um lado, vale para o outro.

**O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA** - Presidente, V.Exa. me permite um aparte?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Só concluir aqui que eu lhe permito.

Então essa é uma contestação sobre a qual eu acho que a CPI vai se debruçar também, é um dos pilares da investigação, o pilar do aperfeiçoamento legislativo. Então esse tempo de déficit e superávit, que são tratados por iguais, é... Por isso é que a gente quer entender o caso concreto, para ver que tipos de conduta foram tomados, e se foram adequados ou não. No meu entender, não são. A lei está errada. A lei precisa ser aperfeiçoada. Inclusive a resolução é do ano de...

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - De 2008.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - ...de 2008. Já teve PDC aqui. Então, eu queria ter só a certeza dos valores. E uma última pergunta: foram distribuídos bônus à diretoria da PREVI? A diretoria da PREVI já recebeu bônus?

**O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA** - Sr. Presidente, posso fazer aquela parte sobre o tema anterior?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Deixa ele só responder a essa pergunta, que eu já passo para V.Exa.

**O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA** - Tá.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Vinculado a esse tema temos uma notícia de que bônus foram distribuídos à diretoria. Houve essa questão no passado ou no presente?

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - O que existe, Presidente, é o alinhamento. O salário dos diretores e de todos da PREVI é a mesma remuneração do Banco do Brasil. Então, hoje, por exemplo, além do salário que eu tenho, eu tenho, aprovado pelo nosso Conselho Deliberativo, por unanimidade, até seis salários de renda variável. Essa é a mesma regra que tem o Banco do Brasil e a mesma regra para todos os funcionários da PREVI. São seis salários por entrega de meta, meta de gestão, meta de redução de despesa, metas de que precisam para se gerir uma entidade igual a PREVI. Então é isso que existe hoje implantado em nossa entidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Certo, não; benfeito. Eu não estou dizendo que é ilegal. Agora, eu acho que a transparência é bem-vida, e nós temos que ter conhecimentos desses fatos. Então esses bônus são por atingimento de metas?

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Por remuneração variável.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Por remuneração variável.

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Isso, isso. Até seis.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Até seis. Mas ela é variável por atingimento de metas? Você só ganha se atingir metas, é isso?

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Variável por atingimento de metas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Nessa época desse superávit, em que houve essa distribuição, houve bônus por conta do atingimento desse superávit? Sabe informar?

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Não teve bônus por conta do atingimento desse superávit, porque esse superávit foi construído pela qualidade da carteira ao longo do tempo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - E essa parte dos beneficiários foi distribuída por igual? Proporcional?

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Ela foi distribuída com base na proporção do seu salário de participação.



**O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA** - Presidente, eu não senti que a pergunta foi respondida. É o seguinte: os diretores alguma vez receberam esse bônus? A diretoria, não os beneficiários?

**O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI** - O senhor recebeu esse bônus?

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Eu não recebi esse bônus. E estou há 6 meses lá.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Está há 6 meses.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI** - Mas a diretoria, em algum momento?

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Nos anos de 2011, 2012 e 2013, a adequação do salário do diretor da PREVI com o do Banco do Brasil tinha remuneração variável, e essa remuneração foi paga.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Sabe o valor que foi pago?

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Eu não tenho porque...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Seis salários mínimos, é?

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Seis salários máximos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Seis salários seus. Está certo.

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Isso varia de acordo com cada diretor. Eu não tenho os nomes. Mas esse é o ponto.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Estima-se que seria algo em torno de 500 mil reais. Mesmo que não seja o valor preciso, seria em torno disso?

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Eu não tenho essa informação aqui.

**O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA** - Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - A Presidência, especificamente, pede, nos documentos que virão a nosso conhecimento, eventuais bônus distribuídos para diretoria e seus respectivos valores.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Participação por Estado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Isso. Participação por Estado.

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Isso. A gente fornece...



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Não, não é ilegal. Eu não estou contestando a ilegalidade, mas acho que a transparência é bem-vinda aí. Se for o caso, a CPI solicita essa informação.

Concedo a palavra ao Deputado Paulo Teixeira.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI** - Sr. Presidente, eu apenas...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - A palavra está com o Deputado Paulo Teixeira. Ele pediu um aparte. Depois a gente retoma para o encerramento das suas respostas.

**O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA** - Apenas eu, já na última sessão, na minha fala, apontei esta, na minha opinião, inadequação da legislação. É uma legislação inadequada, porque se você está tratando de uma poupança de longo prazo, estabelecer resultados no curtíssimo prazo, como é essa exigência, mostra que a lei é inadequada.

Eu acho que uma lei que, por exemplo, tenha um superávit que tenha que ser distribuído da forma que ele foi distribuído, e, depois, você tem que elevar a taxa de contribuição, isso aí, na minha opinião, é incongruência. Então eu acho que essa CPI deveria se debruçar na relação de um longo prazo de um fundo de pensão. Mas a lei, na minha forma de entender, não dá conta mais de uma relação de longo prazo através dessa exigência. Então, eu acho que esta CPI — eu já tinha apontado isso na última reunião, na minha fala; a Deputada Erika Kokay também apontou isso —, acho que nós temos que nos debruçar em cima de uma mudança nessa legislação, nesta CPI.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Perfeito.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Eu queria aqui registrar...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Para concluir aqui as respostas já.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI** - Concluindo, então, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Eu queria que registrasse em ata que, excepcionalmente, eu concordo com o Deputado Paulo Teixeira.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Excepcionalmente, V.Exa. concorda. E é bom saber que o temos com o Deputado Paulo Teixeira para convencer o hoje Senador e então Ministro José Pimentel, que foi o responsável pela edição da resolução e que, depois, foi o Relator do PDC que quis cancelar as ações. Quem sabe, se tivesse sido o Deputado Paulo Teixeira, hoje ela já estaria até cancelada pelo PDC? Mas, infelizmente, não o tivemos à época como Relator naquele momento.

Para conclusão, Dr. Gueitiro, rapidamente.

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - V.Exa., Deputado Francischini, sobre a PETROBRAS: o que a PREVI fez tão logo detectados os problemas de irregularidades que estão na imprensa sobre a PETROBRAS? Nós contratamos um assessor jurídico especializado no tema para estudar que medidas nós tínhamos para defender o dinheiro dos associados. Esse assessor jurídico estudou qual é a adequabilidade da nossa lei brasileira à lei americana, que é a inspiração dos acionistas que entraram lá. E ele recomendou que a gente tomasse várias ações administrativas; e nós estamos avaliando. Por exemplo: solicitar que a CIA tomasse uma ação contra os recursos desviados; nós votamos na assembleia como minoritário, dizendo isto: que nós queríamos mesmo sendo minoritário. Outro exemplo: registramos no voto, no último balanço, que ressalvávamos o direito dos nossos associados; que, no caso daquele valor provisionado no balanço para problemas não fosse suficiente, ingressaríamos com ação. Então, tem uma série de ações, Deputado Francischini, que o nosso assessor jurídico recomendou. E, se for o caso, se for o caso, tomaremos todas as medidas judiciais para buscar essa defesa dos associados.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI** - Sr. Presidente, 30 segundos para encerrar, então.

Eu queria, então, pedir que encaminhasse esse estudo jurídico para a CPI, para que possamos saber quais as providências foram tomadas em relação à PETROBRAS.

O segundo, Sr. Presidente, para finalizar. Os funcionários que estão aqui denunciaram que cada diretor recebeu 500 mil reais de bônus no ano passado, nesses 3 anos que o Presidente... Isto é uma imoralidade gigantesca, no período de



crise em que nós estamos, na situação atual, cada diretor do Banco do Brasil receber 500 mil reais de bônus.

Então, fica essa...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - O Presidente Gueitiro já se comprometeu com que essas informações chegarão ao conhecimento desta Comissão o mais rápido possível. E, ao invés de especulação, nós teremos o número correto.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI** - E, por último, Sr. Presidente, como pergunta para V.Exa. fazer, já que meu tempo encerrou, eu queria que V.Exa. perguntasse no seu tempo por que, no investimento em um hotel da Costa do Sauípe — um hotel que, ano a ano, vem dando prejuízo; eu acompanhei todos os anos; talvez, em um ano saiu fora da curva —, se gastou 14 milhões de reais dos funcionários do Banco do Brasil para fazer um palco para anunciar a Copa do Mundo lá na Costa do Sauípe? Quatorze milhões de todo esse pessoal que está nos assistindo, Sr. Presidente!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Muito bem. Têm outros Deputados aí que podem fazer esse questionamento.

Vamos passar ao seguinte, o Sub-Relator Marcelo Aro. S.Exa. tem a palavra.

**O SR. DEPUTADO MARCELO ARO** - Boa tarde, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados! Está saindo som? Porque eu acho que daqui, onde eu estou... Está saindo? Está bom. Bom, eu começo as minhas indagações fazendo aqui uma análise prévia do que foi explicado pelo depoente hoje.

Diferente do que eu tenho visto nos demais depoimentos, sobretudo no primeiro depoimento e no segundo depoimento, eu vejo que o Sr. Gueitiro tem mais autonomia do que os demais, eu vejo que tem mais competência e mais habilidade. E eu faço aqui este justo reconhecimento, porque ele é uma pessoa que está lá dentro do Banco do Brasil, que teve uma carreira. Então, eu fico um pouco mais aliviado. Lamento que, nos demais fundos, também não tenham essa mesma análise, esse mesmo procedimento.

Também fico satisfeito em saber que o Presidente, de maneira rara, não é ligado a nenhum político e a nenhum partido político. Isso é bom. Não querendo criminalizar quem é de partido político, porque eu sou de partido político, mas, como



temos percebido aqui nos depoimentos, aqueles que são militantes políticos, que estão na Presidência do fundo, muitas vezes misturam a vontade política partidária com as decisões do fundo. E isso eu criminalizo, sim! Isso está errado, sim! Mas eu vejo aqui uma posição diferente do Sr. Gueitiro.

Eu também vejo com alguma preocupação a diminuição do superávit que tem acontecido nos últimos anos: em 2012, nós tivemos um superávit de 27,2 bilhões; em 2013, nós tivemos 24,7 bilhões — então, já houve uma diminuição; em 2014, 12,5 bilhões. Então, aí, já caindo consideravelmente.

Já fica a minha preocupação porque sabemos que, nessa toada, nessa sequência, há possibilidade de se chegar a um déficit. E, chegando a um déficit, entra na mesma situação dos demais fundos que temos entrevistado aqui e arguido.

Então, o meu primeiro questionamento é: o que o Sr. Gueitiro tem feito para solucionar esse problema? E por que eu digo problema? Porque, apesar de dar superávit, tem diminuído. Então, se pegarmos um gráfico aí, veremos que uma hora começa a dar déficit. Então, se começar agora um procedimento diferente, talvez possamos sair dessa situação.

Tenho a lamentar aqui também, e aí, Sr. Gueitiro, eu gostaria de saber... Peço licença só 1 minutinho, porque eu estou vendo o interrogado. Eu quero perguntar ao Sr. Gueitiro sobre alguns investimentos que, para mim, ainda, assim como os demais fundos, não ficaram claros, como os da Sete Brasil. Eu queria ouvir dele se realmente acha que é um bom investimento, porque, pelo que eu estou vendo aqui no discurso, talvez me leve a crer que alguns dos investimentos podem ter sido uma decisão do Conselho — talvez o senhor tenha até votado contra. Gostaria de saber como tem sido a posição do Conselho, dos demais diretores, a posição do senhor em relação a investimentos como os da Sete Brasil, se o senhor é favorável ou se é contrário.

Há de se lamentar, e aí eu acredito que há ingerência política, apesar de o Sr. Gueitiro não ser ligado ao Partido dos Trabalhadores. Mas vemos que outros diretores o são. Então, ficou uma situação ainda melhor do que a dos demais fundos. Mas, no meu ponto de vista, na minha opinião, há uma ingerência política. Então, nós ainda teríamos que evoluir nessa questão, dar mais alguns passos, para que se evite essa influência política.



Então, eu gostaria de saber do Sr. Gueitiro como são tomadas essas decisões dentro da PREVI, como têm sido os discursos, as tomadas de decisão, as conversas, os posicionamentos dos diretores. Isso é algo que, em relação à Sete Brasil, eu também gostaria de saber.

Por último, não vou gastar todo o meu tempo, Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - A Mesa agradece.

**O SR. DEPUTADO MARCELO ARO** - ...e o dos demais colegas também, com certeza. O último questionamento que eu faço é mais uma sugestão. Eu tenho falado em diversos depoimentos aqui que acredito que não é moral, embora lícito, presidentes de fundos participarem do Conselho. Aliás, participarem do Conselho eu sou favorável, mas serem remunerados nos Conselhos?!

E por que eu tenho essa opinião, Sr. Presidente? Eu acho que, se nós conseguirmos, nesta Comissão, mudar isso, já será um grande avanço para os fundos. Se o Presidente da PREVI, ou o Presidente da FUNCEF, ou outro presidente tomar a decisão de investir na TIM ou na JBS o valor de 1 bilhão de reais... Porque ele sabe que, ao investir esse 1 bilhão de reais, vai ganhar um assento no Conselho — o Conselho da TIM paga 10 mil, o Conselho da JBS paga 50 mil —, no meu ponto de vista, não é moral que ele tome essa decisão, porque, obviamente, há uma tendência de optar pelo que paga mais para o conselheiro.

Então, eu deixo aqui como sugestão que não abra mão da cadeira no Conselho da empresa onde a PREVI investe, ou outros fundos investem. Disso não pode abrir mão, não, porque é importante a participação lá. Mas pode abrir mão, sim, desse benefício financeiro. Aliás, pode reinvestir isso para os trabalhadores do Banco do Brasil, da Caixa, dos Correios, e por aí vai. Pega-se o dinheiro que seria remuneração e joga-se lá no Fundo como um gesto de que não há interesse financeiro.

Então, fica a minha sugestão aqui para que seja analisada, porque, no meu ponto de vista, há incompatibilidade entre participar, ganhar e tomar essas decisões, e, infelizmente, nós acabamos reféns de uma situação que, no meu ponto de vista, repito, é imoral.

Então, são essas as minhas considerações, Presidente. Gostaria, agora, de ouvir o Sr. Gueitiro.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Com a palavra o Dr. Gueitiro, com a objetividade necessária e nipônica que V.Exa. possui.

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Deputado Marcelo Aro, eu começo aqui pelo ponto que V.Exa. comentou: a redução da Reserva de Contingência de 24 para 12, no último ano. Como eu queria mostrar... Na apresentação que eu fiz, eu comentei que há um tripé da política de investimento, que é olhar risco, solvência e liquidez. Então, por que nós, na PREVI, temos uma segurança de que os investimentos em renda variável, ao longo do tempo, passam por momentos de dificuldade e, ao longo do tempo, voltam a uma normalidade? Porque essa carteira de renda variável nossa tem mais de 15 anos. Em mais de 15 anos, ela já passou por momentos difíceis, e voltaram. Por exemplo, nesses 12 bi... Eu vou dar dois exemplos para V.Exa.: 5 bi e 900 dessa queda, é Vale. A Vale, na avaliação nossa, valia 35... Desculpe-me, 38, em 13; e na avaliação de 14, vale 32. Mas é uma empresa que, nós acreditamos, ao longo do tempo voltará à normalidade. E nós, na PREVI, por fruto da política de investimento, não temos necessidade de vender a Vale agora, com esse preço depreciado.

**O SR. DEPUTADO MARCELO ARO** - Poderia vender? Porque o FUNCEF tem um contrato até 2017.

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - É, nós estamos no mesmo acordo de acionistas...

**O SR. DEPUTADO MARCELO ARO** - No mesmo?

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - No mesmo acordo de acionistas com a Vale. Mas nós temos título público para suportar a volta desse ativo à normalidade. Então, é uma empresa em que todo mundo acredita. E vou citar mais uma. Por exemplo, nós somos acionistas da AMBEV. A AMBEV também teve quase 1 bilhão de reais de diferença. Então, são resultados anuais de ativos, que são ativos bons. Então, é o que a gente chama tecnicamente de déficit conjuntural. Não são ativos que estão em fase de recuperação de dinheiro, que eu já não tenho mais possibilidade de recuperar. Então, a PREVI não tem problema de liquidez, a nossa solvência está boa. Então, gerir isso, ficar de olho, é fundamental para toda a administração? É. Mas a gente tem segurança de que, ao longo do tempo, esses ativos voltarão à normalidade. Sete Brasil. À época da decisão de investimento, toda



a conjuntura, a cadeia produtiva envolvida naquele projeto, a forma como foi estruturado... Foi um bom investimento, tanto que têm investidores de mercado que participaram do projeto. Então, não se pode, na minha visão... Não participei. Estou dando opinião minha como associado, porque eu também sou associado da entidade. Agora, o fato é que — eu comentei aqui, mas eu sempre gosto de ressaltar; e aí eu já respondo à terceira pergunta, Deputado — a forma como foi montada, ao longo do tempo, a governança, principalmente da “*quem planeja não executa, quem executa não controla*”, e a política de investimento é a mola mestra disso, independente de pessoas que passem pela entidade PREVI... Não vai acontecer o investimento. Foi o caso do segundo momento da Sete Brasil. Continuava sendo um bom investimento, só que a política de investimento não permitia ir mais que 335 milhões em um único gestor de fundo. Então, parou ali. E por último... Acho que aí foi mais uma sugestão para o Presidente sobre conselhos, que vai ser debatida, não é, Presidente? Não ser remunerado nos fundos, não é?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - É.

**O SR. DEPUTADO MARCELO ARO** - Na verdade... Só uma complementação. Essa análise de que, no segundo momento, continuava bom o investimento na Sete Brasil, o Bradesco, privado, entrou no primeiro momento e, no segundo momento, ele saiu. A avaliação dele, então, é diferente da avaliação de vocês?

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Não conheço as premissas que o levaram a não estar na Sete Brasil. As nossas... O ponto principal da nossa é este ponto: que nós não tínhamos como ultrapassar a política de investimentos. E na PREVI política de investimento é lei, é Constituição. Você não ultrapassa esse limite.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Eu não peguei... Estava aqui conversando com o Relator... Só pontualmente... Você esclareceu quem fez a apresentação do negócio da Sete Brasil à PREVI?

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Não, eu não participei da negociação à época, mas os documentos mostram que o banco estruturador era o Santander. E normalmente quem apresenta ao mercado um projeto para buscar investidor é o banco estruturador. Eu não participei.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Normalmente. Mas nos arquivos não há essa informação da tomada de decisão?

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Não, não há. Eu não posso afirmar, porque eu não estava à época. Quem levou...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Mas, provavelmente, na documentação que será encaminhada, no procedimento tem quem apresentou.

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Provavelmente, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Queremos especificamente essa informação também.

Com a palavra o autor do requerimento, Deputado Pompeo de Mattos, por 5 minutos.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, colega Gueitiro... Eu vou chamá-lo assim, porque somos colegas do Banco. Você começou como estagiário do banco, e eu também comecei como menor estagiário. Fui contínuo, auxiliar de portaria no Banco e, depois, da carreira administrativa. Então, são anos de convivência dentro do Banco do Brasil. E tenho orgulho de ter estado lá, embora tenha tido algumas angústias ao final da carreira, que não vale a pena aqui relatar. Quando eu deixei de ser Deputado, durante 7 meses não me deixaram entrar no banco para o qual eu fiz concurso. Isso nós resolvemos lá fora, mas é lamentável que isso tenha acontecido.

De qualquer sorte, eu tenho aqui algumas questões que eu queria colocar, Gueitiro. A primeira é em relação à Sete Brasil. Eu sei que não é do seu tempo, mas a PREVI acabou investindo 180 milhões na Sete Brasil. O que impressiona a nós todos — e foi o caso do FUNCEF, e não é diferente no da PETROS, e eu vou perguntar isso para todos — é que uma empresa é criada num dia, e você investe nela no outro dia, na outra semana. A empresa não existia. É uma empresa que saiu do nada e ao nada retornou — vai retornar ao nada. Era para fazer sete sondas — aliás, sete parece até conta de mentiroso —, depois passaram para 29, para arrumar mais investimentos, e arrumaram mais aporte de recurso. E agora dizem que talvez façam cinco. Talvez não façam nenhuma.

Então, o que a PREVI está fazendo para salvar esses 180 milhões? À PREVI, até esse ponto, cabia um elogio, porque, na minha visão, ela foi levada a investir 180



milhões, mas depois recuou. O FUNCEF investiu 1 bilhão e 400 mil; a PETROS, 1 bilhão e 400 mil; a PREVI foi mais parcimoniosa, mas mesmo assim tem lá 180 milhões.

Há uma série de outras empresas que aqui já foram mencionadas, e eu quero aqui só reprisar, entre elas, obviamente, a PETROBRAS, a TELEMAR, a Bombril, a Eneva, que tomaram prejuízos. E a PREVI tem investimentos lá. Como é que ficam esses investimentos da PREVI nessas empresas? Qual é a ação, qual é a atitude que a PREVI está tomando?

Eu digo isso porque eu também sou funcionário, também sou da PREVI, e tenho atrás de mim dezenas, centenas — eu até diria milhares — de colegas que estão ligados a toda essa situação, e obviamente como cobram do Presidente da PREVI, cobram do Deputado que participa da CPI dos Fundos de Pensão, até para que nós avancemos. Então, eu sou demandado aqui. Os meus ouvidos fervilham, buzina, e não sem razão, porque todo mundo tem uma preocupação.

Não é que nós estejamos aqui sendo alarmistas. Muito pelo contrário. Mas a preocupação existe. Então, nós temos que colocar isso, especialmente a questão da Sete Brasil e dessas empresas que tomaram maior prejuízo.

Eu gostaria também que fossem fornecidos à CPI os dez investimentos que a PREVI tem, que tenham acendido a luz vermelha ou pelo menos a luz amarela — os dez investimentos que têm a luz acesa. Sabemos que são ativos de risco. Não é nenhum demérito, mas é para nós termos uma leitura e podermos compartilhar essa leitura. Quais são os dez que tenham acendido a luz vermelha ou que tenham acendido a luz amarela, porque deram prejuízo, estão dando prejuízo, enfim, para termos uma leitura.

Uma outra questão diz respeito, Sr. Presidente, ao teto da PREVI. É com isso, Dr. Gueitiro, que os colegas tanto se angustiam. E nos pressionam — ao senhor, a mim, a nós, a tantos quantos.

O senhor disse que a PREVI tem teto e que o teto é calculado pelos últimos 36 meses. Sim. É o cálculo do teto que não tem teto, porque o teto é o limite, é o céu. Ou seja, se nos 36 meses você recebeu 30 mil, o teto é de 30 mil; se recebeu 50, o teto é de 50; se recebeu 60, o teto é de 60. Na verdade, não existe um teto. Existe um cálculo para se chegar a um valor que absolutamente não é um teto. E há



um briga muito grande para fixar o teto. O teto já tem um valor de 30 mil, e hoje nós sabemos que o teto chega a 45, 50, 60. E aqui um caso específico: o Dr. Aldemir Bendine recebe 62.500 reais da PREVI. E assim como ele há outros tantos — dezenas, centenas — que recebem valores expressivos, extraordinários, ao ponto de existir um cálculo — eu estou aqui vendendo pelo preço que me passaram, mas isso pode ser conferido ao longo da trajetória da CPI — que poderia chegar, entre o passado, o presente e o futuro, a 1 bilhão de reais, em termos de desençaixe, por conta desse exagero que alguns estão recebendo.

Além disso, o senhor disse que a reserva especial está em 12 bilhões de contingência. Não é isso? Aí eu faço a pergunta: e antes de 2014, qual era o valor da reserva? Eu tenho informação de que era de 25. E hoje, em quanto está a reserva? Continua em 12, ou em 2015 baixou essa reserva? É uma preocupação que todo mundo tem, porque era 25, veio para 14, e a leitura que se tem é que seria menos agora. Mais do que isso...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Faça as perguntas, Deputado, para concluir.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Quanto à questão do teto, foi feito um ajuste de conduta com a PREVI. Está sendo cumprido esse ajuste de conduta, no sentido de estabelecer um teto? Há um ajuste de conduta. Se ele não foi cumprido, houve alguma punição? O Banco do Brasil está pressionando para não cumprir o teto? Leia-se “Aldemir Bendine”. Ele faz uma pressão para que não seja cumprido o teto. Colegas me dizem — e eu fico olhando assim — que o Aldemir Bendine seria o grande marajá do Brasil, hoje. Ele recebe 62.500 reais da PREVI, recebe mais cento e tanto da PETROBRAS, recebe mais não sei quanto. Talvez o Sr. Aldemir Bendine tenha um salário de 200 mil reais, 300 mil reais por mês. Isso é uma coisa que impressiona. Eu só queria o Imposto de Renda dele para mim.

**O SR. DEPUTADO PAULO AZI** - Vai disputar com o Neymar.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Eu iria ficar com o Imposto de Renda.

O TCU já se posicionou sobre esse superteto, esse teto sem teto?

Vou concluir, Presidente. Eu tenho tanta coisa para falar aqui! A União...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Eu imagino, mas...



**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Eu sei, Presidente.

**O Sr. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Eu estou lhe dando um tempo, porque V.Exa. é oriundo do Banco do Brasil, mas essa tolerância... Eu tenho certeza de que os colegas já estão atiçados.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Desculpe-me, Presidente. Vou ver se concluo aqui. São perguntas eminentemente técnicas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Vamos objetivamente a elas, Deputado. Vá direito às perguntas.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Gostaria de saber, Dr. Gueitiro, se a União expressou alguma concordância — o Ministério da Fazenda, o Ministério do Planejamento — com esse superteto. Ou ela tem discordância? E a AGU? Há alguma manifestação? O que acontece?

Quem tem esse superteto é o Banco do Brasil, e as outras estatais do Brasil vão querer também. É tão bom para nós que eles quiserem para eles! O senhor conhece alguma outra empresa que tenha esse superteto? O senhor sabe da posição do José Maria Rabelo, que esteve na PREVIC, em relação à questão do superteto?

Eu concluo, Presidente, dizendo que a preocupação que fica entre nós, colegas, é que a PREVI não está mal. Mas há algumas coisas que não estão claras. Há essa questão de alguns investimentos que precisam ser esclarecidos bem — entre eles, o da Sete Brasil —; e a questão do teto, que deixa os funcionários do Banco do Brasil indignados. Há alguns que recebem altíssimos salários.

Concluo, referindo-me àquilo que o senhor colocou no final da sua fala: a questão dos seis salários. Nós temos a PLR — Participação nos Lucros e Resultados, que todos recebem, mas só que quem recebe esses seis salários extras por ano são os diretores do Banco. A leitura que se faz é que a PREVI doou esses seis salários, porque isso é do Banco do Brasil, não da PREVI. Esses colegas que recebem da PREVI nunca contribuíram com a PREVI sobre esses salários que eles vão receber, Deputado. Então, eles recebem seis salários, e em relação a esses salários nunca contribuíram, ou seja, não participaram da PREVI, não depositaram nada para a PREVI. Então, estão recebendo sem ter contribuído, estão recebendo sem ter pagado. Está havendo uma reação muito forte, e nós precisamos clarear



essa questão. Pode até ser legal, mas estão dizendo que é imoral. Talvez tenhamos que fazer uma correção aqui na Casa.

Desculpe-me, mas eu precisava dizer isso, porque, aqui, estou sendo um pouco a voz dos meus colegas que não têm voz, mas fazem da minha voz a voz deles. Eu quero continuar sendo a voz dos colegas do Banco do Brasil.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Agradeço. Por estar jogando em casa, com a torcida a favor, contou com a tolerância da Mesa, mas não é regra...

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - É generosidade sua, Presidente, e eu agradeço.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Compreendo o momento e a importância da sua presença. Quem viveu no Banco, nesta hora tem que tirar as dúvidas necessárias, que são didáticas, para toda a Comissão.

Peço ao Dr. Gueitiro que seja muito mais objetivo nas respostas do que nas perguntas.

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Obrigado, Presidente. Deputado Pompeo de Mattos, estivemos juntos no Rio Grande do Sul, discutindo com os associados. Realmente, V.Exa. é uma voz. Então, ao falar com o Deputado, além de prestar contas à CPI, estou falando diretamente com os participantes. Sete Brasil. Como participante, e não estando lá, eu diria que, à época, a decisão de 180 milhões estava alinhada às práticas da PREVI, Deputado. Agora, V.Exa. tem toda razão, nós não podemos nos conformar nunca: que são 180, que a PREVI foi menor, que a política protegeu. A gente tem que buscar esse dinheiro, tem que retornar, no mínimo, ao cálculo atuarial. Então, eu já comentei aqui, nós somos 2% lá no Conselho de Administração. Mas esses 2% têm que fazer barulho, têm que buscar os direitos. Então, nós acompanhamos o voto lá de verificar os contratos, de verificar com a Kroll se houve situações não republicanas, e solicitando entrar com ação contra os administradores. E esta última semana foi muito animadora, porque esse acordo que está sendo gestado tende a fazer com que a Sete seja superavitária e a gente possa receber os 180 milhões, porque a gente investiu dinheiro meu, seu e dos 200 mil. Então, com relação à Sete é isso. Bombril. Esse é um investimento lá da década de 90. O que existe hoje? Ação contra os



administradores da época por má gestão lá. Eneva. Não conheço. Prometo encaminhá-lo. Com relação ao teto, eu vou começar do final, para ser objetivo. Como temos falado lá para os associados, como V.Exa. tem sido um debatedor deste assunto, há uma discussão sobre colocar um teto. A PREVI está irregular, a lei não está. Outros fundos têm? Eu não tenho conhecimento, mas acho que não existe esse teto de valor. Está se cumprindo o contrato previdenciário? Está. Quando a gente toma posse lá... Dizia que é essa regra. A regra vale para todos. Não está impactando a reserva matemática hoje? Não está. Mas é um debate que tem que ser feito com os associados, e a gente está disponível a fazer, estamos fazendo, e o Banco também. Com relação ao TAC. TAC, amplo debate dentro da instituição, desde 2010. O que eu posso dizer hoje para V.Exa.? Esse assunto foi encerrado na PREVIC. É um assunto que... TAC... Presume-se patrocinador, PREVIC e PREVI. Nós recebemos a comunicação de que o patrocinador desistiu de assinar o TAC, comunicamos à PREVIC, comunicamos ao Conselho Deliberativo da PREVI, e a PREVIC encerrou esse assunto. Não há irregularidade lá. Mas, com a discussão que haverá de teto, esse assunto vai estar muito mais pacificado. A reserva de contingência foi: 24, em 2011; 26, em 2012; 24, em 2013; e agora é 12. V.Exa., Deputado Pompeo... Eu também sou impactado ali. O que dá uma certa tranquilidade — garantia não se pode dar — é que ela foi impactada por depreciação de ativos bons. Eu citei Vale, citei AMBEV. Há outras da carteira. A gente sabe que, ao longo do tempo, virão com um preço melhor. Por exemplo, Sr. Presidente, a Vale foi comercializada, em dezembro, a 0,77% do valor patrimonial. Ou seja, o mercado não está, por conta do cenário internacional...

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Qual é o valor de hoje?

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Hoje é menos do que 0,77%.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Não, o dos 12 bilhões.

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Não temos. Acho que nem é bom especular isso, porque parte da carteira da PREVI tem avaliação econômica ali no fim do ano. E também tem até dezembro, Deputado. E o senhor sabe bem como os nossos associados são ativos. Qualquer número no meio do caminho aqui só vai alimentar um debate — o que não é bom — de especulação. Então, essa é a...  
Presidente, Obrigado.



**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Faltou a lucratividade dos seis salários. A PLR, os bônus e os seis...

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Ah, é importante. Isso aqui o Presidente comentou que vai querer as decisões. Não é isso, Presidente? Mas o que eu queria reforçar nesse ponto? Todos os funcionários do Banco do Brasil têm até seis salários. E é assim: aquela escolha feita lá na década de 90, de que nós deveríamos gerir os nossos recursos, nós mesmos, e não terceirizar... Partiu-se do pressuposto de que a remuneração seria igual à do Banco do Brasil. Senão eu não trago talento de lá. Quem é que quer vir receber menos para trabalhar na PREVI? Não ganha mais que o Banco do Brasil. Ganha exatamente igual. Lá no Banco do Brasil é até seis salários.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Contestável, porém é a regra, e é transparente, e as discussões estão sendo feitas para transferir.

Com a palavra o Deputado...

**O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA** - A regra é essa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - A regra é essa. Contestável, porém a regra é transparente, e que trabalhem para modificá-la aqueles que entendem que é injusta.

Enfim, encerramos a fala dos Sub-Relatores e dos autores de requerimentos. Começaremos com os inscritos. Restam poucos.

**O SR. DEPUTADO ENIO VERRI** - Quantos, Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Pelo que eu estou vendo aqui, seis, sete.

Com a palavra o Deputado Raul Jungmann.

**O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN** - Obrigado, Presidente.

Sr. Gueitiro, seja bem-vindo a esta CPI. Passo aos meus questionamentos.

Existem prédios do Banco do Brasil que pertencem à PREVI. É o caso, por exemplo, da sede do Banco, lá em São Paulo, que está na esquina da Rua Augusta com a Avenida Paulista. Então, as minhas primeiras perguntas dizem respeito a esse aspecto.

Primeiro, por que a PREVI resolveu investir em um empreendimento na Avenida Paulista chamado Cidade São Paulo?



Segundo, quanto a PREVI gastou nesse empreendimento?

Terceiro, quanto a PREVI está cobrando do Banco do Brasil?

Quarto, com quem a PREVI negociou para a concretização do negócio? Houve algum corretor envolvido na operação? Em caso afirmativo, poderia citar o nome?

Quinto, o senhor poderia prestar mais informações a respeito dessa operação da PREVI? Quais são as construtoras envolvidas no negócio?

Sexto, o senhor poderia enviar a esta CPI cópia dos contratos dessa operação?

Sétimo, a PREVI foi procurada para oferta de investimento pelos senhores Alberto Youssef, José Augusto Ferreira dos Santos, Arthur Mario Pinheiro Machado e Milton Lyra?

E a última pergunta: o senhor tem conhecimento do que o Sr. João Vaccari, ex-tesoureiro do PT, tentou, ou teve alguma influência nas decisões da PREVI?

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Com a palavra o Dr. Gueitiro. Agradeço ao Deputado Raul Jungmann pelo uso do tempo.

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - V.Exa., Deputado Raul Jungmann, é...

**O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA** - Parabéns pela concisão.

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Faz parte da estratégia de investimento da carteira investir em imóveis. Nós temos 9,6 bilhões de reais da carteira em imóveis. Isso representa 5,78% da carteira, e a Resolução 3.792 permite 8%; então, a gente está abaixo da resolução. Eu não conheço o caso específico que o senhor citou. Até sendo objetivo, eu estou há 6 meses lá. Não é um empreendimento específico. Eu me comprometo... O senhor pode enviar o requerimento. Nós vamos mandar as informações que forem necessárias. Mas eu queria contar do processo. Investimento em imóveis passa por análise técnica, passa por verificar se a rentabilidade daquele empreendimento está no mínimo, está acima da nossa meta atuarial. Ela entra pela nossa área técnica. Inclusive, na PREVI, a gente decidiu ter na área técnica engenheiros para poder fazer as análises das operações que vêm. Então, investimento no segmento imobiliário é um processo, é um investimento importante e bom para a carteira. Especificamente esses nomes, eu estou há 6



meses lá, não conheço, não vi, nunca tive contato com nenhum deles, muito menos com o Sr. João Vaccari. Se participou de alguma negociação, eu não tenho essa informação. E, com relação ao Banco do Brasil ser locatário, sim, existe, é um locatário que gera segurança no retorno dos nossos aluguéis, paga em dia. Então, ele está dentro dessa política de investimento da nossa entidade.

**O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN** - Tudo bem, mas, especificamente, o senhor fica nos devendo as respostas para essas perguntas.

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Encaminharei, encaminharei. Mandarei a documentação

**O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN** - Peço que o senhor encaminhe, sem esquecer o contrato que foi feito especificamente no caso desse imóvel.

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Encaminharemos também, Deputado.

**O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN** - Como acredito que ainda me resta...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - E espero que dentro de um prazo bastante exíguo para o retorno.

V.Exa. tem o crédito para a última pergunta.

**O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN** - Tudo bem. Na verdade são duas, Presidente, que também serão rápidas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Duas.

**O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN** - O senhor falou não ter conhecimento, pelos 6 meses em que o senhor lá se encontra. Perfeito. Mas o senhor tem alguma informação da influência de algum desses senhores, ou de alguma tentativa ou de proposta de negócio anterior? Essa é a primeira das perguntas.

A segunda pergunta é a seguinte: a PREVI tem ou mantém algum contrato de negócios com o chamado Grupo PAR, PAR Facilities, PAR Corretora, PAR Negócios... São todos controlados pela FENAE e atuam basicamente junto ao FUNCEF. A pergunta é a seguinte: os senhores têm algum tipo de negócios com o chamado Grupo PAR, uma *holding*, ou com alguma outra de suas empresas? Em que áreas, por favor?

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Excelência, começando pela última, não temos, não temos relacionamento com o Grupo PAR em nenhuma situação. E a



primeira é... Eu não estava lá, de fato, então... Mas, pelo que eu conheço, por 6 meses que estou lá, pela governança e pela política de investimento, não influenciaria decisões passadas. Mas eu não participei e não conheço o processo anterior.

**O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN** - Muito obrigado, Sr. Gueitiro.

Sr. Presidente, encerro a minha oitiva.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Com a palavra o Deputado Samuel Moreira, pelo tempo de 3 minutos.

**O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA** - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu quero... Primeiro, o senhor disse que o contrato com a BANGRAF acabou em 2011 — com a gráfica BANGRAF. O senhor pode nos dizer o valor desse contrato, se o senhor lembra ou sabe? E o senhor disse que houve um processo de licitação, ou um processo de tomada de preço. Enfim, o senhor pode também nos responder isso e nos enviar essa licitação, essa pesquisa de preço?

A segunda questão que eu quero colocar é sobre a Sete Brasil. Nós percebemos que vocês foram bastante conservadores nesse investimento, em que pese o senhor achar que foi um bom negócio. O limite de investimento era de 300 milhões. Vocês não foram ao limite da segunda vez, continuaram com os 180. O senhor disse que há um relatório da área técnica que orientou essa decisão de não investir novamente na Sete Brasil. O senhor pode nos enviar esse relatório da área técnica? Por que ela não estimulou o investimento, naquele momento, até os 300 milhões?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Pode, não. Estamos solicitando. Não é perguntar se pode.

**O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA** - É uma forma de dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - É a minha forma de dizer também.

**O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA** - É uma forma de dizer: por favor, nós queremos esse relatório.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Exato.

**O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA** - Obrigado.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Já está em mão. Será dado conhecimento à Secretaria.

**O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA** - Está o.k.

Vamos às questões dos contratos de recuperação da Sete Brasil. Talvez até isso devesse ser questionado na outra CPI, mas eu quero questioná-lo. O senhor sabe da dívida da Sete Brasil: 14 bilhões. O senhor sabe da depreciação dos seus ativos. Hoje, calcula-se que, com a dívida com credores, de 14 bilhões, mais a sua depreciação, dê algo em torno de 28 bilhões. Está havendo um plano de recuperação, um plano baseado sempre nessas questões de se direcionar no monopólio e na estatal, o que é prejuízo também para nós, porque a PETROBRAS é nossa. O senhor acha correto, por exemplo, a PETROBRAS ir para o mercado e contratar alguém a preço maior? A informação que nós temos é de que a PETROBRAS vai pagar mais para a Sete Brasil do que é pago para o mercado.

Foi feita agora pelo Deputado Jungmann uma pergunta quanto a essas locações. Nós observamos que o Fundo loca diretamente para um dos seus patrocinadores. Isso acontece com os Correios. Os Correios ou o próprio Banco do Brasil fazem esses contratos com licitação ou contratam o Fundo para fazer um bom negócio, um favor para o Fundo? Qual é o procedimento que o Banco do Brasil, por exemplo, faz, as patrocinadoras fazem? Nós temos, também, que defendê-las ou não, porque são estatais públicas? O senhor entendeu os meus questionamentos com relação à Sete Brasil.

E, para finalizar, em função desse conservadorismo, pergunto se esse relatório que o senhor já conhece e trouxe aqui aponta que esse seria um mau negócio e por que o senhor acha que os outros fundos fizeram um aporte tão violento, por exemplo, na Sete Brasil. Dez vezes maior do que, por exemplo, a PREVI fez. O FUNCEF fez de 1 bilhão e 700, vocês fizeram de 180 milhões.

Outra pergunta, para encerrar: o prejuízo das empresas X não volta mais? Esse prejuízo das empresas X — da EBX e tal — não volta mais? Finalizou esse assunto? Houve uma perda e parou, tudo bem. Não há nenhum procedimento para recuperar o resto? Já finalizou esse procedimento?

Então, é isso, por enquanto, porque a outra questão é um pouco longa. É a questão da distribuição dos lucros para os diretores. Esse lucro só é distribuído



quando o Banco do Brasil, que é outra entidade — o Fundo é uma entidade, o Banco do Brasil é outra, em que pese ser patrocinadora —, eleva os seus salários? Ou, mesmo quando tenha lucro, há alguma distribuição?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Dr. Gueitiro com a palavra.

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Excelência, com relação à BANGRAF, na verdade, o processo é de tomada de preço, três propostas técnicas, disputa... Mas a gente pode... Eu não tenho os valores aqui de cabeça, é um processo antigo, a gente pode enviar. Com relação à Sete Brasil, a gente está protocolando...

**O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA** - Questão de prazo, o senhor lembra?

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Não tenho isso na cabeça. Eu sei o ano que encerrou, eu não sei desde quando. A gente verá isso nessa solicitação. Com relação à Sete Brasil, de fato, é muito difícil para mim. Eu estou há 6 meses lá. Na época, 2010, eu nem estava nesse mercado, analisando esses investimentos, nem no Banco do Brasil. Então, fica difícil. Agora, o que eu olho nos documentos, e a CPI terá a oportunidade de analisar, é que a decisão foi técnica na PREVI, a política de investimentos... Vocês vão ter a oportunidade de ver que a política de investimento é que chegou... Nós não poderíamos ter em um fundo mais do que 335 milhões — era uma das regras nossas. Então, foi um dos itens que embasou a área técnica a sugerir à diretoria a não continuar. Com relação ao patrocinador Banco do Brasil, quando a gente...

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Eu não tenho esse conhecimento da época, infelizmente. Esse específico, eu não vi lá no início. Então...

**O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA** - Foi baseado no relatório técnico?

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Baseado no relatório técnico.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - O relatório técnico faz uma série de análises se deveríamos ou não exercer o direito. Isso é o que mostra o relatório técnico. Com relação à influência do patrocinador em aluguel, em alguma coisa, não existe. As premissas que são usadas para decidir lá são política de investimento,



risco retorno do ativo. Não se faz um investimento porque o patrocinador quer. Então, enfim, não é isso que eu tenho visto na governança que eu passei lá.

**O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA** - Eu estou dizendo do outro lado do balcão, da patrocinadora. Eu sei que o senhor não pode, mas, por exemplo, se o senhor fosse o Presidente do Banco do Brasil... A política é de se alugarem prédios de fundos relacionados porque há uma relação de fundo ou porque o mercado oferece uma coisa melhor?

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Essa é uma discussão que acontece. Tem uma separação aí.

**O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA** - É? É estranho.

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Eu não posso responder pelo Banco do Brasil.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - A pergunta ficou tão polêmica aqui... Eu estava ali conversando com a CVM e não pude responder-lhes.

**O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA** - A pergunta é sobre o conjunto de coincidências que levam as patrocinadoras a alocar imóveis dos fundos. Parece que é uma coincidência. E nós, olhando do lado das patrocinadoras, que são estatais públicas também... Eu queria saber se há um acordo, uma benevolência ou se há uma concorrência no mercado, e eles fazem a opção porque é o melhor negócio para a estatal.

Essa é uma pergunta que eu queria fazer, porque eu vejo isso também na PETROBRAS, com a Sete Brasil, os contratos. Eu acho que isso também precisa ficar um pouco mais claro.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Sem dúvida.

Temos agora para falar o Deputado Paulo Azi, que vai falar como Líder, mas o primeiro inscrito para falar como Líder... Dr. Saulo, por favor, só um questionamento: temos dois aqui; quem primeiro se inscreveu para falar como Líder, o Deputado Paulo Teixeira ou o Deputado Paulo Azi?

**O SR. SAULO AUGUSTO PEREIRA** - *(Inaudível.)* O Deputado Paulo Teixeira.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Então é o Deputado Paulo Teixeira.



**O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - (Inaudível.)** Eu cedo a minha vez de fazer uso da palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Então, tem a palavra o Deputado Paulo Azi para fazer as perguntas, agregado o tempo de Líder.

**O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - (Inaudível.)** Dou a preferência a V.Exa.

**O SR. DEPUTADO PAULO AZI** - Muito obrigado, xará. Agradeço a V.Exa., Presidente. Eu não vou usar todo o tempo. Quero cumprimentar o Dr. Gueitiro.

Presidente, o Deputado Marcus Pestana, no início da sua fala, comentou que a PREVI está bem à frente dos outros fundos de pensão no que concerne à gestão, à governança, e isso é fácil de se constatar. Coincidência ou não, Deputado Pestana, a PREVI é a única fundação que não tem um petista de carteirinha na sua presidência. Coincidência ou não, a PREVI, gerida hoje por um técnico, é aquela que apresenta os melhores resultados, se comparada às outras fundações, às principais fundações do nosso País.

Eu vou abordar aqui alguns temas que já foram considerados, mas que para mim ainda carecem de alguma avaliação. Sobre a questão da Sete Brasil, Dr. Gueitiro, todos os outros ex-presidentes que aqui estiveram, quando questionados com relação à oportunidade do investimento, disseram que lá atrás, em 2010, na época da descoberta do pré-sal, esse era um grande investimento. Todas as avaliações levavam para a conclusão de que era um investimento que daria um grande retorno a todos aqueles que foram selecionados para serem acionistas.

No entanto, o aporte feito pela PREVI, se comparado aos aportes feitos pelos outros fundos — e olhem que a PREVI é, disparadamente, o maior fundo de pensão do nosso País —, é extremamente inferior, pelo que fica nos parecendo que, diferentemente da grande maioria daqueles que fizeram a avaliação da conveniência do negócio, a PREVI fez uma avaliação que não estava de acordo com a da grande maioria, a de todos aqueles outros, porque, se efetivamente era um grande negócio, não se justifica a PREVI, o maior fundo de pensão do nosso País, entrar com 180 milhões, e o POSTALIS, por exemplo, passar de 1 bilhão de reais. Então, o que fica parecendo é que a PREVI foi forçada a apresentar um investimento, até porque



ficaria muito pouco confortável para os outros fundos, bem menores do que ela, participar, e a PREVI não entrar no negócio.

E aí vem 2012 e, reforçando essa avaliação — que me parece, feita lá atrás, conservadora — de que não era efetivamente tão bom esse negócio todo, a PREVI desiste de aumentar a sua participação. Aí não ficou clara a justificativa que V.Sa. deu. Parece que V.Sa. diz, se entendi bem, que resolveu não aumentar o aporte porque já estaria no limite da competência da diretoria executiva. Não sei se foi isso que V.Sa. justificou; parece-me que, se foi isso, não é uma justificativa plausível, porque se o negócio fosse bom que passasse, que se levasse o valor para o próprio conselho deliberar. Eu gostaria que V.Sa. esclarecesse.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Não, o tempo está agregado. São 4 minutos de Líder; até os 3 minutos V.Exa. só pode...

**O SR. DEPUTADO PAULO AZI** - Eu sei, eu não vou usar todo o meu tempo, não, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Então já pode começar o seu tempo de 3 minutos?

**O SR. DEPUTADO PAULO AZI** - Pode, pode, já pode.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Então, a partir de agora começo a contar os 3 minutos, Deputado.

**O SR. DEPUTADO PAULO AZI** - Então, eu gostaria... V.Exa. já me tirou uns 30 segundos com a intervenção.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - V.Exa. tem 3 minutos como autor de requerimento agora, como requerente. Usou seu tempo de Líder, pediu que se esgotasse, e tem 3 minutos agora como requerente.

**O SR. DEPUTADO PAULO AZI** - Agradeço a V.Exa.

Portanto, cabe esclarecer um pouco mais, aqui, os critérios que levaram não só ao início, mas à não continuidade do aumento dos aportes na Sete.

Com relação aos alugueis que o Deputado Samuel aqui há pouco abordou, eu gostaria de saber de V.Sa. se quando a PREVI é contratada, por exemplo, para construir... Contratada, não; quando ela constrói um prédio, por exemplo, para alugar posteriormente ao Banco do Brasil, é feita licitação para a escolha da construtora que vai executar essa obra? Como é que é feito isso? Existe uma



licitação para que a construtora seja contratada, ou alguém chega lá e diz: “Não, vamos escolher aqui tal empresa”, e essa empresa é que vai construir o empreendimento?

Com relação aos conselheiros, também não me ficou clara aqui a maneira como eles são indicados para participar das empresas que recebem o investimento da Fundação. Quais são os critérios objetivos para essa escolha? A decisão da escolha é feita pela diretoria colegiada, pelo diretor-presidente ou pelo conselho deliberativo da PREVI?

Eu tenho aqui mais dois pontos, e gostaria que V.Exa. até me corrigisse, se a informação não for verdadeira: V.Exa. disse que em 2010, 2011 e 2012 houve uma distribuição dos benefícios em função do resultado positivo da PREVI. A informação que eu tenho é de que em 2013 houve um déficit no valor de 4 bilhões, e que isso inclusive levou ao cancelamento de benefícios temporários aos participantes, e algumas contribuições foram suspensas. Eu gostaria de saber se isso é verdade e quais foram os investimentos que contribuíram para esse resultado negativo em 2013.

Também, Dr. Gueitiro, tenho a informação de que entre 2008 e 2009, alegando estar revendo os cálculos e seus ativos e passivos atuariais à luz das resoluções da CVM 71/2001 e do Ministério da Previdência 26/2008, o Banco do Brasil utilizou 5,3 bi do superávit da PREVI para: gerar lucro de 2,52 bilhões ao banco; 1,26 bilhão foi utilizado para cobrir déficit atuarial do plano de assistência à saúde da CASSI; e aumentar em 1,7 bilhão sua provisão para devedores duvidosos. Parece-me que se isso efetivamente foi feito é mais uma pedalada fiscal do Governo da Exma. Presidente Dilma Rousseff.

Sobre a destinação dos recursos de superávit, a resolução determina que o resultado superavitário do plano de benefícios será destinado à constituição da reserva de contingência até o limite de 25% do valor das reservas matemáticas, e após a constituição da reserva os recursos excedentes deverão ser empregados à constituição da reserva especial para a revisão do plano. Por que motivo então a PREVI destinou superávit para cobrir esse rombo da CASSI e o repasse ao Banco do Brasil? Quem foi o responsável pela decisão? Foi uma decisão, se é que efetivamente ocorreu, da diretoria executiva ou do conselho deliberativo da PREVI?



Agradeço a V.Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Tem a palavra o Dr. Gueitiro.

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Deputado Paulo Azi, falando de Sete Brasil, eu não conheço, não sei como foi a decisão dos demais investidores em relação a valor, não é? Falando no valor inicial de 180 da PREVI, também não participei da PREVI lá, mas o que é que eu depreendo da decisão de 180 milhões, de somente esse valor? Nós estamos num plano maduro, não é? Como eu comentei, ele está na fase de aposentadoria. Para investir em ativos, mesmo que sejam rentáveis no longo prazo, temos a questão da liquidez. Então, a política de investimento nossa é observada em todas as tomadas de decisão. O que aconteceu no segundo momento, em que nós não aportamos mais dinheiro na segunda chamada, foi que um dos itens... Um dos pontos principais da decisão foi que um dos itens da nossa política de investimento diz que nós não podemos concentrar em um fundo, que é o fundo FIP Sondas, que tem 95% das sondas, mais que 5% do nosso fundo garantidor, e o fundo garantidor era de 375 milhões. Fazendo um novo aporte, extrapolaríamos esse valor; então, eu estaria ferindo a política de investimento.

**O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA** - *(Inaudível.)* Se era de 180, não poderia fazer de mais 100?

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Mas eu estaria ferindo essa... E eu não queria concentrar, não é? É uma decisão que a área técnica recomendou e a diretoria acatou, até porque...

**O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA** - É que o senhor justifica às vezes que há esse nível de 300 milhões, mas ele não chegou nem perto, foram 180.

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - É, eu estou dando exemplo do que... Da regra do fundo, não é?

**O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA** - Não são os 300 milhões o motivo. Deve ser outro, que o senhor não está citando.

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Não, os documentos estarão à disposição aí para análise.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Nós queremos os documentos para análise. Agora queremos só um esclarecimento, Deputado, porque já são dois



Parlamentares que estão perguntando: esse valor a área técnica utilizou, o teto, como argumento, ou o argumento foi outro de que esta Comissão terá conhecimento?

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Não, usou... Usou uma análise, olhem...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - De risco.

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Usou análise de risco, usou todas as análises...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Em que o empreendimento representaria um risco que era desnecessário a PREVI assumir.

**O SR. PAULO AZI** - Acima do aceitável, talvez.

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Não, em que o empreendimento continuava com as premissas iniciais, mas elevaria as sondas. São mais sondas, não é?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - De 7 para 29.

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - E nós não queríamos concentrar em um FIP o nosso investimento estruturado. E agora, só para lembrar, a PREVI só tem 1,6 bilhão em investimento estruturado; então, é muito pequena a nossa carteira. Então, nós estaríamos colocando na nossa carteira de investimento estruturado um valor muito grande. Foi essa quantidade de variáveis aí que foi utilizada pela área técnica.

**O SR. DEPUTADO PAULO AZI** - Sim, mas nada impede que V.Sa. aumente o percentual de investimento estruturado.

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Não, nada impede. Eu, assim... Deputado, eu não estava lá à época dessa decisão técnica, eu estou-me baseando nos documentos que eu olhei.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Perfeito. Infelizmente, como ele não participou...

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Eu não participei.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - ...o que está no papel está no papel, o resto é especulação. Vamos em frente.



**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - É... Nós só temos três prédios que estão alugados ao Banco do Brasil. Agora, a decisão do investimento em imóveis passa por...

**O SR. DEPUTADO PAULO AZI** - Não, a pergunta não é sobre a decisão do investimento. A pergunta é sobre o processo de construção desses prédios, se a empresa que é escolhida para construir é escolhida por meio de uma licitação, uma tomada de preços, uma consulta, ou é escolhida por alguém que diz: “Eu quero que tal empresa faça a construção do prédio”?

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Não, eu não tenho conhecimento de que alguém indique para fazer. Eu conheço o procedimento como é hoje. Nós estudamos o mercado...

**O SR. DEPUTADO PAULO AZI** - Eu também quero saber: a governança da PREVI indica o que com relação a essa situação?

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - A governança da PREVI procura empreendimentos que tenham alta atratividade de aluguel, que possam rentabilizar o nosso empreendimento.

**O SR. DEPUTADO PAULO AZI** - *(Inaudível.)* Mas ela não trata, a governança, dos critérios de contratação da empresa que vai executar o empreendimento?

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Não...

**O SR. DEPUTADO PAULO AZI** - O senhor vai construir algo que não custa mil, custa milhões.

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - ...os empreendimentos estão no mercado, e se analisa se aquele empreendimento...

**O SR. DEPUTADO PAULO AZI** - Não sei se o senhor não está entendendo a pergunta que eu estou fazendo. O senhor resolve investir, por exemplo, em um imóvel que o senhor futuramente vai alugar. O senhor vai construir esse imóvel para alugar. A pergunta que faço objetivamente a V.Sa. é se a empresa... A PREVI não constrói, ela vai contratar uma empresa para construir; a pergunta que faço a V.Sa. é: essa contratação se dá por meio de uma licitação, como é feito por qualquer empresa pública do Estado, da Federação, do Governo Federal, ou é uma indicação?



**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Não, a PREVI não sai procurando terreno e constrói naquele lugar para mim. A maioria está na planta ou já estão prontos, os empreendimentos. Sobre o processo de conselheiro o senhor perguntou também. Eu vou comentar aqui um pouco como é que é feito o processo. Temos pontuações a partir das experiências dos associados que se candidatam, levando em consideração: graduação; pós-graduação; experiência de trabalho dele no Banco do Brasil ao longo da sua carreira; conhecimento específico; certificação. A partir desses critérios individuais, com pontuação de cada um dos candidatos a conselheiro, é gerado um *ranking* com as pessoas mais bem pontuadas. Com esse processo, como é que é feita a governança? A diretoria de participações da área técnica submete à diretoria executiva da PREVI, aos seis diretores, três eleitos e três indicados, e esse processo chega até o conselho deliberativo da PREVI.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Esse é um processo a implementar ou que está em vigor, e há quanto tempo?

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Esse processo está em vigor eu não sei há quantos anos, mas já tem um bom tempo que é assim, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Uns 5 anos pelo menos?

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Uns 5 anos pelo menos. Eu acho que é por aí. Eu não tenho como afirmar, 100% de certeza, mas é um processo que já vem em andamento.

**O SR. DEPUTADO PAULO AZI** - Então eu gostaria de requerer, Presidente, os relatórios dessas avaliações que foram feitas para a indicação desses conselheiros.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Então, quer dizer que todos... Então, eu posso dizer que V.Sa. está assegurando com convicção que todos os conselheiros hoje indicados pela PREVI passaram por uma avaliação prévia, com *ranking*, critérios objetivos, e esses critérios objetivos é que determinaram que essas pessoas comporiam esses conselhos nas empresas e fundos em que a PREVI tem participação? É isso que se pode afirmar?

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Eu... Presidente, eu estou lá há 6 meses. Sei do macroprocesso geral do passado e sei do processo que foi aprovado, do critério que foi aprovado agora e que vai começar a ser executado a partir deste



mês de setembro ou em outubro. Conhecimento específico de detalhes do processo anterior eu não tenho, eu não posso afirmar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Nestes 6 meses o senhor fez alguma indicação para conselhos?

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - É... Não tenho conhecimento aqui, não lembro aqui, mas eu posso enviar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Mas se senhor está há 6 meses e quero saber se a diretoria indicou conselheiro nestes 6 meses, o senhor não lembra?

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - É... Pode ter indicado, sim, com base no critério já aprovado no ano anterior. Eu não lembro o nome.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Pode ter indicado? Não sabe se...

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - É, eu não lembro o nome. Mas eu posso mandar para o senhor.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - É uma informação importante, já é objeto de dois questionamentos. Não é obrigatório que o senhor tenha isso de memória agora, mas...

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Mas eu vou enviar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - ...o senhor tem toda uma assessoria à disposição para dar esta ínfima resposta, que eu acho que alguém, durante o seu depoimento, ainda pode trazer: sobre se houve indicação sua a conselhos; se houve, quem foi; e quem foi com base em que critérios nestes 6 meses, porque eu não vou querer perguntar de antes; de antes nós vamos pedir a documentação e o senhor vai fornecer; agora, sob a égide da sua gestão eu acho que é obrigação sua responder, Dr. Gueitiro.

Então, é esta informação: se houve indicação a conselho, quem foi, qual o critério, porque me parece que há aí, não só na PREVI mas em outros, critérios de graduação, de pós-graduação, de filiação; então, esses critérios é que nós queremos saber se existem ou se não existem, ou se esses...

E digo ao senhor: se existe um *ranking* com critérios objetivos, é um modelo realmente a ser seguido, mas eu quero saber se ele está sendo aplicado na prática,



porque entre estar lá naquele livrinho bonitinho de governança que serve para se entregar a quem faz visita e não ser utilizado há uma grande diferença. Da propaganda para a prática nós precisamos avançar.

**O SR. DEPUTADO PAULO AZI** - Permita-me, Presidente, só para esclarecer: o senhor afirma que, depois que o senhor assumiu, o senhor alterou os critérios que eram vigentes antes. É isso? Houve uma alteração?

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Na verdade o processo todo ano é revisitado para se fazer melhoria.

**O SR. DEPUTADO PAULO AZI** - Sim, é isto que eu quero saber de V.Sa.: foi feita uma...

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - É, foi revisitado o processo, com sugestões de melhorias, e foi aprovado um novo processo agora em agosto.

**O SR. DEPUTADO PAULO AZI** - O.k. Eu queria...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Mas esse novo processo... Deputado Paulo, só para... Esse novo processo, esse processo de que o senhor falou, o do *ranking* objetivo e dos critérios, é um novo processo implantado pelo senhor? Essa aí foi a minha pergunta. Ou não? Esse é um processo que jamais...

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Que vem na sequência de anos, Deputado... Presidente, desculpe-me.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Perfeito.

**O SR. DEPUTADO PAULO AZI** - Presidente, eu quero solicitar que sejam encaminhados à CPI esses relatórios de avaliação desses conselheiros que foram indicados nos últimos anos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Vai para a ata, assim como todos os outros requerimentos específicos que nós fazemos. Até para que seja dado conhecimento aos senhores...

**O SR. DEPUTADO PAULO AZI** - Se ele puder encaminhar-nos, senão nós aprovamos...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - O Secretário Saulo... De todos esses requerimentos específicos que têm surgido durante os vários depoimentos, o que é específico vai para a ata dos trabalhos, o Secretário Saulo está tomando nota, e faremos a cobrança quando houver tempo hábil para isso.



Concluídas as respostas?

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Não, não, ainda não, ainda tenho duas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Então, objetivamente, por favor.

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Na verdade V.Sa. — desculpe-me, V.Exa. Desculpe-me, desculpe-me. (*Risos.*) Na verdade, o que houve a partir da Resolução CGPC 26? A partir de 3 anos de reserva especial com resultado, uma devolução, uma distribuição de recursos para os participantes e para o patrocinador. Agora, o que o patrocinador fez quando... Na sua contabilidade, eu não posso, eu não consigo esclarecer para o senhor se foi para a CASSI, se foi para outra destinação lá, porque é uma contabilidade, Presidente, lá do Banco do Brasil. Eu não acompanhei isso, não tenho como ajudá-lo. E a última é sobre o resultado...

**O SR. DEPUTADO PAULO AZI** - De 2013. De 2013.

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Ah, se se distribuiu o lucro para os diretores?

**O SR. DEPUTADO PAULO AZI** - Se houve déficit. É verdade que em 2013 houve déficit, ou não? A informação que tenho é de que foi...

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Não, não houve déficit. É o seguinte: nós temos de reserva de contingência, que é aquela até 25, é... 22 milhões em... 22,6 em 10; 24 em 11; 26,9 em 12; 24,76 em 13.

**O SR. DEPUTADO PAULO AZI** - É... Apenas, Presidente, eu tive a informação de que em 2013 houve um cancelamento de benefícios. Inclusive nós...

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Perfeito, esclareço: aquele dinheiro que sobrou 3 anos na reserva especial gerou benefício adicional, 20% a mais do contrato previdenciário, e, ao terminar o recurso especial, cessou-se o benefício ao final de 2013. O senhor tem razão na informação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - É porque tem uma parte que quando se ganhava era bom, não é? Depois que acabou, aí... Ficou ruim, não é? (*Risos.*)

Tem a palavra o Deputado Paulo Teixeira, para usar o tempo como Líder do Governo.



**O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA** - Sr. Presidente, Sr. Relator Deputado Sergio Souza, Sr. Presidente Efraim Filho, Sr. Gueitiro Genso, que é o presidente aqui do fundo de pensão do Banco do Brasil, da PREVI, Sra. Deputada Erika Kokay, Srs. Deputados e todos os que nos acompanham, nós estamos encerrando um ciclo aqui do quarto depoimento. Nós tivemos aqui o primeiro depoimento, do presidente da POSTALIS; depois nós tivemos o depoimento do presidente da FUNCEF; depois nós tivemos o depoimento do presidente da PETROS; e hoje nós tivemos o depoimento do Presidente da PREVI. Eu julgo que os quatro aperfeiçoaram ou estão aperfeiçoando o sistema de governança e de gestão desses fundos. Eu acho que esses quatro depoimentos já indicam que uma das conclusões desta CPI tem de ser a de harmonizar os mecanismos de gestão, alinhá-los, não é? E estabelecer uma harmonia nos mecanismos de gestão que foram desenvolvidos. Creio eu que foram desenvolvidos pela prática, pela experiência, pela avaliação de acertos e erros, e por isso hoje nós podemos ter essa possibilidade.

Uma segunda conclusão que eu tenho aqui é a de que, além de harmonizar, alinhar os mecanismos de governança e gestão, cabe uma mudança dessa legislação relativa aos saldos e aos déficits. Eu acho fundamental que nós façamos uma reflexão mais profunda, para análise da oportunidade de fazer uma mudança nessa legislação. Eu também não vejo razoabilidade na lei atual em relação aos superávits e déficits.

Um terceiro aspecto que me pareceu aqui importante é a necessidade de decodificar mais a Sete Brasil. Onde foi que eu percebi que os Deputados aqui concentraram mais as suas indagações? Na Sete Brasil. Eu tenho comigo que a Sete Brasil, pelos relatos feitos pelos gestores de fundo de pensão... Todos, inclusive o Sr. Gueitiro, todos disseram que a Sete vai dar os resultados atuariais, todos. Hoje o Sr. Gueitiro chegou aqui e disse: *“Olhem, a nossa avaliação é de que vai voltar, que foi um bom negócio à época”*.

**O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA** - *(Inaudível.)* Que estão tomando providências.

**O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA** - Não, providências são outras questões. Providências estão sendo tomadas em relação a eventuais desvios dentro da Sete. Agora, todos eles disseram o seguinte: à época do empreendimento, foi um



bom empreendimento, e todos eles esperam o retorno desse empreendimento. Portanto, na minha opinião, nós aprovamos aqui hoje convites e convocações, e o tema da Sete para mim é um tema importante, porque rebata nos investimentos dos fundos de pensão, uns mais, outros menos.

O que eu entendi hoje aqui da PREVI é que ela não fez uma segunda rodada pelas suas próprias regras, pelas suas próprias regras, sua própria avaliação, mas relativa, tendo como pano de fundo as suas próprias regras. Porém, eu não ouvi um gestor de fundo de pensão dizer que esse empreendimento é um empreendimento fadado ao insucesso, eu não ouvi; pelo contrário, de todos ouvi, todos ouvi... Agora, esse haver que os Deputados...

**O SR. DEPUTADO PAULO AZI** - Permite-me um aparte?

**O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA** - Por favor.

**O SR. DEPUTADO PAULO AZI** - Rapidamente, o presidente, se não me engano, da FUNCEF disse que se fosse hoje ele jamais faria, só para lembrar a V.Exa.

**O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA** - Não, o presidente da FUNCEF — eu estava lá — disse o seguinte, e eu até achei que a resposta que ele deu para dois empreendimentos, vendo naquele momento, e olhem como a conjuntura avançou: daquele depoimento para este já tem uma solução da Sete Brasil.

**O SR. DEPUTADO PAULO AZI** - (*Inaudível.*) É, hoje provavelmente ele não faria.

**O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA** - Está certo? Então, o que eu quero dizer é que a Sete...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Será que é medo da CPI?

**O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA** - Não, eu não... Eu acho que o problema da Sete Brasil é um problema que envolve muitos recursos, de muitos atores importantes, e um projeto importante que precisava ser resolvido, e foi resolvido. Eu acho que a CPI, eu acho que a CPI, falei com o Presidente ontem, acho que a CPI pode ajudar para a melhor solução. Eu acho que a CPI pode ajudar na melhor solução, no sentido de aplainar.

Eu tenho comigo — aqui há um debate de outra natureza também —, eu tenho comigo que é um ótimo negócio, e tenho comigo que é um ótimo negócio para



o País. Por quê? Porque quem defende alugar sondas no mercado está defendendo comprar sondas fora. Eu defendo fazer sondas aqui, com componente nacional. E ao fazer sondas aqui com componente nacional nós estamos desenvolvendo indústria brasileira, esta é minha modesta opinião. A Sete Brasil, como a lei do marco regulatório do petróleo, que alguns querem mudar, coloca a necessidade de componentes nacionais para desenvolver uma indústria nacional.

O que foi dito aqui da última vez pela PETROS foi o seguinte: “Eu, PETROS, eu, PETROBRAS, para alugar uma sonda, que tem de ser feita com especificidade e demora 3 anos, eu tenho de alugar essa sonda de fornecedores de fora”. Nós, como a Coreia, como outros países... Esse é o grande debate.

E há uma questão: nesse debate da Sete Brasil, na minha opinião, o papel desta CPI é o de ajudar na sua... No seu assentamento, no interesse dos participantes dos fundos de pensão. Eu tenho impressão também de que além do interesse dos participantes dos fundos de pensão, que são necessários, e do mercado de capitais, porque ali não estão só os fundos de pensão, aqui tem gente sugerindo nas entrelinhas que foi um arranjo desfavorável. Ora, o BRADESCO entraria num arranjo desfavorável? O SANTANDER entraria num arranjo desfavorável? O BTG entraria num arranjo desfavorável? Não entrariam. Eles não são... Então, ninguém é ingênuo nesse mundo. Então, eu acho... Presidente Efraim, eu gostaria de aprofundar o tema da Sete Brasil, eu gostaria, a bem de todos os atores e a bem do meu País.

Mas eu quero concluir, Presidente, parabenizando V.Exa. pela condução dos trabalhos de hoje, parabenizando o Deputado Sergio Souza, que ajudou também nessa direção, parabenizando o Sr. Gueitiro Genso, que é o Presidente da PREVI, e parabenizando pelo alto nível os Parlamentares desta Casa na sua atuação aqui, não é? Então, eu quero deixar essa minha impressão, e prossigamos, porque eu vejo que nós podemos contribuir para colocar o tema dos fundos de pensão num patamar superior, que vá proteger todos os seus participantes cada dia mais. Então, é nessa direção que faço aqui as minhas observações.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Muito bem, tem a palavra o Deputado Enio Verri.



**O SR. DEPUTADO ENIO VERRI** - Sr. Presidente, também cumprimento o Deputado Sergio Souza, nosso Relator, e nosso grande Vice-Presidente, 1º Vice-Presidente, o Deputado Paulo Teixeira.

Sr. Gueitiro, primeiro, é um prazer conhecê-lo, sabendo que é de nosso Estado. É uma honra. Quero fazer um elogio à sua apresentação, uma apresentação técnica muito boa.

Eu percebi algumas manifestações da plenária, infelizmente, Sr. Gueitiro, no sentido de que a qualidade técnica apresentada seja levada pela filiação partidária. Eu acho isso de um atraso muito grande. Por exemplo, o Sr. Henrique Jäger, da PETROS, fez uma apresentação brilhante. É economista pós-graduado, é muito parecido o *curriculum* dele com o de V.Sa., e porque e era filiado ao PT foram tecidas críticas a ele. Parece-me que há certo esquecimento de que tanto a PREVI como a PETROS, nos anos 90, não deviam ser dirigidas por alguém que... Devia ser filiado, e não era do PT; será que naquele tempo também era criminalizado, até 2003, quem dirigia esses fundos de previdência? Essa é uma dúvida que fica, e distribuída. Nós chegamos a um nível em que ser filiado a um partido virou crime. Isso é uma crise de democracia muito grande, então cabe ressaltar.

Um aspecto importante da intervenção de V.Sa.: os investimentos não podem ser avaliados na ótica de 1 ou 2 anos. Isso foi dito aqui também pelos que antecederam V.Sa., e é muito importante entender que nesses grandes investimentos a lógica do mercado não permite que se pense no curto prazo, assim como a PREVI deve ter pensado isso quando comprou sozinha a Costa de Sauípe no final da década de 90, e no começo de 2000, no início do ano 2000 a PREVI, que montou a Costa de Sauípe sozinha, devia ter uma ótima análise de mercado, não é? É importante saber essa parte da história, quando foi feito. Aliás, V.Sa. repetiu isso várias vezes: *“Olhem, esses foram ótimos investimentos feitos no ano 2000, feitos na década de 90”*. É importante, porque às vezes esquecem e acham que os investimentos não têm uma lógica temporal. É muito importante que se lembrem disso.

Outro aspecto de quero também fazer um elogio na sua intervenção é sobre a Sete Brasil, e aqui eu quero retomar o que o Deputado Paulo Teixeira comentou. Parece-me, Presidente Efraim, que já está na lista. É um tema que é inevitável, até



porque nós estamos investindo muito tempo falando dela; então, que tragamos aqui a pessoa. Vamos fazer esse debate. Nós vencemos essa pauta, ou tomamos as providências que têm de ser tomadas, mas não ficamos repetidas vezes — aliás, aqui, há mais de 5 horas — discutindo um assunto que se explica de um lado e se explica do outro.

O que é importante ressaltar, que o Sr. Henrique Jäger também explicou e já está nos jornais, é que a PETROBRAS está prestes a assinar esse novo projeto que ficou de pé, e que o retorno do capital investido nesse novo modelo é real, a PREVI vai receber o capital investido, e principalmente vai gerar riquezas para o País.

Agora quero chegar a uma questão, e aí a pergunta é sobre a gestão do risco. Em várias perguntas aqui se trabalhou muito com a questão da autonomia que V.Sa. tem. Um Parlamentar, que infelizmente não está aqui, mas também não vou fazer nenhuma crítica, fez uma observação no sentido de que V.Sa. foi bem porque, disse ele, tem autonomia. Não, pelo contrário! V.Sa. na PREVI não tem autonomia, não é? V.Sa. não tem o voto, o voto de minerva V.Sa. não tem, é tudo pela maioria, e isso eu acho de um mérito enorme, e é isso que nós devemos trabalhar, e tem de ser sugestão desta CPI, para que... Já vou encaminhar a pergunta; não vou ser exatamente igual ao PDT do Rio Grande do Sul, mas vou ficar próximo. Nós devemos aprovar aqui na CPI esse modelo da PREVI para os outros fundos de pensão, porque é muito bom.

E a pergunta é sobre o modelo de gestão de risco. A informação que eu tenho é de que os senhores têm uma metodologia de avaliação de risco, a GBR, que elimina... Elimina, não; reduz, porque não se elimina risco; reduz ao máximo os riscos, levando-se em conta a variação do mercado. Como é que funciona isso? E essa metodologia foi aplicada nesses investimentos que foram observados até agora?

Obrigado, Sr. Presidente, pela compreensão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Agradeço ao Deputado Enio Verri.

Tem a palavra o Dr. Gueitiro.

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Sr. Presidente, indo objetivamente à resposta...



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Agradecemos. *(Risos.)*

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - ...na verdade, o que ao longo do tempo tem ajudado a minimizar o risco é essa gestão da política de investimento. Então, esse tripé — solvência, que é ter ativos, mesmo que em momentos conjunturais não tão bons possam estar depreciados, mas ao longo do tempo eles retornam; conjugados com liquidez, porque eu preciso pagar os compromissos de curto prazo; e olhando o risco e o retorno, porque há uma meta atuarial para cumprir — é a nossa política de gestão baseada em risco. Isso já vem sendo ano a ano aprimorado e chegou a este ponto: hoje é um processo já institucionalizado que acontece de agosto a novembro, revisita os próximos 6 anos, verifica o cenário, dá direcionamento para a casa toda. E essa política de investimento é como se fosse uma Constituição Federal lá. Ninguém consegue transigir sobre ela, porque os controles não deixam. Isso faz parte da governança da PREVI. E como o senhor comentou muito bem, não ter o voto de qualidade lá na diretoria e ter diretores eleitos trabalhando no dia a dia. Do ponto de vista de facilidade da gestão, dificulta mais, porque você tem que debater. Agora, é bom demais para o longo prazo. É bom demais porque as decisões, por serem mais debatidas, por estarem no dia a dia, são tomadas a favor dos nossos associados. Consegue-se construir uma decisão muito mais em benefício dos nossos associados, que são os nossos ativos mais importantes, pois é para eles que a gestão tem que andar.

**O SR. DEPUTADO ENIO VERRI** - A questão dessa metodologia é recente ou é um histórico de desenvolvimento? De onde vem?

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Ela é um histórico de desenvolvimento. Ela, como todo o processo, vem todo ano sendo aprimorado, mas já é da década passada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Perfeito.

Concedo a palavra ao Deputado Daniel Almeida.

**O SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA** - Agradeço ao Presidente, ao nobre Relator, ao nosso convidado. Eu também queria fazer uma observação a respeito da ingerência política que sempre aparece nesse debate, como se não fosse absolutamente natural que os projetos políticos fossem submetidos à sociedade.



O voto legitima um projeto. Quem é legitimado pelo voto, seja o Prefeito, o Governador, o Presidente da República, escolhe os auxiliares, levando em conta elementos técnicos, mas entre aqueles que têm identidade com o projeto político vitorioso. Sempre foi assim e não há absolutamente nada que indique a necessidade, a conveniência — aí, sim, seria uma traição, se não fosse observado esse elemento. Levados em conta os elementos técnicos, define-se a montagem dos auxiliares da equipe de acordo com a afinidade com a identidade política.

Ouvi aqui também uma opinião de que os fundos de pensão agem ou poderiam estar agindo com caráter de banco de fomento. Eu acompanho esse debate há algum tempo e, durante muito tempo, eu ouvi dizer que os fundos de pensão, no passado, agiam como fomento a um processo de privatização que ainda será passado a limpo em algum momento da nossa história. Aí, sim, seria absolutamente identificado como um fomento a uma política que estava orientada naquela oportunidade.

Em relação a isso, eu gostaria de indagar a V.Sa. a respeito do investimento. Seguramente é coisa do passado, mas impacta a vida do PREVI no presente. Trata-se do investimento Costa do Sauípe, na Bahia, que foi feito no passado, que foi objeto de intenso debate e investigação, também no passado e ainda no presente. Naquela oportunidade, o investimento correspondia aos critérios de boa gestão do PREVI. Como se encontra hoje esse empreendimento? Ele foi recuperado? Qual a perspectiva desse empreendimento?

Ainda como indagação ao convidado, o que explicaria esse desempenho do PREVI acima do padrão de outros fundos do sistema? Pelo que foi apresentado aqui, isso estaria relacionado com gestão, critérios, boa governança. Há algum elemento que diferencia o PREVI dos outros fundos nesse sistema?

E ainda, V.Sa. considera a legislação atual que trata os fundos da previdência complementar uma legislação adequada? Seria necessário ajustá-la? V.Sa. considera que é preciso uma reflexão a respeito da legislação? Que sugestão poderia trazer em relação à legislação que melhorasse o funcionamento da previdência complementar no Brasil?

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Deputado Daniel Almeida, começando aqui pelo empreendimento de Sauípe, foi uma estratégia, à época, na década de 90,



de investir em *resorts*. Olhando para trás hoje, de fato, a estratégia não foi acertada. O empreendimento lá é de 97. Nós tivemos várias dificuldades ao longo do tempo com esse ativo. Várias providências foram tomadas. Temos discussões judiciais pendentes em andamento lá com a construtora da época. Agora, o que a gente está fazendo? Na verdade, é um ativo. É dinheiro do nosso associado e precisa que a gente recupere o dinheiro investido lá. Ele está contabilizado hoje no nosso balanço em uma empresa. Foi criada uma empresa para que a gente pudesse fazer com que ela, com a própria autonomia, buscasse *fund* no mercado para fazer financiamento, modernizar e propiciar desinvestimento nosso, entrada de algum sócio, enfim, existe uma série de providências sendo tomadas para fazer com esse ativo seja recuperado no mínimo parte do capital investido. Com relação ao desempenho — e a pergunta que o senhor comentou é ampla —, o que explica o PREVI estar hoje em uma situação em que pode honrar os compromissos, porque esse é o termo, é um conjunto de situações, que passam por governança, sendo aprimoradas ao longo dos anos, discussões; a estratégia acertada de renda variável do começo da década — 90% dos ativos do PREVI são de renda variável. O que lá atrás a gente discutia muito, ela se tornou acertada. São ativos que, ao longo do tempo, depreciaram-se com a conjuntura econômica ruim, mas que voltaram ao normal por serem ativos bons. É um pouco do conjunto disso, Deputado. Por último, legislação. Eu ousaria aqui dizer que talvez a grande contribuição que surgirá nesse debate e que a gente pode cada vez mais aprimorar é a governança. Situações em que os processos, os comitês, as instâncias, as decisões colegiadas, a participação cada vez mais dos associados na gestão — hoje me parece que na legislação não há essa obrigatoriedade — farão com que a gente possa deixar o sistema muito mais forte para o futuro. Eu ousaria dizer, Sr. Presidente, que esse é um ponto que com certeza ajudaria muito.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - E vai ajudar. Esta CPI pretende acabar com essa história de se dizer que CPI não produz nada. No pilar da investigação e no pilar do aperfeiçoamento legislativo a expectativa é a de que nós consigamos excelentes resultados. Faltam apenas três inscritos. Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay; em seguida ao Deputado Darcísio Perondi e, para concluir, ao Deputado José Rocha.



**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Sr. Presidente, eu tenho o tempo de Liderança também.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Agregado ao tempo de Liderança, da Deputada Erika Kokay, do PT, tem V.Exa. mais 6 minutos.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Eu queria parabenizar o Presidente do PREVI, que fez uma excelente exposição, de forma muito brilhante. O Presidente do PETROS também fez uma excelente exposição. Mas refiro-me agora à exposição do Presidente do PREVI, que foi muita clara em vários aspectos que nós precisamos deixar de forma muito nítida.

Primeiro, foi dito aqui que o Governo do PT confunde Fundo de Pensão com banco de investimento ou banco de desenvolvimento. Aqui se fala muito no INVEPAR, que foi construída durante o Governo Fernando Henrique Cardoso. Ela não foi construída durante o Governo do PT — não foi. Penso que é um excelente investimento em infraestrutura, que não deu resultado àquela época, do Governo Fernando Cardoso, mas agora tem dado um excelente resultado. Nós temos aqui uma remuneração da linha amarela, que foi financiada pela INVEPAR. Nós temos aqui a questão dos aeroportos, que já foi dito, já foi falado várias vezes, quando se valorizou esse processo. Nós também temos de ter clareza, porque muita coisa se fala aqui. Fala-se da Vale. A Vale é um componente que contribuiu com a diminuição dos resultados dos fundos de pensão, vimos isso aqui. A Vale foi vendida em 97 por 3,3 bilhões, um valor infinitamente inferior ao que deveria estar sendo cotada. Mas, mesmo assim, em função da falta de credibilidade do Governo à época, não conseguiram investimentos estrangeiros — não se conseguiram investimentos estrangeiros. O Governo atuou na perspectiva de unificar os fundos de pensão para que pudessem comprar as ações da Vale e viabilizar a privatização.

A discussão da Vale, portanto, vem dentro de uma proposta estratégica de financiar uma privatização que o Governo não conseguia fazer em função da crise de credibilidade que vivia. Apesar desse preço, não conseguiu investimento do exterior e teve que contar com os fundos de pensão. Aí se fala da Bombril, que foi da época do Governo Fernando Henrique Cardoso, da Costa do Sauípe, que foi um empreendimento da década de 90, cujo palco foi inaugurado e montado em 2000.



Não estamos falando da gestão petista ou do Governo petista. Alguns dizem aqui que é sinônimo de incompetência e de outras coisas. Mas ninguém fala que o patrimônio do PREVI evoluiu da forma como evoluiu, Deputado Paulo Teixeira. Era por volta de 70 milhões em 1994 e hoje está em mais de 60 bilhões. Ninguém fala do patrimônio do FUNCEF, que era por volta de 9 bilhões e hoje está em mais de 50 bilhões. Ninguém fala disso — ninguém fala disso. Ninguém fala sobre como eram os Fundos de Pensão antes disso e como se aprimorou a governança, como se aprimorou o controle externo e o controle interno, inclusive.

Eu me lembro da responsável pela Secretaria de Previdência Complementar, que foi demitida publicamente pelo Ministro da Previdência, porque publicizou no *site* da Secretaria de Previdência Complementar déficits em oito fundos de pensão. O Ministro disse publicamente que aquele era um assunto reservado. O que nós vemos hoje no PREVI, que aqui foi exposto, como têm sido publicizadas as decisões, como é fácil de o participante ser valorizado. É fácil também ele conhecer a real situação dos fundos de pensão.

Aqui também eu sinto um preconceito, Deputado Paulo Teixeira, com o sindicalista e com o representante dos trabalhadores. Ninguém aqui se lembra da experiência do Canadá. Lá são sindicatos que detêm o poder sobre os fundos de pensão. Experiência semelhante também se tem nos Estados Unidos, porque os Fundos existem na perspectiva de atender aos participantes e às categorias, aos trabalhadores e às trabalhadoras daquelas instituições. É uma previdência complementar. É importante, portanto, que os trabalhadores, com suas representações, possam participar do desenvolvimento do próprio fundo.

Há muito preconceito, portanto. Aqui foi falado quando há CUT, quando há sindicato, é sinal de má gestão. Mas nós não estamos vendo isso. Eu reafirmo: é um preconceito; eu reafirmo isso. É um preconceito não só contra o Partido dos Trabalhadores, que está sendo criminalizado. Nós temos ressalvas e resistências. Eu acho que o problema que o Metrô está vivendo em São Paulo não é porque o Presidente do Fundo é filiado ao PSDB. Eu acho que as pessoas devem ter liberdade para serem filiadas a quaisquer partidos e defender as suas proposições. Isso é diferente de um aparelhamento, cujos indícios da existência nós não vimos aqui, em nenhum dos depoimentos que tivemos. O Presidente do PREVI reafirma



isso: não há qualquer tipo — de acordo com o seu conhecimento — de aparelhamento ou de indicação político partidária para a ocupação dos cargos.

Nós devemos, portanto, trazer à discussão desta CPI o que ela se dispõe a fazer, que é atestar qual é a origem dos déficits ou dos resultados não tão bons dos fundos de pensão, porque no PREVI não houve déficit. Quais são os resultados? De onde isso se origina? A partir daí, precisamos constatar se há ou não dolo. Se houver dolo, precisamos estabelecer a necessidade da responsabilização dos culpados.

E, por fim, quero dizer que este modelo de governança do PREVI eu acho que a CPI deveria assumir para si e sugerir para o conjunto dos fundos de pensão. E eu lembro que, em 1997, quando eu era Presidenta do Sindicato dos Bancários de Brasília, nós fizemos a modificação no Estatuto do PREVI. Foi uma luta das entidades, não só do movimento sindical, mas das entidades de representação dos trabalhadores e trabalhadoras, bancários e bancárias do Banco do Brasil.

À época, nós tínhamos o representante do Conselho de Administração do Banco, eleito pelos funcionários, Fernando Amaral, que fez uma grande campanha, inclusive, pela necessidade de se democratizar o funcionamento dos conselhos, acabar com o voto de qualidade no conselho de direção do fundo, que eu penso que nós deveríamos sugerir para todos os fundos de pensão.

Ao mesmo tempo, estabeleceu-se o reajuste das aposentadorias, porque à época havia uma paridade com a ativa. E os salários estavam congelados. Os salários, durante o Governo do Fernando Henrique Cardoso, foram congelados. E, ao serem congelados, criou-se uma deficiência muito grande nas aposentadorias. Essa deficiência acabou por levar mais de 8 bilhões do FUNCEF — Fundação dos Economiários Federais, porque, quando houve o saldamento do plano, ele teve que recompor o valor da aposentadoria, que estava achatado em função dessa paridade.

Na discussão da mudança do Estatuto do PREVI, conseguiu-se o reajustamento em 1997, o reajustamento dos valores da aposentadoria. E o PREVI também não teve saldamento. Ela fechou o plano. O plano está fechado. Abriu o novo plano de contribuição definida, mas não houve o saldamento.

Portanto, frente a todo esse processo, eu acho que nós deveríamos tirar duas coisas daqui. Em primeiro lugar, há a necessidade de se romper com esses 3 anos,



porque eu acho que são investimentos a longo prazo. Isso já foi falado aqui. E nós não temos que imputar esse déficit, ou talvez superávit, mas me atenho muito à questão do déficit. Repartir o déficit ou compensar o déficit com 3 anos de avaliação em investimentos que, muitas vezes, demoram muito tempo para serem maturados. Demoram anos, muito mais do que isso, para serem maturados.

Em segundo lugar, temos que acabar com o voto de qualidade e fazer com que o modelo do PREVI possa ser estendido para os demais fundos de pensão. Então, eu penso, Sr. Presidente, que, para além de preconceito com a participação dos trabalhadores e trabalhadoras na gestão do fundo que lhes pertence, para além de criminalizar as filiações partidárias, é importante que nós possamos avaliar e fazer um raio-x de todos os investimentos e nós possamos avaliar com muita tranquilidade, sem ódio e sem influências o aparelhamento partidário, realmente as situações do fundo, para que possamos, inclusive, sugerir modificações na legislação de aumento de proteção, aumento das práticas de governança. E, para além disso, também devemos estabelecer os controles necessários para que tenhamos os fundos cumprindo a sua função, que é a complementação da aposentadoria dos servidores.

Encerro, mais uma vez parabenizando o Presidente do PREVI.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Agradeço à Deputada Erika Kokay. Antes de passar a palavra para o próximo inscrito, Deputado Darcísio Perondi, quero fazer referência à presteza do PREVI, que foi a primeira das entidades a encaminhar o seguinte ofício:

*“Exmo. Sr. Deputado, em atendimento ao Ofício nº 22/15, recebido no PREVI em 25 de agosto, portanto há uma semana, encaminhamos por meio eletrônico todos os documentos requeridos por V.Exa., organizados por pastas, conforme listagem abaixo. Atas de reunião da diretoria executiva, já em posse da Comissão; carteiras de participações, já em posse da Comissão; carteiras de mercado, renda fixa e renda variável, já em posse da Comissão; investimentos imobiliários, já em posse da Comissão; investimentos estruturados, já em posse da*



*Comissão; regulamentos FIP — Fundos de Investimento e Participação —; e renda fixa.”*

Quero agradecer, portanto, ao Dr. Gueitiro pelo gesto, como o PREVI, Fundo de cento e..., 111 anos e quantos bilhões o fundo? Cento e setenta bilhões. Mandou no HD externo. Alto nível. Se fosse em papel, talvez ocupasse esta sala toda, mas a PREVI, muito eficiente, conseguiu colocar à nossa disposição. Parece-me que os senhores consultores Bruno, Mohamad, Paola, Leonardo, Eduardo, Cristiane e Walter Oda, que está ali, ganharam diversão para o feriado de 7 de setembro (*riso*).

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Vão ter muito a que se dedicar.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Presidente, Deputado Efraim Filho, só para controle, para acompanhamento nosso, seria possível — falo também com o Secretário Saulo — que nós tivéssemos uma relação de tudo o que foi solicitado aos fundos? Toda vez que há algum depoimento e solicitam... Só para termos uma...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Acredito que a assessoria de V.Exa. pode entrar em contato com o Saulo. Ele tem tudo isso organizado.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Pronto! É isso, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Também tenho certeza de que o Relator já vai arrumar o que fazer no feriado de 7 de setembro.

Com a palavra o Deputado Darcísio Perondi.

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - Parabenizo o Presidente da PREVI pela apresentação. Eu estou convencido de que, dos quatro principais fundos, é a PREVI que está protegendo o seu contribuinte. Está claro para mim. E há governança. Espero que nós não nos surpreendamos, como aconteceu com o mensalão, o Pizzolato etc., com a governança extraordinária do Banco do Brasil, que existe não é de agora e é uma escola passada para a PREVI. Então, parabéns!

Passo às perguntas. Eu não sei se peguei bem. Em algum momento, o senhor disse que as reservas eram de 24 bilhões e, em 2004, vieram para 12 bilhões.

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Em 2014.



**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - Em 2014. Eu queria que o senhor, depois, clareasse mais isso e as razões dessa diminuição.

O *Valor Econômico* desta semana — de ontem — comenta que a PREVI é o fundo que mais investe em títulos do Governo. A sua carteira de ativos totais chega a 36.5. Eu lhe pergunto: o senhor não tem receio de que o Brasil... Queira Deus que não aconteça, mas, agora, querem mandar embora o Levy — o PMDB quer o Levy; o PT não quer. Não tem medo de — não só pelo Levy, mas pelos erros dos 4 anos da Presidente Dilma — nós perdermos o selo de bom pagador e sermos mal pagadores como a Rússia e a Ucrânia, e o PREVI não receber esse dinheiro, não receber a amortização, o serviço da dívida?

O Governo mandou, na segunda-feira, pela primeira vez na história do Brasil, um orçamento com um buraco. E os sinceros dizem: “*É a sinceridade*”. Que sinceridade? É atestado de falência pública governamental. Isso não lhe preocupa? Um terço dos ativos aplicados em títulos? Eu também aplicaria, eu lhe confesso, mas eu não tenho toda a governança que a PREVI tem.

Daria para dizer em números quanto a PREVI perdeu com investimento na PETROBRAS, na bolsa, com a PETROBRAS, nos últimos 2 anos?

Em que ano a PREVI investiu na Sete Brasil? A PREVI foi criada em 2010 — corrijam-me aí. A PREVI investiu em 2011, em 2012? Foi logo, foi no fim, ou não?

Quais são as dez maiores empresas em que a PREVI investiu, no período de 2010 a 2014?

Em 2014, o senhor conversou com o Sr. Rui Falcão, Presidente do PT? Se conversou, quantas vezes? O senhor conversou com o Sr. Vaccari, tesoureiro do PT, no ano passado e neste ano? Quantas vezes, se conversou?

Sr. Paulo Teixeira, meu querido Deputado, Líder do Governo, sim, o que salvou os quatro maiores fundos...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Não, o Deputado Paulo Teixeira não pode ser inquirido assim.

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - Só vou fazer um contraponto. Eu vou politizar agora. Eu vou politizar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Não, espere aí. Encerre as perguntas...



**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - A PREVI é a melhor dos quatros, os outros três estão quebrados.

Sr. Daniel, patrimonialismo, quando a política toma conta do Estado — e isso aconteceu com toda a força, eu concordo com V.Exa. —, quando os bons quadros políticos do Governo que assumem o Parlamentarismo, por exemplo, sejam indicados, mas o exemplo é que quadros maravilhosos de alguns partidos estão na cadeia. O Brasil foi assaltado pelo patrimonialismo, movido por partidos que tomaram conta...

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Mas eu falei de patrimonialismo do passado.

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - Para encerrar, o meu partido, o PMDB, quer mudar, sim, o modelo de exploração do petróleo. Nós, do PMDB, não queremos que o pré-sal fique lá no fundo, essa riqueza, com esse modelo. A PETROBRAS não tinha dinheiro antes de ser obrigada a dar um terço, cada vez, para explorar, muito mais agora. Não tinha nem governança e nem dinheiro. Agora, talvez tenha um pouquinho de governança, mas não tem dinheiro. Nós, sim, vamos mudar esse modelo aqui, e não é entreguismo de forma nenhuma. Agora, o sindicalismo norte-americano e canadense, sem dúvida, tem co-governança, não mama nas tetas dos seus operários, como os brasileiros.

Muito obrigado.

**O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA** - Como eu não posso mais responder, eu deixo o meu abraço para os senhores. Um bom feriado! (*Risos.*)

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - Um beijo, um beijo, um beijo!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - V.Exa. está vendo que o PMDB já está com uma agenda, colocando as unhas de fora, Deputado Paulo Teixeira. Ele já está com uma agenda para o Brasil. (*Risos.*)

Com a palavra o Dr. Gueitiro.

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Deputado Perondi, do Rio Grande do Sul, a primeira pergunta: em 2013, tinha 24.76 de reserva.

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - De reserva.

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Isso. E fechou 2014 com 12.54. Qual é a principal explicação desses 12 bi? O grupo de ativos de renda variável que tem na



nossa carteira que a mercado desvalorizaram. Por exemplo, a Vale do Rio Doce. Só na Vale do Rio Doce foram quase 6 milhões. Então, o que dá certa tranquilidade, e não certeza, que a gente gere risco é que são ativos bons que ao longo do tempo serão reprecificados a mercado.

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - E da PETROBRAS?

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Da PETROBRAS, eu não tenho o cálculo aqui, mas eu posso fornecê-lo também.

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - Eu gostaria. Obrigado.

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - A preocupação que o senhor tem com relação a título público... A PREVI tem 49 bilhões de títulos públicos do Governo Federal.

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - Sim.

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Eu vou falar aqui tecnicamente. É o papel de menor risco soberano no País. Então, assim, é uma política de levar para o papel de menor risco no País.

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - Mas não lhe dá medo? *(Risos.)*

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Eu sigo a política de investimento. Eu estou numa conjuntura do País, e hoje é o menor risco atribuído. Qualquer outro papel...

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - Eu também investiria, mas com medo.

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Além disso, seria ousado. A Sete Brasil, a decisão interna na PREVI, foi em fevereiro, 11. Em fevereiro, 11, foi a aprovação da entrada lá na empresa. Os dez mais em que nós investimos nos últimos anos, eu não tenho aqui. Eu poderia lhe fornecer.

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - Está bom.

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - E os nomes que o senhor citou, Rui Falcão e Vaccari, eu também não conheço, eu não estive com eles e não tenho nenhum contato.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Nenhum dos nomes citados?  
Por fim...

**O SR. DEPUTADO ROCHA** - Para concluir, Presidente.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Guerreiro, herói da resistência, Deputado Rocha.

V.Exa. tem o tempo.

**O SR. DEPUTADO ROCHA** - Sr. Gueitiro, eu quero aqui dizer que parte do que disseram sobre a PREVI é verdade. Ela foi quem menos prejuízo causou aos participantes. Mas nós não podemos negar que a PREVI vai para o segundo ano com déficit. E, no terceiro ano, como manda a legislação, tanto a patrocinadora, quanto os participantes vão ser chamados para ratear esse prejuízo. Então, também não é esse céu de brigadeiro.

A Deputada Erika Kokay citou outra coisa como exemplo. E eu quero aqui trazer... Eu tenho uma informação aqui de que a PREVI distribui para os seus participantes 9 bilhões por ano. Essa informação é da própria PREVI, numa resposta a uma matéria que fala do Clube do Amém. *“Nós temos um clube de empreiteiras que lucram muito com o Governo e temos um clube — segundo os participantes... a matéria foi pautada no que disseram os participantes — ...temos um clube formado pelos fundos de pensão, pelos fundos de Previdência, melhor dizendo, que convergem em investimentos para áreas de interesse do Governo.”* Então, essa matéria disse que são 9 bilhões que a PREVI paga.

Mas nós temos a informação, aqui, já foi explorado isso aqui, que a PREVI distribuiu 500 mil reais para cada diretor. Quer dizer, meia dúzia de pessoas, Presidente, ganhava muito mais do que os mais de 100 mil participantes — o que é um absurdo! Mas eu queria que V.Sa. explicasse essa relação entre o que é gasto com todos os participantes, com quem sustenta o fundo, e com a diretoria.

Os petistas aqui falaram de ilações sobre o passado. Eu quero me prender a fatos. É verdade que aparelharam os fundos de pensão — e aí foi dito o número de pessoas que têm filiação partidária —, é verdade que saquearam... E está aí a Polícia Federal. Vou só citar alguns nomes que me vieram à cabeça: Youssef, Cerveró, Renato Duque, Vaccari, Delúbio Soares, Paulo Roberto Costa, João Paulo Cunha, que foi Deputado Federal, José Dirceu, José Genoíno, e outros tantos que fazem parte desse esquema criminoso. Hoje, nós estamos descobrindo... Não! Estamos revelando uma faceta dele, que é a faceta que trabalhou nos fundos de pensão. Então, aqui, eu queria me prender a fatos.



Eu queria aqui fazer, Presidente — já estou encerrando, aqui —, algumas perguntas, e são rápidas .

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Fique à vontade!

**O SR. DEPUTADO ROCHA** - O senhor faz parte do conselho da INVEPAR.

O senhor acha normal que a privatização do aeroporto de Guarulhos tenha tido um ágio de 300% com base no que a INVEPAR investiu?

O senhor poderia estimar o tempo necessário para que Guarulhos comece a dar lucro e para que a PREVI recupere o que investiu nesse empreendimento?

O senhor conhece as pessoas, já teve algum contato com as pessoas de Milton Pascowitch, André Vargas, Antonio Carlos Conquista, Wagner Pinheiro, Carlos Alberto Casé, Humberto Pires Gault? *(Pausa.)* Os outros já foram perguntados. Só vou ver aqui mais uma coisa, Presidente.

E só para finalizar, Sr. Presidente, a PREVI é a que deu menos prejuízo, é verdade. Mas nós não podemos colocar aqui como exemplo uma instituição que vai entrar no segundo ano consecutivo com déficit. Então, nós temos aqui que aproveitar os bons exemplos que a PREVI tem — e certamente, tem —, mas aprimorar ainda mais, porque nós temos que tirar como modelo uma instituição que não dê prejuízo, como por exemplo, a POSTALIS, que prejudicou ou que tirou dos seus aposentados 25% dos seus benefícios.

Então, aqui, a PREVI tem seus méritos, e é reconhecido por todos, mas eu acho que nós precisamos de um modelo ainda mais eficiente.

Obrigado, Presidente!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Dr. Gueitiro, para as resposta e seus considerações finais.

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - V.Exa., Deputado Rocha, na sua primeira pergunta permite esclarecer um ponto importante. Na verdade, a PREVI não tem déficit por 2 anos seguidos, a nossa reserva especial, que são os 25%, não foi consumida, são as reservas de contingência; então, nós não temos déficit. Só depois de 3 anos consecutivos de déficit é que se estabelece o processo de planejamento de recuperação de associados. Nossa reserva, em 2012, de contingência, era 26 bilhões; em 2013, 24.76 bilhões; e 2014, 12.54 bilhões .É importante essa questão, até para tranquilizar os nossos associados. A PREVI tem



solvência, tem liquidez e uma carteira alinhada ao risco retorno. A gente tem certa tranquilidade para passar por esses tempos turbulentos. Então, não existem 2 anos consecutivos de déficit, o que... O senhor tem toda a razão de reforçar, usando a nossa governança, que temos que cuidar mais ainda do nosso ativo, dado o momento econômico...

**O SR. DEPUTADO ROCHA** - Então, esse fundo de reserva não reduziu, não caiu de vinte e poucos bilhões...

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - O fundo de reserva caiu de 24 para 12. São 12 bilhões, e parte desses 12 bilhões são ações de empresas que nós temos investidas boas. Por exemplo, Vale do Rio Doce. Só na Vale, são 6 bilhões desses 12, Deputado, que caiu, o que explica do 12 para o 24.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Mas é a quarta vez que o senhor fala isso! E os outros seis, me diga aí, onde é que estão? A Vale, coitada, ela tem uma culpa de seis...

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Tem AMBEV, PETROBRAS...

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** - A PETROBRAS esconde?

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Não! Também está, não esconde.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** - Tem que nos mandar isso aí.

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Vou mandar. O senhor pode pedir, e nós vamos mandar o da PETROBRAS.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - O risco de mercado existe, mas o senhor fala em 12 bi e diz que 6 bi foram da Vale. E eu fico aqui: "*Onde estão esses outros seis?*" Mas não sai! Quer dizer a AMBEV, a PETROBRAS...

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Que são os maiores.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - São os maiores.

**O SR. DEPUTADO ROCHA** - Qual é o valor da PETROBRAS?

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - O valor da PETROBRAS...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Ele disse que...

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Eu vou enviar. No clube do amém eu estou há 6 meses, Deputado, não posso opinar sobre isso. Falo sobre a governança. Com relação à distribuição de resultado, 500 mil, que o senhor comentou, eu já



também comentei um pouco aqui da remuneração como funciona, Presidente. E eu vou enviar, como o senhor pediu, a documentação.

**O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA** - Sr. Presidente, eu fiz uma pergunta a ele, que ele não respondeu até agora. Até achei que alguém fosse perguntar, e cabe nessa pergunta que o Deputado Rocha fez.

Eu lhe perguntei se os lucros eram divididos entre os diretores, mesmo quando não havia aumento de salário do pessoal do Banco do Brasil, porque o senhor disse que era para equiparar os salários do Banco do Brasil.

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Nunca houve distribuição de lucros da PREVI para os diretores.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - E bônus, não é?

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Houve renda variável ligada à entrega de metas, não ao lucro do Banco do Brasil, muito menos ao lucro da PREVI.

**O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA** - Mas falo da entrega de metas, não tem nada a ver com o Banco do Brasil. Primeiro, o senhor disse o seguinte, que há uma equiparação salarial.

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Isso é a base de tudo.

**O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA** - Ponto. Depois o senhor disse que a distribuição dessa renda variável era para equiparar esses salários.

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - *Porque lá* no Banco do Brasil também tem renda variável, até 6%.

**O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA** - Ponto. Bom, os senhores distribuíam entre os senhores mesmos quando lá no Banco do Brasil não havia...

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Não! Não tem correlação com o Banco do Brasil a distribuição de resultado na PREVI.

**O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA** - Então, não tem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - É só para equiparar — eu entendi a resposta dele —, é só para equiparar as condições...

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Isso! Isso, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - ...como critérios, para que uma pessoa opte por ir para a PREVI e não ficar esse excelente quadro no Banco do Brasil, segundo o Dr. Gueitiro falou. É como eu digo...



**(Não identificado)** - É a mesma regra.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Só para que tenha a mesma regra. Agora, com certeza aconteceu de o Banco do Brasil — e me corrijam se eu estiver errado, mas foi o que subentendi —, aconteceu de o Banco do Brasil não distribuir o bônus e a PREVI distribuir...

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - São entidades separadas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - São entidades separadas, que tiveram resultado específicos de cada uma delas.

**O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA** - Foi isso o que perguntei.

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Desculpe, eu não consegui esclarecer.

**O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA** - Então houve.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Se V.Exa. pudesse escolher, preferia ir para o Banco do Brasil ou para a PREVI, Deputado Samuel Moreira?

**(Não identificado)** - Ah, para a PREVI!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - V.Exa. já está tão especialista no tema...

**O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA** - Eu acho que a regra pode ser independente. O que nós estamos questionando é se deve haver esse bônus ou não, essa distribuição ou não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Claro!

**O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA** - Quinhentos mil parece um pouco exagerado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - É questionável, sim. Eu acho que os grandes... Deixa para lá!

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Deputado Rocha, das pessoas que V.Exa. citou, a única pessoa que eu conheço, até por relacionamento depois que entrei na PREVI, é o Presidente da FUNCEF, o Caser. Essa pessoa, o Caser, está comigo no Conselho da Vale e também nas discussões de ABRAPP, que eu tenho... Eu o conheço. Antes disso, não conhecia o Presidente Caser. Com relação à INVEPAR, na verdade a PREVI participa lá na governança da INVEPAR. Eu estou lá no Conselho desde — eu vou enviar o ofício específico —, desde, se não me engano, final de abril, Presidente. Então, as discussões de entrada, de aeroporto de



Guarulhos, acontecem lá na governança da INVEPAR. E aconteceram muito antes de eu estar lá. Eu não tenho como contribuir aqui e discutir nas premissas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Dr. Gueitiro, sobre a questão do Conselho, pergunto se existe a resposta; se, sob a sua Presidência, o senhor já fez a indicação de algum Conselheiro. Chegou essa resposta aí?

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Ah, chegou. *(Pausa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Estão chegando os Conselheiros. Vai ver estava no HD, e os senhores conseguiram recuperar a tempo.

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Lembrando que existe todo um processo para indicação...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Perfeito.

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - ...falo inclusive do Conselho Deliberativo. Então, quem foi trocado no meu período: o Diretor de Participações da PREVI saiu e entrou um novo Diretor de Participações. Então, saiu o Giovanne, diretor anterior, e entrou o Renato, lá na BRF. Essa foi uma decisão, no meu período.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Lá na BRF? Renato... O nome completo, por favor. *(Pausa.)* Ah, não tem, não!... Renato. Mas é funcionário do...

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - É Diretor de Participações da PREVI.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Diretor de Participações da PREVI.

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Eu entrei na Vale — então, o Conselho me indicou para a Vale —; um gerente executivo da Vale entrou em uma das empresas da Vale...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - O gerente executivo da...

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Da PREVI.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - O Da PREVI entrou na Vale, também.

**O SR. - GUEITIRO MATSUO GENSO** - Isso. E eu entrei na INVEPAR. São essas as quatro...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Então, hoje, V.Sa. representa...



**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Vale e INVEPAR.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - a PREVI na Vale e na INVEPAR; o Renato, que é o diretor de participações, na BRF...

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Na BRF. E o Artur entrou na Vale, no lugar do Geovani, que também saiu da Previ nesse período em que estive lá.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Perfeito!

**O SR. DEPUTADO ROCHA** - Presidente, só um esclarecimento...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - E depois, eu vou querer os outros critérios,...

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Perfeito.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - ...o *ranking* desses outros aí, principalmente desses...

**O SR. DEPUTADO ROCHA** - Presidente, rapidamente, em cima daquilo que eu perguntei, pelo que eu estava vendo — e a sua assessoria me passou informações —, na verdade, o fundo de reserva foi usado para cobrir um déficit que a PREVI teve, que era de 24,7 bilhões e caiu para 12,2 bilhões, em 2013.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Isso.

**O SR. DEPUTADO ROCHA** - Então, na verdade, foi prejuízo mesmo, não é...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - É que o conselho técnico de prejuízo e fundo de reserva...

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - É que a reserva de contingência, Deputado...

**O SR. DEPUTADO ROCHA** - É para cobrir os prejuízos?

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Não! Não é para cobrir prejuízo, é para fazer frente às adversidades de depreciação de ativos ao longo do tempo.

**O SR. DEPUTADO ROCHA** - E os prejuízos?

**O SR. GUEITIRO MATSUO GENSO** - Não houve prejuízo. Não comercializamos os ativos, não vendemos os ativos, então não houve prejuízo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - É! Isso é coisa de dicionário. Diz-se a mesma coisa com outras palavras. Mas ficará a cargo da CPI tomar as decisões.



Primeiramente, quero agradecer ao Sr. Gueitiro e ao Dr. José Luiz Júnior e toda a equipe da Previ, primeiramente, pelo gesto, na quinta-feira passada, de ter acatado o pedido de adiamento, e hoje estiveram aqui.

Segundo, quero agradecer aos senhores e às senhoras aqui presentes.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos, antes convocando os Srs. Deputados para a próxima reunião ordinária, para tomada de depoimentos de representantes da PREVIC, a realizar-se no dia 8 de setembro, às 14h30min, em plenário a ser informado oportunamente.

Está encerrada a presente reunião.